

PARA ALÉM DAS DESIGUALDADES 2005

A Mulher em
Moçambique

FÓRUM MULHER

Rua Pereira do Lago, N° 147, 3° Andar Direito,
C.P. 3632, Maputo, Moçambique
Tel/Fax 258- 21- 493437 Tel 258- 21- 492745
Email forum@zebra.uem.mz or tdasilva@cfjj.org.mz

SOUTHERN AFRICAN RESEARCH AND DOCUMENTATION CENTRE (SARDC)

Women In Development Southern Africa Awareness (WIDSAA) Programme
P.O. Box 5690, Harare, Zimbabwe
Tel 263- 4- 791141/3 Fax 263- 4- 791271
Email widsaa@sardc.net sardc@sardc.net
Website <http://www.sardc.net>

SARDC Moçambique
Rua D. Afonso Henriques, N°141
C.P. 957, Maputo, Moçambique
Email sardc@maputo.sardc.net
Tel 258 21 49 08 31
Fax 258 21 49 11 78

© Fórum Mulher, SARDC, 2006
© Caixas, Quadros, Gráficos e Mapas segundo especificado.

ISBN -1-77910-025-6

Este perfil pode ser reproduzido, utilizado e distribuído, desde que seja do conhecimento absoluto dos co-editores e autores.

Citação. Fórum Mulher, SARDC WIDSAA, Para Além das Desigualdades 2005: A Mulher em Moçambique, Fórum Mulher/SARDC, Maputo e Harare, 2006

Disponível em forma de livro, em Inglês e Português e na Biblioteca Virtual do site da SARDC www.sardc.net

Capa
Maquetização do Texto
Fotolito
Impressão

Paul Wade, Tonely Ngwenya
Tonely Ngwenya
Tonely Ngwenya, Arnoldina Chironda
DS Print Media

PARA ALÉM DAS DESIGUALDADES 2005

A Mulher em Moçambique

Um Perfil da Mulher em Moçambique produzido pelo
Fórum Mulher
e o
Women in Development Southern Africa Awareness (WIDSAA) Programme
do
Southern African Research and Documentation Centre (SARDC)

Elaborado por

Benedita da Silva, Benilde Nhalivilo, Celeste Nobela, Conceição Osório, Fernanda Machungo, Lara da Silva Carrilho, Lúcia Maximiano do Amaral, Margarita Mejia, Maria José Arthur e Terezinha da Silva

Revisto por

Pamela Mhlanga

WIDSAA é uma iniciativa de parceria da África Austral com parceiros nacionais em países membros da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). A produção deste perfil foi financiada pela Sede Regional da África Austral do Instituto Humanitário para a Cooperação com Países em Desenvolvimento (HIVOS).

Women in Development Southern Africa Awareness (WIDSAA)
um programa do
Southern African Research and Documentation Centre (SARDC)

Pessoal do Programa do WIDSAA

Pamela Mhlanga, Chefe do Programa
Barbara Lopi, Directora de Projectos/ Editora e Chefe Adjunta do Programa
Priscilla Mng'anya, Investigadora/ Redactora Sénior
Petronella Mugoni, Assistente do Programa/ Pesquisadora
Washington Midzi, Pesquisador Assistente
Chenai Mufanawejingo, Documentalista
Tendai Gandanzara, Contabilista dos Projectos

Revisores do WIDSAA

Pamela Mhlanga
Barbara Lopi
Priscilla Mng'anya

Editora da Série

Alice Kwaramba

Tradutora

Alexandra Serra King

Grupo de Referência de Género

Elsie Alexander, Professor de Sociologia, Botswana
Bookie M. Kethusegile-Juru, Secretária Geral Adjunta, SADC Parliamentary Forum,
Windhoek, Namib a
Susan Nkomo, Chefe Executiva do Gabinete sobre o Estatuto da Mulher,
África do Sul
Nomboniso Gasa, Pesquisadora/ Consultora, África do Sul
Thembayena Dlamini, Consultora/ Especialista de Género, Swazilândia
Terezinha da Silva, Consultora de Género e Presidente do Fórum Mulher,
Moçambique
Professora Ruth Meena, Consultora de Género, Tânzania
Pamela Mhlanga, Chefe do Programa do WIDSAA
Barbara Lopi, Chefe Adjunta do Programa do WIDSAA
Suzanna Gemo, Directora de Projectos, SARDC Moçambique

PREFÁCIO

Para Além das Desigualdades, uma série de publicações que analisam o perfil do status da mulher na África Austral, tem tido um papel significativo na contribuição para o reconhecimento do papel do homem e da mulher no desenvolvimento da região e nos esforços que estão a ser feitos para incluir as preocupações da igualdade de género, a todos os níveis. O primeiro grupo de perfis, apresentando a situação do homem e da mulher em 12 países da SADC, foi publicado entre 1998 e 2000. Esta nova série *Para Além das Desigualdades* é uma actualização do status da mulher, no contexto das mudanças dinâmicas, novos desafios, atrasos e oportunidades que ocorreram nos últimos anos, particularmente desde a publicação da primeira série.

A análise do status da mulher na SADC está inserida em importantes estruturas, sendo a mais importante a Declaração de Beijing e Plataforma de Acção (BDPFA), resultantes da Quarta Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em Beijing, China e da Declaração da SADC de 1997 sobre Género e Desenvolvimento, incluindo a Adenda de 1998 sobre a Prevenção e Erradicação da Violência Contra a Mulher e Criança. A região tem sofrido rápidas mudanças sócio-económicas e políticas e o foco está cada vez mais direccionado para garantir que a região acelere os seus esforços de emancipação económica. Assim, desenvolvimentos chave, como a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), em particular, identificam novos marcos importantes e alvos para os governos alcançarem, de modo a realizarem o desenvolvimento humano e, como consequência, a igualdade de oportunidades e resultados para todos.

Esta é uma época significativa na África Austral e em outras regiões de África, pois é o fim da década para o alcance da igualdade absoluta da mulher, conforme a BDPFA. Os marcos podem ser identificados na resposta da região aos desafios de desenvolvimento políticos, institucionais e legislativos. Doze estados membros da SADC estão neste momento a pôr em prática políticas de atribuição de poder à mulher e os processos de desenvolvimento destas políticas em Moçambique e na Swazilândia estão num estado avançado.

Todos os países identificaram áreas críticas de preocupação da BDPFA, e é de extrema importância o facto da maioria ter identificado assuntos de saúde da mulher (incluindo HIV e SIDA), atribuição de poder económico e educação como áreas chave para acção. Na arena política, regista-se uma lenta, mas crescente, tendência da ocupação de lugares de poder por mulheres na SADC, particularmente na política, onde a representação nas legislaturas aumentou de uma média de 17% para quase 20% nos últimos cinco anos e continua a subir em direcção à meta da SADC, de 30% de mulheres na política e tomada de decisões, o que já foi ultrapassado em alguns países, notavelmente na África do Sul onde 43 por cento do conselho de ministros são mulheres.¹

Tem havido avanços na legislação, especialmente em assuntos de violência sexual e doméstica, tendo alguns países alargado a definição de estupro para incluir estupro conjugal e pôr em prática soluções mais rígidas para os sobreviventes de violência doméstica, incluindo a remoção do perpetrador de seu lar. Todos os países da SADC ratificaram a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência Contra a Mulher (CEDAW) e todos adoptaram, mas poucos ratificaram, o Protocolo à Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos, sobre os Direitos da Mulher em África.

Foram criadas ou expandidos os mandatos de estruturas institucionais, como ministérios, departamentos, unidades de género/da mulher e gabinetes de género, para tomar em conta o desafio de implementar os planos ambiciosos de alcançar a igualdade absoluta entre homens e mulheres, particularmente a atribuição de poder à mulher. A Unidade de Género da SADC, devido a reestruturações da instituição, foi também integrada no Departamento de Planeamento Estratégico, Género e Harmonização de Políticas, para assegurar que continue a jogar um papel crucial, facilitando a integração do género. Contudo, a maioria destas estruturas possuem



Fórum Mulher

O Fórum Mulher é um grupo de organizações e instituições nacionais e estrangeiras – organizações governamentais e não governamentais, sindicatos, secções femininas de partidos políticos, agências doadoras e outros organismos e grupos que trabalham em prol da mulher. O fórum está comprometido em a implementar planos de trabalho que satisfazem as necessidades crescentes dos seus membros e de outros grupos de mulheres e homens marginalizados e excluídos da sociedade. O padrão comum nas actividades do fórum é o respeito pelos direitos humanos e o avanço da posição da mulher na sociedade. O Fórum Mulher luta também, através da sua rede de organizações, pelo desenvolvimento justo e equitativo em todas as esferas da sociedade. O fórum é independente e não tem nenhuma inclinação ideológica, política ou religiosa.

SARDC

Centro de Documentação e Pesquisa África Austral (SARDC) é um centro independente regional de recursos informativos, que procura melhorar a eficácia de processos chave de desenvolvimento na região da SADC, através da colheita, produção e distribuição de informação e promover a produção e uso de informação. O SARDC tem cinco principais áreas focais, que são dirigidas por departamentos específicos de meio ambiente e recursos de água, género, democracia e governância, desenvolvimento económico regional e desenvolvimento humano. O SARDC tem escritórios em Harare e Maputo e parceiros em todos os estados membros da SADC. O Patrono Fundador do SARDC é o falecido Mwalimu Julius Nyerere.

inadequados recursos e habilidades profissionais e, por isso, permanecem relativamente fracas e incapazes de implementar adequadamente políticas e planos de género. Isto tem limitado bastante a efectividade dos planos e iniciativas pós-Beijing. Os grupos que visam a atribuição de poder à mulher continuam a ter um papel de elo de ligação desta divisão na implementação e têm influência crucial nas arenas política e de programas, apesar de enfrentarem os seus próprios desafios.

Apesar de se terem alcançado importantes metas, tem havido contratempos e emergido novos assuntos. Algumas das maiores ameaças ao desenvolvimento humano e, em particular, ao da mulher, são o HIV e SIDA e outras doenças transmissíveis, como a malária e a tuberculose. Estima-se que mais de 14 milhões de pessoas infectadas pelo HIV na região da SADC, representando aproximadamente 26 por cento² do total global; sendo as mulheres e raparigas as mais afectadas e infectadas. A epidemia tem colocado uma séria pressão na mão de obra feminina, através do aumento de trabalho de cuidados não pagos, comprometendo ainda mais os seus direitos de sexualidade, devido ao desequilíbrio de poder, agravado pelas negativas crenças culturais, sociais e de relações íntimas. A actual série *Para Além das Desigualdades* procura realçar alguns destes assuntos e mecanismos da mulher para fazer face a estas situações, assim como respostas do governo e de outras partes interessadas.

Apesar de, actualmente, se reconhecer que o HIV e SIDA é um desafio ao desenvolvimento, a dimensão de género e ligações com os direitos humanos continuam a ser desafios. A Declaração da SADC sobre HIV e SIDA, adoptada em Julho de 2003, estabelece um prémio sobre o aumento do acesso a tratamento e consciencialização e, de certo modo, reconhece o género como variável chave.

A distribuição de recursos para lidar com a natureza multi-dimensional da epidemia continua fraca na maioria dos países e muito poucos na SADC estão perto de alcançar a meta de acesso universal ao tratamento, apesar de alguns terem programas com alvo em mulheres grávidas, para prevenir a transmissão de mãe para filho.

A pobreza permanece alta, estando 40% da população na SADC a viver em pobreza absoluta. O Secretário Executivo da SADC observou recentemente que as estratégias de redução da pobreza, aplicadas pelos governos na região, estão atrasadas no cumprimento das metas propostas pelas MDGs, para reduzir a pobreza para metade até 2015. O facto é que as economias da SADC tiveram crescimentos lentos nos últimos anos, com poucas excepções. A taxa de crescimento médio de 3.23% em 2002 é menos de metade da meta da taxa de crescimento 7% estabelecida nas MDGs, caso se queira tratar efectivamente da pobreza e outros indicadores de desenvolvimento nos próximos anos.

Uma perspectiva económica comprometida e absoluta pobreza afectam muito mais os mais vulneráveis, neste caso mulheres e crianças, com um correspondente impacto negativo na sua capacidade de alcançar as suas mais básicas necessidades. Dez anos após a Conferência de Beijing, a pobreza permanece um dos maiores desafios na região.

A série *Para Além das Desigualdades* tem sido actualizada com base na convicção (sublinhada na série passada) de que a informação é um recurso estratégico para o desenvolvimento sócio-económico. A informação pode catalizar o desenvolvimento e, se as partes interessadas não tiverem acesso à informação fiável sobre as complexidades e natureza das relações de género e como estas se relacionam com o desenvolvimento, a resposta efectiva e o processo de mudança positiva permanecerá lento e ineficaz. Os perfis identificam assuntos, desafios, limitações e oportunidades, para acelerar o passo para o alcance da igualdade de género na SADC, através da identificação dos papéis da mulher e do homem e a sua relação com os recursos económicos, políticos e sociais, de modo a alcançar o mais alto nível de desenvolvimento humano. A série, incluindo esta actualização, foi iniciada e tem sido implementada pelo SARDC WIDSAA, em colaboração com parceiros a nível nacional. O WIDSAA procura contribuir para o melhoramento do status da mulher na região da SADC, através do aumento de consciencialização e colheita, documentação e distribuição de informação relevante, corrente e de qualidade a uma série de partes interessadas. A informação tem,

particularmente, como alvo os elaboradores de políticas, investigadores, no dia, parceiros de cooperação, agências de desenvolvimento e o sector não-governamental.

Para actualizar esta série de perfis *Para Além das Desigualdades*, foi produzida uma proposta e partilhada com parceiros nos países da SADC, para comentários e críticas. A proposta sublinhava a lógica e a metodologia para elaborar este perfil actualizado. Isto foi seguido dos termos de referência para as organizações parceiras coordenarem a pesquisa e produção dos perfis, que também incluíam as directrizes sobre o estilo e a apresentação dos esboços pelos pesquisadores.

Cada organização parceira identificou um grupo multi-disciplinar de pesquisadores para realizar o trabalho sobre os perfis. Isto foi acompanhado por um levantamento da última série *Para Além das Desigualdades*, de modo a determinar a natureza e extensão do seu acesso e utilização, de modo a enriquecer o exercício desta actualização e fornecer indicadores para uma estratégia de distribuição mais efectiva.

Os esboços foram revistos por indivíduos e em encontros anuais de parceiros, onde os pesquisadores apresentaram os seus esboços iniciais ou de trabalho a um grupo de 25-30 pessoas para obterem críticas. Isto foi seguido de um encontro do Grupo de Referência de Género para rever os esboços e fornecer directrizes sobre o conteúdo, metodologia e maneio do exercício de actualização.

As organizações e pesquisadores parceiros tiveram encontros com as partes interessadas nacionais e alguns constituíram comités de trabalho, que forneceram os seus pontos de vista em vários estágios do desenvolvimento dos esboços. A metodologia para produção dos perfis foi participativa, para assegurar um grande poder e participação no processo de desenvolvimento e produção.

Os perfis estão todos apresentados de forma semelhante em quatro partes, que seguem uma introdução. A Parte I faz uma análise da situação; a Parte II providencia informação sobre os sucessos e constrangimentos no contexto de políticas e programas; e a Parte III discute o caminho do futuro. A Parte IV inclui referências e uma bibliografia de materiais usados.

Existem ainda muitos desafios pela frente. Dez anos de trabalho para alcançar igualdade de género após Beijing produziram resultados variados, com um decréscimo de alguns sucessos. Esta série *Para Além das Desigualdades* fornece pontos de vista e perspectivas actuais sobre os sucessos, lacunas e o caminho do futuro, assim como áreas onde se podem encontrar oportunidades para revitalizar processos ou achar uma nova direcção. O foco da próxima década centra-se na realização de políticas e programas e a série *Para Além das Desigualdades* providencia informação sobre o que funcionou e o que não funcionou e o que pode ser fortalecido ou posto de lado, à medida que os activistas de género na SADC elaboram uma agenda para o futuro.

WIDSAA

Projecto de Consciencialização Sobre a Mulher no Desenvolvimento na África Austral (WIDSAA) é o programa de género da SARDC. O programa foi estabelecido em 1994, com função de catalista e de fornecimento de informação a governos, parlamentos, ONGs e agências, mídias e público da região da SADC na formulação de políticas que afectam a mulher. O objectivo do WIDSAA é a atribuição de poder e o avanço da mulher na SADC e que todas as estruturas integrem a abordagem de género, para facilitar a igualdade e equidade do mesmo.

HIVOS

O Instituto Humanístico para a Cooperação com Países em Desenvolvimento (HIVOS) é uma organização não-governamental Holandesa, que opera com base nos valores humanísticos. O HIVOS aspira contribuir para um mundo livre, justo e sustentável. A organização tem como foco os pobres e marginalizados e trabalha com organizações de interesses semelhantes em países do Sul, incluindo África, Ásia Central e sudeste da Europa. O objectivo de trabalho do HIVOS é melhoramento sustentável da situação destas pessoas e um dos pontos mais importantes é o fortalecimento da posição da mulher na sociedade.

Plano Nacional de Acção para o Avanço da Mulher

Caixa 1

O governo de Moçambique, nos seus esforços para promover direitos e oportunidades iguais entre homens e mulheres e para melhorar o estatuto da mulher, tem-se centrado na necessidade de integrar assuntos de género em planos de desenvolvimento e intervenções contra a pobreza. Isto resultou na formulação do Plano Nacional de Acção para o Avanço da Mulher (PNAM).

O plano foi elaborado por grupos inter-sectoriais e multi-disciplinares, usando consultas participativas e entrevistas com entidades de relevo no planeamento e implementação da promoção do estatuto da mulher. Este processo foi levado a cabo, não só na capital do país, como também em três outras províncias e locais seleccionados, de modo a obter uma amostra representativa do país.

O PNAM compreende quatro partes.

A Parte 1 descreve a situação actual da mulher em Moçambique.

A Parte 2 enfatiza os mecanismos institucionais para o avanço da mulher e os esforços que estão a ser realizados para promover a mulher.

A Parte 3 apresenta os objectivos e prioridades do plano de acção para o período 2002-2006.

A Parte 4 descreve os mecanismos de coordenação, implementação e monitoria do plano.

A Parte 5 detalha uma série de matrizes operacionais do plano.

Áreas Críticas de Preocupação incluídas no plano

O fardo persistente e o aumento contínuo da pobreza entre as mulheres;

O acesso desigual e insuficiente à educação e formação profissional;

O acesso desequilibrado e insuficiente aos cuidados de saúde e serviços afins, que se traduzem em taxas extremamente altas de mortalidade materna;

A violação e persistente discriminação contra os direitos das raparigas;

A violência contra a mulher, incluindo a violência doméstica;

A falta de consideração pela protecção inadequada dos direitos da mulher;

A desigualdade entre homens e mulheres na partilha do poder e na tomada de decisões a todos os níveis;

Os mecanismos insuficientes para promover o avanço da mulher a todos os níveis;

A imagem estereotipada da mulher e desigualdade no acesso e participação nos média e sistemas de comunicação, especialmente nos meios de comunicação social de massas;

A desigualdade de género no maneio dos recursos naturais e salvaguarda do meio ambiente;

As desigualdades nas estruturas económicas em todos os tipos de actividades e acesso aos recursos afins;

Os efeitos do conflito armado sobre a mulher, incluindo as que vivem em áreas sob ocupação estrangeira.

O PNAM 2002-2006 seleccionou assuntos estratégicos das áreas críticas de preocupação, incluindo:

Mulher, pobreza e emprego;

Educação e formação da mulher e rapariga;

Mulher, saúde e HIV e SIDA;

Direitos da mulher e violência;

Atribuição de poder à mulher em todos os organismos de tomada de decisão, incluindo nos meios de comunicação social de massas;

Mulher, meio ambiente e agricultura e

Mecanismos institucionais para o avanço da mulher.

FONTE Plano Nacional de Acção para o Avanço da Mulher, 2002-2006

ÍNDICE

PREFÁCIO	v
ÍNDICE	ix
Lista de Quadros e Caixas	xi
AGRADECIMENTOS	xii
ACRÓNIMOS	xiii
INDICADORES DO DESENVOLVIMENTO PARA MOÇAMBIQUE	xv
MAPA de MOÇAMBIQUE	xvi
INTRODUÇÃO	1
Objectivos	1
Metodologia	1
Perspectivas teóricas	1
Linhas Gerais	2
PARTE I ANÁLISE DA SITUAÇÃO	3
Marcos de género	3
Instrumentos internacionais	3
Acordos regionais	4
Situação Macro e Sócio-Económica	4
A mulher no sector informal	5
Acesso a meios de produção	5
Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta (PARPA)	8
A Mulher na Política e Tomada de Decisões	9
A mulher em posições de topo em companhias e sindicatos	9
A mulher na assembléia nacional	10
A mulher no poder executivo	11
A mulher no sistema judicial	12
A mulher no serviço público	12
A mulher em organizações da sociedade civil	13
Educação e Tecnologia	14
Educação, mulher e bem-estar	14
Programas para a educação da rapariga	16
Nutrição e bem-estar nas escolas	16
Alfabetização e educação de adultos	17
Educação primária e secundária	17
Ensino superior	20
Género e os Meios de Comunicação Social	22
Imagens da mulher nos média	22
A mulher na carreira dos m dia	24
Admissão à escola de jornalismo	24
Quem tem voz nos m dia?	24
A mulher nos m dia electrónicos	25
Programas de TV/rádio sobre a mulher	25
Segurança Alimentar e Estado Nutricional	25
Género e Saúde	27
Saúde reprodutiva	27
Programas de saúde materno-infantil	28
Melhoramento e utilização dos serviços	29
Respostas do governo	29
Impacto do HIV e SIDA no género	30
Socialização e vulnerabilidade	33
A identidade da mulher e o HIV e SIDA	35
Mortalidade e morbidez relacionadas com o aborto	36
Meio ambiente	39
Habitação	39
Acesso a água potável	39
Electricidade e outras formas de energia	40

Impacto das calamidades naturais sobre	40
Gestão e conservação dos recursos naturais pela comunidade	42
Género, Lei e Reforma Legal	43
Violência Contra a Mulher	45
Contexto	45
Respostas institucionais	46
Definição e causas	50
Lei e acesso à justiça	52
A População Idosa	53
Contribuições dos idosos a famílias e comunidades	54
 PARTE II POLÍTICAS E PROGRAMAS	 55
Mecanismos institucionais para o avanço da mulher	55
Ministério da Mulher e Coordenação da Acção Social (MMCAS)	55
Conselho Nacional para o Avanço da Mulher	56
Acções desenvolvidas pelo GOAM e MMCAS	56
Pontos focais de género	58
Grupos de doadores de género	58
Esforços do governo para fortalecer a capacidade do seu pessoal	58
Parlamento	58
Sociedade civil	60
Fórum Mulher	60
Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA)	61
Programas e políticas de saúde	61
Estratégia de segurança alimentar e nutrição	62
Educação	62
Educação, HIV e SIDA	64
Política de TIC	64
Política social dos idosos	64
Programas para adolescentes e jovens	65
 PARTE III O CAMINHO DO FUTURO	 67
 PARTE IV REFERÊNCIAS E BIBLIOGRAFIA	 69
Rodapés	69
Bibliografia	72
 APÊNDICES	 77
1 Declaração da SADC sobre Género e Desenvolvimento	77
2 Lista de Parceiros e Contactos Nacionais nos Estados Membros da SADC	78
3 Lista de participantes ao seminário de validação <i>Para Além das Desigualdades: A Mulher em Moçambique 2005 – esboço do relatório</i> , 29 de Setembro de 2004, escritórios do Fórum Mulher, Maputo	79



Lista de Quadros e Caixas

Quadros

1	MPs por Bancada e Género nas 2 ^a e 3 ^a Assembléias Nacionais, 1999-2004 & 2004 -2009	10
2	Composição do Governo entre 1995 e 2005	11
3	Dados sobre a Situação da Mulher a Nível Judicial	12
4	Juizes no Tribunal Supremo por Género, 2005	12
5	Magistrados por Género, 2005	12
6	Mulher em Posições Políticas e de Tomada de Decisões	13
7	Taxa de Analfabetismo de Adultos por Género (2000-2004)	17
8	Evolução da Presença Escolar Bruta no EP1, por Género, no Ensino Público e Privado	18
9	Evolução da Presença Escolar Bruta no EP2, por Género, no Ensino Público e Privado	19
10	Evolução da Proporção de Raparigas em Escolas Públicas, 2000 -2005 (%)	19
11	Evolução da Proporção de Professoras no EP1, Escolas Públicas, 2000 – 2005 (%)	20
12	Percentagem das Taxas de Desistência em Escolas Primárias e Secundárias, por Ano e por Género, 2000-2003	20
13	Matrículas no Nível de Ensino Superior por Género	21
14	Estudantes Graduados, por Género e por Ramo de Estudo em 2004	21
15	Dados sobre a Frequência no ICS por Género, 2005	24
16	Uso dos Meios Electrónicos nos Distritos da Manhica e Namaacha, por género, em 2002	25
17	Número de crianças menores de 3 anos cujo Peso por Idade é 2 desvios padrão da média, por Género, 2000/01	26
18	Número de crianças menores de 3 anos cuja Altura por Idade é 2 desvios padrão da média, por Género, 2000/01	26
19	Taxa de Mortalidade Infantil por Género, 2000-2005	26
20	Componente Maternal, Evolução em Percentagem (2000-2004)	27
21	Indicadores Chave do Impacto	29
22	Casos Violentos e Relações Víctima-Perpetrador, por Género, Cidade de Maputo, Províncias de Maputo e Sofala, 2000-2003	47
23	Perfil Geral da Relação Víctima-Perpetrador, Víctimas Femininas, Cidade de Maputo, Províncias de Maputo e Sofala, 2000-2003	48
24	Perfil Geral da Relação Víctima-Perpetrador, Víctimas Masculinas, Cidade de Maputo, Províncias de Maputo e Sofala, 2000-2003	48
25	Tipo de Crime na Arena Doméstica em que o Perpetrador é o Marido ou a Esposa, Cidade de Maputo, Províncias de Maputo e Sofala, 2000-2003	49

Caixas

1	Plano Nacional de Acção para o Avanço da Mulher	viii
2	Áreas Prioritárias para Moçambique	9
3	Desafios para Alcançar a equidade de género e o ensino primário universal	14
4	Limitações no acesso a serviços de saúde de qualidade	30
5	Organização da Mulher para a Educação sobre o SIDA (OMES), Província de Manica	36
6	APOSEMO (Associação dos Aposentados de Moçambique)	54

AGRADECIMENTOS

O SARDC WIDSAA agradece a todos os seus parceiros nacionais e membros do Grupo de Referência de Género (GRG), pela sua activa participação num processo contínuo de fornecer informação actualizada sobre igualdade de género e os desafios e oportunidades na obtenção da atribuição de poder à mulher na África Austral. Agradecemos também aos leitores e revisores nacionais e regionais, que forneceram comentários construtivos sobre o contexto e produção deste perfil. Os nomes das organizações parceiras em cada país estão apresentadas no Apêndice 2.

Estamos profundamente agradecidos ao Instituto Humanitário para a Cooperação com Países em Desenvolvimento (HIVOS), pela sua contribuição financeira para a realização deste projecto. Particular reconhecimento é dirigido a Corina Straatsma, Directora da Sede da África Austral do HIVOS, por aceitar financiar a proposta de produzir perfis nacionais de género da série *Para Além das Desigualdades*. Agradecemos especiais votos para a Directora Executiva do SARDC, Phyllis Johnson, e o Director Adjunto do SARDC, Munetsi Madakufamba, que apoiaram todo o processo. Aos nossos colegas de outros departamentos do SARDC: Tafadzwa Ndoro, Clever Mafuta, Charles Hakata, Chipso Muvezwa, Dambudzo Jambwa, Suzanna Gemo e o seu pessoal que apoiaram de diversas formas, o nosso obrigado pela vossa contribuição, que assegurou um trabalho de qualidade durante a produção deste perfil. Um obrigado especial a Pamela Mhlana, Directora de Projectos na SARDC Moçambique, por rever o documento e actualizar dados antes da publicação e a Alexandra Serra King por traduzir o perfil para Português.

O nosso especial reconhecimento para a nossa organização parceira em Moçambique, o Fórum Mulher, pois, sem ela, esta enorme tarefa não teria sido realizada. A todos os que não foram mencionados, mas que estiveram, de certa forma e em determinado momento, envolvidos neste processo, o nosso grato reconhecimento.

O pessoal do SARDC WIDSAA, Harare

A produção deste relatório beneficiou do apoio de vários indivíduos e instituições, aos quais as autoras estão sinceramente gratas. Ao Fórum Mulher e à actual, bem como à ex-Directora Executiva, Maria da Graça Samó e Dr.ª Célia Monteiro, respectivamente, que acompanharam o processo de produção e estiveram constantemente em contacto com os investigadores para obter dados.

Os nossos especiais agradecimentos são também dirigidos à Eng.ª Lara Carrilho que preencheu as lacunas em algumas secções. Agradecemos também ao Dr. Manuel Valente Mangue, documentalista do Centro de Documentação da Universidade Eduardo Mondlane, que formatou o relatório, pelos seus cuidados, dedicação e profissionalismo durante este processo, indo mesmo além dos termos de referência.

Fórum Mulher, Moçambique

Mai 2006

ACRÓNIMOS

ADF	Fundação Africana do Desenvolvimento
AFCM	Agregados Familiares Chefiados por Mulheres
AIDI	Atenção Integrada a Doenças Infantis
AMMCJ	Associação Moçambicana das Mulheres de Carreira Jurídica
AMME	Associação Moçambicana Mulher e Educação
AMODEFA	Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Família
AWEPA	Associação dos Parlamentares Europeus para África
BDPFA	Declaração de Beijing e Plataforma de Acção
CASGA	Comissão de Assuntos Sociais, Género e Meio Ambiente
CEA	Centro de Estudos Africanos
CEDAW	Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher
CFPPs	Centros de Formação de Professores Primários
CFJJ	Centro de Formação Jurídica e Judiciária
CI	Taxa de Crescimento Insuficiente
CIUEM	Centro de Informática da Universidade Eduardo Mondlane
CMSJ	Conselho Superior da Magistratura Judicial
COMUTRA	Comité Nacional da Mulher Trabalhadora
CNCS	Conselho Nacional de Combate ao SIDA
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DNM	Direcção Nacional da Mulher
DNP	Direcção Nacional de Planificação
DTS	Doença de Transmissão Sexual
ECA	Comissão Económica das NU para África
EP1	Ensino Primário do Primeiro Grau (1ª à 5ª classe)
EP2	Ensino Primário do Segundo Grau (6ª e 7ª classes)
ESAN	Estratégia de Segurança Alimentar e Nutrição
ESG 1/2	Primeiro e Segundo Ciclos do Ensino Secundário Geral
ESG1	1º Ciclo do Ensino Secundário Geral
ESG2	2º Ciclo do Ensino Secundário Geral
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FAWEMO	Fórum da Mulher Educadora Africana – Moçambique
GATV	Centro de Aconselhamento e Testagem Voluntária
GDG	Grupo de Doadores de Género
GMBS	Estudo de Base de Género e Média
GOAM	Grupo Operativo para o Avanço da Mulher
GTG	Grupo Temático do Género
HCM	Hospital Central de Maputo
HIV	Vírus de Imunodeficiência Humana
HIVOS	Instituto Humanitário para a Cooperação com Países em Desenvolvimento
IAF	Inquérito aos Agregados Familiares
ICS	Instituto de Comunicação Social
IDS	Inquérito Demográfico de Saúde
INE	Instituto Nacional de Estatística
IMC	Índice de Massa Corporal
ISRI	Instituto Superior de Relações Internacionais
ITSs	Infecções de Transmissão Sexual
MADER	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MAE	Ministério da Administração Estatal
MAP	Ministério da Agricultura e Pescas
MED	Projecto Mulher e Desenvolvimento
MESCT	Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia
MICAS	Ministério para a Coordenação da Acção Social



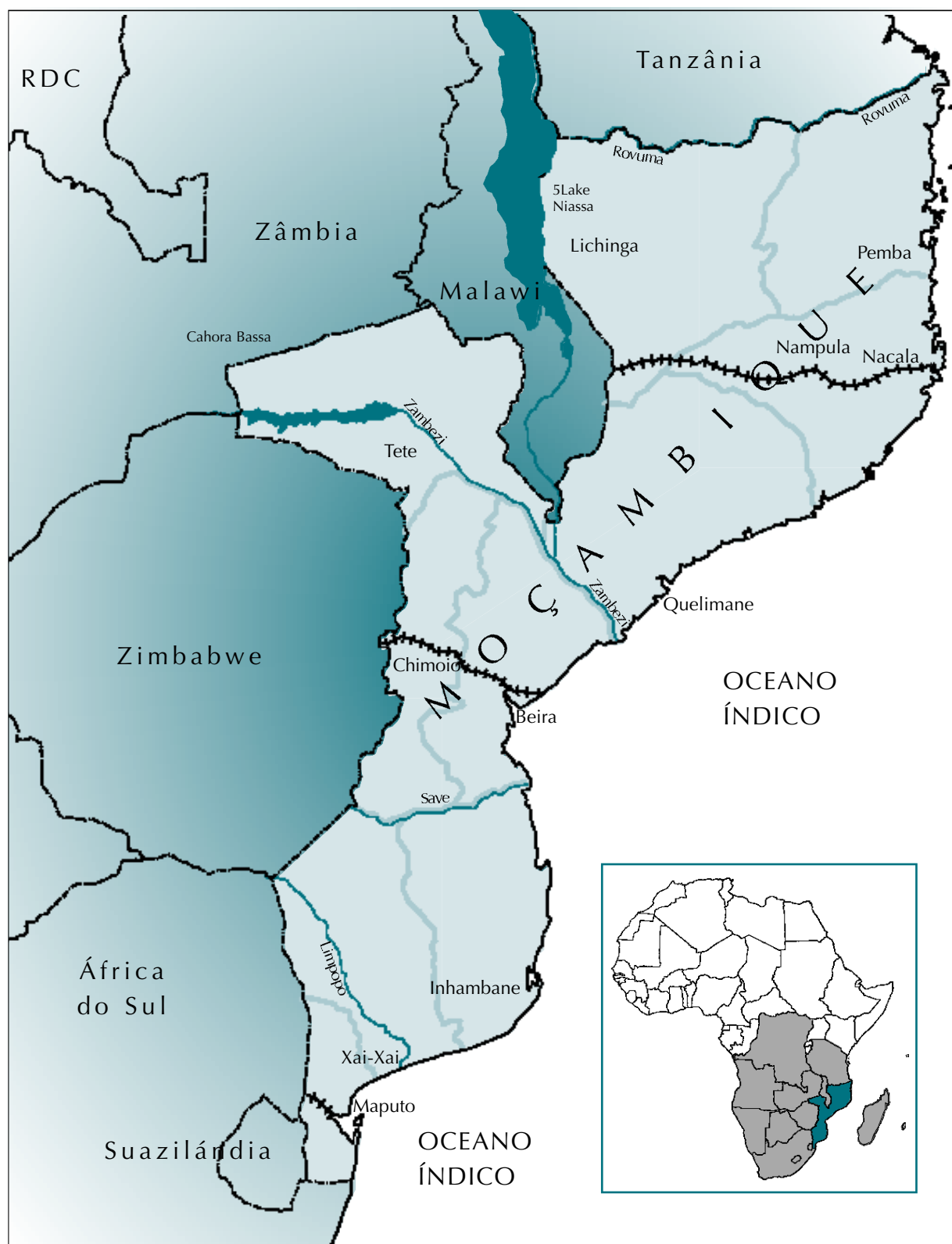
MINED	Ministério da Educação
MINT	Ministério da Indústria e Turismo
MIRME	Ministério dos Recursos Minerais e Energia
MISAU	Ministério da Saúde
MMCAS	Ministério da Mulher e Coordenação da Acção Social
MONASO	Rede Moçambicana de Organizações Contra o SIDA
MOPH	Ministério das Obras Públicas e Habitação
MPF	Ministério do Plano e Finanças
MT	Metical
MTC	Ministério dos Transportes e Comunicações
MTFF	Cenário Fiscal de Médio Prazo
MULEIDE	Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento de África
NSJ	Núcleo de Formação dos M dias da África austral
NUCODE	Núcleo para a Coordenação da Educação
ODM	Objectivos do Desenvolvimento do Milénio
OMES	Organização da Mulher para a Educação sobre o SIDA
OMM	Organização da Mulher Moçambicana
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
OP	Observatório da Pobreza
PAIPG	Plano de Acção para a Integração da Perspectiva de Género
PARPA	Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta
PEA	População Económicamente Activa
PEE	Plano Estratégico de Educação
PEN	Plano Estratégico Nacional
PES	Plano Económico e Social
PIB	Produto Interno Bruto
PMA	Programa Mundial de Alimentação
PNAM	Plano Nacional de Acção para o Avanço da Mulher
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRM	Polícia da República de Moçambique
PROAGRI	Programa de Reabilitação e Desenvolvimento do Sector Agrícola
QUIBB	Questionário de Indicadores do Bem-Estar Básico
SAAJ	Amigos de Adolescentes e Jovens
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento África Austral
SAP	Programa de Ajustamento Social
SARDC	Centro de Documentação e Pesquisa África Austral
SEA	Programa de Saúde Escolar para Jovens e Adolescentes
SIDA	Síndrome de Imuno Deficiência Adquirida
SIS	Sistema de Informação Sanitária
SSR	Saúde Sexual e Reprodutiva
TCV	Programa Todos Contra a Violência
TIA	Trabalho de Inquérito Agrícola
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TMM	Taxa de Mortalidade Materna
UA	União Africana
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UNAC	União Nacional de Camponeses
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNFPA	Fundo das Nações Unidas para a População
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UPE	Ensino Primário Universal
WIDSAA	Projecto de Consciencialização Sobre a Mulher no Desenvolvimento na África Austral
WLSA	Mulher e Lei na África Austral

INDICADORES DO DESENVOLVIMENTO PARA MOCAMBIQUE

Nome Oficial	República de Moçambique
Cidade Capital	Maputo
Data de Independência	25 de Junho de 1975
Chefe de Estado e Governo	Armando Emílio Guebuza
Data das últimas eleições	1-2 Dezembro 2004
Partido no Poder	FRELIMO
Línguas	Português, English, Emakhuwa, Echuwabo, Cinyanja, Cisena, Shona Xitsonga (Xichangana), Xironga, Ciyao, Shimakonde, Cinyungwe, Txitxop, Bitonga, Kiswahili Lolo, Ekoti, Cindau, Xitshwa, Cimanika, Ciwutewe, Elomwe, Xitwe.
Área do país	799,380 km ²
POPULAÇÃO	
Total	19.1 milhões
	mulheres 51.7%
	homens 48.3%
Taxa de crescimento da população	2.4%
Taxa de nascimentos	40.2/1000pop (2005)
Taxa de óbitos	16.2/1000pop (2005)
SAÚDE	
Esperança de vida ao nascer	46.7
	mulheres 48.6
	homens 44.8
Taxa de Fertilidade Total	5.3 crianças nascidas/mulher
Taxa de Mortalidade Infantil	101/ 1000 nascimentos
Taxa de Mortalidade Materna	408/100,000 nados vivos
População com acesso a água potável	57.7 % (urbana)
	26.4 % (rural)
EDUCAÇÃO	
Taxa de alfabetização de adultos	47.2%
	mulheres 33.8%
	homens 65.6%
ECONOMIA	
Produto Interno Bruto	US\$5.5 bilhões
Produto Interno Bruto (per capita)	US\$313
Produto Interno Bruto (Composição por sector)	
agricultura	25.2%
indústria	35.1%
serviços	39.7%
Taxa média anual de inflação	9.1%
Dívida Externa como % do PIB	23% (2005)
Moeda 1 Metical = 100 centavos	23,234.61 MT = US\$ 1 (2005)

Nota Todas as estatísticas são do ano 2004, a não ser que seja especificado.

FONTES Instituto Nacional de Estatística (INE), 2004/5, Governo de Moçambique
 Relatório de Moçambique sobre as Metas de Desenvolvimento do Milénio, 2005
 Relatório de Moçambique sobre o Desenvolvimento Humano Nacional, Maputo, Moçambique, 2001
 Governo de Moçambique, Relatório sobre Beijing + 10 (esboço), 2004
[www.sadc.int http://devdata.worldbank.org/AAG/Moz_aag.pdf](http://devdata.worldbank.org/AAG/Moz_aag.pdf)



INTRODUÇÃO

Apesar da igualdade não ter sido ainda alcançada por completo, pode-se declarar que, desde a Conferência de Beijing em 1995, o governo de Moçambique e as organizações da sociedade civil têm respondido positivamente a algumas das recomendações da Plataforma de Acção de Beijing (BPFA), assim como à Declaração da SADC sobre Género e Desenvolvimento. A Quarta Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, em Beijing, foi um evento histórico na luta pela igualdade de género, onde governos e estados assumiram vários compromissos. Estes incluíram o aumento da participação da mulher no desenvolvimento económico e em processos de tomada de decisões, a todos os níveis.

Este perfil analisa medidas que foram tomadas para rectificar desequilíbrios de género e melhorar a situação da mulher nas esferas pública e privada, em Moçambique.

Objectivos

O objectivo principal deste relatório é de rever o progresso alcançado no melhoramento do estatuto da mulher em Moçambique e contribuir para a atribuição de poder à mulher, não só em Moçambique, como em toda a região.

Metodologia

Em Julho de 2003, o WIDSAA organizou um seminário em Maputo, envolvendo membros do Grupo de Referência de Género (GRG), investigadores e delegados dos países envolvidos na actualização da série *Para Além das Desigualdades*, de modo a esclarecer os objectivos e definir a essência da actualização, a metodologia a ser usada, o conteúdo do trabalho e os prazos para a sua realização. Concordou-se que os dados seriam colhidos principalmente através de pesquisas já publicadas.

O primeiro esboço do relatório sobre Moçambique foi apresentado num seminário que contou com a participação de membros do Fórum Mulher e outros parceiros, trabalhando nas áreas temáticas em questão, culminando com a produção de um segundo esboço. Este segundo relatório foi então apresentado a representantes de vários ministérios e ONGs que o reveram, fizeram recomendações para o seu melhoramento e, finalmente, aprovaram o presente relatório.

Processo de recolha de dados

É importante mencionar que a escassez de publicações oficiais com estatísticas macro-económicas desagregadas de género foi o que mais limitou o estudo. Apesar desta informação poder ser obtida, o seu processamento para consumo público ainda não é desagregado por género. Há dados que não estão facilmente disponíveis e é necessária uma requisição oficial para os obter. Alguns estudos contêm informação crucial, contudo esta difere de uma fonte para outra. Deste modo, os investigadores contaram principalmente com a fonte de informação nacional oficial que é o Instituto Nacional de Estatística (INE). Vários sectores submetem dados a este Instituto, dados estes que são depois processados e alterados, de acordo com factores de conversão e ajustamento, para consumo público.

Prespectivas teóricas

O género é usado como instrumento na análise de informação obtida para as várias áreas temáticas. Tal como no primeiro perfil publicado em 2000, o conceito de género é visto como uma estrutura social que constitui um sistema nacional de relações, não considerando unicamente o estatuto da mulher. Estas

relações entre indivíduos e grupos estão constantemente a mudar e podem alterar uma sociedade, mesmo que esta resista, colectiva e individualmente.

Tentou-se mostrar a invisibilidade da mulher e seu estatuto e n.veis de participação na sociedade em relação ao homem, assim como estas relações de género são integradas em políticas e programas de desenvolvimento no país.

Linhas Gerais

O estudo está dividido em quatro partes principais:

A **Parte I** apresenta um contexto nacional e uma análise da situação, fornecendo uma vista geral da estrutura macro-económica e outras áreas críticas para o país.

A **Parte II** avalia as políticas e programas que estão no momento a ser implementados para avançar com a agenda da igualdade de género.

A **Parte III** define sucintamente os desafios e oportunidades de acção em moldar o caminho do futuro, de modo a alcançar a igualdade de género e o desenvolvimento no país.

Por fim, a **Parte IV** apresenta referências e uma bibliografia.

PARTE I

ANÁLISE DA SITUAÇÃO

O primeiro perfil sobre o estatuto da mulher em Moçambique foi produzido em 2000,³ como parte da série de publicações intitulada *Para Além das Desigualdades*, que documenta o estatuto da mulher na África Austral e as iniciativas para integrar a questão de género e processos de desenvolvimento na região. O perfil fez um inventário dos desenvolvimentos em Moçambique, no que respeita ao estatuto da mulher antes do ano 2000.

Este perfil actualiza o primeiro da série *Para Além das Desigualdades*. Retrata o estatuto da mulher em Moçambique de 2000 a 2004/5 e regista até que ponto passos práticos e adequados estão a ser tomados em todos os sectores de desenvolvimento para alcançar metas traçadas. O documento examina como Moçambique, como um estado, está a cumprir os seus compromissos provenientes da Declaração de Beijing e Plataforma de Acção (BDPA), da Declaração da SADC sobre Género e Desenvolvimento⁴ (e a sua Adenda sobre a Prevenção e Erradicação da Violência contra a Mulher e Criança) e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio das Nações Unidas (ODMs).

Marcos de género

De acordo com um relatório do governo sobre o progresso feito na implementação das recomendações de Beijing, os marcos de género alcançados nos últimos três anos incluem o desenvolvimento de planos estratégicos que capacitaram Moçambique a contornar certos desafios e realizar alguns dos objectivos contidos na BDPA.

Por exemplo, no ano 2000, o Ministério da Mulher e Coordenação da Acção Social (MMCAS) foi criado para dirigir, executar e coordenar políticas com vista a emancipação, desenvolvimento e bem-estar social da mulher, em todo o país. Em 2001, foi estabelecida a Direcção Nacional da Mulher dentro do MMCAS com o

papel de definir e promover a implementação de programas de apoio para o desenvolvimento da mulher e família, numa perspectiva de género.

Em 2002, foi traçado o Plano Nacional de Acção para o Avanço da Mulher (PNAM). O PNAM foi produzido para orientar e servir de instrumento de referência a oficiais do governo e outros elaboradores de políticas a vários níveis, ONGs e sector privado, assim como organizações internacionais que facilitam e desenvolvem planos e programas para o avanço da mulher.

Para além disto, em 2003, foi traçado o esboço da Política Nacional Estratégica de Género, para, entre outros, fornecer conhecimento e formação a homens e mulheres e aumentar a consciência sobre a desigualdade de género em assuntos sociais, económicos, políticos e culturais.⁵

O estabelecimento de pontos focais de género em alguns ministérios foi outro marco importante no processo da integração da questão de género em Moçambique. Outro marco-chave tem sido também a crescente tendência da representação da mulher em organismos de tomada de decisões, tanto no governo como no parlamento. Moçambique é um dos poucos países que ultrapassou a meta dos 30% de representação feminina no parlamento, um sucesso extraordinário num país onde, como em outros da região, prevalece ainda o sistema patriarcal.

Instrumentos internacionais

Num esforço para promover e proteger os direitos da mulher, Moçambique adoptou e ratificou a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW) e ratificou o Protocolo Adicional à CEDAW, que tem criado uma oportunidade para aumentar o acesso das mulheres aos sistemas de justiça no país. Além disso, Moçambique tem continuado a

intensificar esforços para rever e pôr em acção legislação e políticas, de acordo com as provisões da CEDAW.

Um exemplo foi a promulgação da nova Lei da Família, em Novembro de 2003.

De acordo com a Declaração do Milénio e os ODMs, algumas questões de género têm sido implementadas em ministérios relacionados com o assunto. As medidas tomadas pelo governo incluem a entrada em vigor da Política do Ensino Primário Universal (UPE), que tem aumentado as taxas de matrícula de rapazes e raparigas nas escolas primárias, resultando numa redução da desigualdade de género entre rapazes e raparigas, em escolas primárias.

Acordos regionais

Imediatamente após a assinatura da Declaração da SADC sobre Género e Desenvolvimento, em 1997, o país estabeleceu vários mecanismos institucionais para implementar este compromisso, incluindo o Ministério da Mulher e Coordenação da Acção Social (MMCAS), o Grupo Operativo para o Avanço da Mulher (GOAM) e o Fórum Mulher. Todas estas instituições têm trabalhado em conjunto para a criação de um ambiente conducente à promoção da igualdade de género.

Além disso, Moçambique incluiu também o princípio de igualdade de género na constituição nacional. A nova constituição, adoptada em 1990, declara claramente que a mulher e o homem são iguais perante a lei, em todos os aspectos da vida política, económica, social e cultural.

O desafio é assegurar que a mulher adquira conhecimento sobre estas leis, de modo a entender como o sistema legal funciona e ser capaz de exigir os seus direitos, quando estes são violados.

SITUAÇÃO MACRO E SÓCIO-ECONÓMICA

Moçambique tem tido um crescimento económico satisfatório, com uma média de 9.2%, entre 2001 e 2004. Os ganhos económicos são principalmente devidos ao

desenvolvimento de projectos ligados às indústrias mineira e de manufactura, nomeadamente a da fundição de alumínio MOZAL, o projecto de energia hidroeléctrica de Cahora Bassa, o gás do Pande, areias com alto conteúdo de titânio e outros, como a agricultura, que tem contribuído significativamente para o PIB do país.

Além do significativo crescimento económico, que é o mais alto na região da SADC, Moçambique tem imensos recursos naturais ainda por ser explorados (tanto para consumo interno como para exportação) e tem mão de obra adequada. Isto demonstra um grande potencial para o seu desenvolvimento social e económico.

Apesar disso, Moçambique é ainda um dos países menos desenvolvidos em África e no mundo, posicionado em 168º lugar dentre 177 países, de acordo com o Índice de desenvolvimento humano do PNUD.⁶ Cerca de 54% da sua população vive abaixo da linha de pobreza.⁷ O relatório das MDGs indica que a pobreza é maior em áreas rurais (55.3%) onde cerca de 70% da população está concentrada, contra 52% nas áreas urbanas. Em relação à distribuição da população por género, 68.9% de mulheres vive em zonas rurais e, 31.1%, em zonas urbanas. Enquanto que cerca de 20% dos homens ganham salários em forma de dinheiro e/ou bens, a maioria das mulheres trabalha para a família, sem remuneração.

Uma análise de outros indicadores sociais, como a educação, mostram que, apesar dos esforços do governo para reactivar centros de educação de adultos e de alfabetização, o grau de analfabetismo das mulheres não tem aumentado significativamente, comparado com o dos homens, de 25.9% em 1997 para 32.0% em 2003, enquanto que o dos homens aumentou de 55.4% em 1997 para 63.3% em 2003.⁸ Em relação às taxas de mortalidade, apesar de ainda altas, têm diminuído, devido aos programas alargados de saúde e educação da comunidade, combinados com a expansão de serviços sociais básicos e de saúde.

A crescente incidência do HIV e SIDA em muitas partes do país tem também contribuído para o baixo padrão de vida dos moçambicanos, sendo as mulheres e crianças, em zonas rurais e urbanas, as mais afectadas. A extensiva proliferação demográfica do HIV e SIDA, particularmente nos centros urbanos, é uma das maiores preocupações do desenvolvimento.

Embora se tenha desenvolvido vários programas e iniciativas para controlar e reduzir estas taxas, é necessário potenciar a formação, especialmente na recolha de dados sobre a população afectada e no desenho e implementação de actividades que beneficiarão os infectados e afectados e suas famílias.

A mulher no sector informal

O acesso limitado à educação, saúde, capital, falta de acesso à posse e controle sobre a terra e poder desigual de tomada de decisões, coloca a mulher numa posição de séria desvantagem, política, económica e socialmente. Esta situação força a mulher a engajar-se em múltiplas estratégias para gerar rendimento, de modo a sobreviver. Vários estudos em Moçambique indicam que a mais importante actividade produtiva das mulheres, para geração de rendimento, é a produção e venda de produtos agrícolas, *ganho-ganho* (*xitoco* em Maputo), criação de animais, produção e venda de produtos alimentares, carvão, lenha, capim, tapetes de palha e outros.⁹

As mulheres também predominam em pequenos negócios, operando entre províncias e além fronteiras. Elas produzem artesanato, por exemplo, vendem-no em outras províncias ou países e trazem de volta produtos básicos, para fazer face aos desafios do alto custo de vida e desemprego.

No entanto, as mulheres, neste sector em Moçambique, são as que mais estão em desvantagem, pois têm de vender produtos diariamente e ainda realizar tarefas domésticas. Apesar de as mulheres serem activas no sector informal, ainda têm falta de apoio de instituições financeiras.

Impõe-se que as instituições financeiras apoiem a mulher neste

sector. Apoiar programas através da provisão de crédito, centros infantis e divisão igual do trabalho, estimularia um aumento da participação da mulher em actividades de geração de rendimento que lhe daria poder e capacidade de ter tempo suficiente para se concentrar nos seus negócios.

Acesso a meios de produção

Terra

A terra é um bem que pode potencialmente satisfazer as necessidades básicas dos pobres em Moçambique, onde a maioria destes são mulheres. Infelizmente não é um bem ao qual a mulher pode facilmente ter acesso, devido às relações desiguais de género enraizadas na cultura e tradição. Geralmente, os direitos da terra da mulher estão comprometidos em relações conjugais, em que o marido é tradicionalmente visto como chefe de família e, devido a esse poder, é proprietário da terra.

Apesar do facto de a constituição da República de Moçambique garantir igualdade entre o homem e a mulher em relação ao direito de acesso e controle da terra, na prática, a maioria das mulheres moçambicanas não tem controle sobre a terra. O acesso à terra por parte da mulher moçambicana varia de uma região para outra. Por exemplo, em Ndixé, uma vila do distrito de Marracuene, na província de Maputo, os *machongos*,¹⁰ considerados como tendo o maior potencial económico para produção alimentar, continuam a ser um privilégio do homem e a mulher só tem acesso à terra através do casamento.¹¹

Em algumas outras regiões, como no distrito de Matutene, ambos, mulher e homem, controlam a terra que usam.¹² Na província nortenha de Cabo Delgado, especificamente na sociedade Macondé no Planalto de Mueda, o acesso da mulher às *liteka* (terras baixas férteis) é importante para as suas estratégias de sustento diárias. Para famílias chefiadas por mulheres, a terra é um bem e um factor chave na produção de rendimento, pois a maioria das mulheres não tem outra forma de capital.

As mulheres buscam várias alternativas para ter acesso à terra,

O acesso à terra por parte da mulher varia de uma região para outra.

algumas através dos direitos de herança matrilinear, outras através do matrimónio, empréstimos e compra directa. Contudo, todas elas arriscam perder a sua terra, se se divorciarem ou enviuvarem. As mulheres solteiras vivem de empréstimos de terras e têm de as devolver. As mulheres têm estado preocupadas com a crescente tendência de vender terras, pois possuem um fraco estatuto político e limitado poder económico para negociar.¹³

No Niassa, o sistema matrilinear e a mudança da mulher para a área do marido, conferem à mulher o direito de realizar certas actividades geralmente atribuídas ao homem. Antes do casamento, o homem tem de prestar vários serviços à família da noiva, como capinar e cortar árvores. Este sistema legitima a autoridade da mulher em relação à terra, assegurando a sua posse, mesmo em casos de morte do marido ou divórcio, e contribui para a segurança económica e estatuto social da mulher.¹⁴

Geralmente, não existe uma concordância sobre que sistema de posse de terras melhor promoverá o crescimento económico e a igualdade de género. A posição de Moçambique sobre a reforma das terras, em termos de liberalização, depende do contexto político e económico e na força e organização da mulher e alianças que ela pode criar.

A esperança para a mulher está, assim, centralizada na nova Lei da Terra (Lei 19/97, de 1 de Outubro), que é um instrumento legal para salvaguardar os direitos da mulher, especialmente viúvas, divorciadas e mães solteiras, no uso da terra, como camponesas de pequena escala, que constituem 90% dos produtores agrícolas e são o principal suporte da economia.

Esta lei estabelece direitos iguais para mulheres e homens. Além disso, declara também que poderes de testemunho podem ser representados por homens e mulheres, de modo a que a herança não tenha diferença de género e para que a mulher tenha o direito de possuir títulos de propriedade individualizados. A lei também impede regras e práticas tradicionais que infringem os direitos garantidos na

constituição nacional. Espera-se que esta lei contribua para uma mais elevada segurança alimentar nos agregados familiares, particularmente os chefiados por mulheres.¹⁵

A nova lei é também um triunfo importante, pois reconhece a lei formal e costumeira. Não apenas reconhece documentos escritos, em casos de uso da terra, mas também sistemas costumeiros de posse da terra. Vários grupos da sociedade civil conseguiram fazer pressão e assegurar uma cláusula que intitula a mulher a direitos de propriedade. Com esta cláusula e a constituição progressiva de Moçambique, que declara direitos iguais para homens e mulheres, espera-se que a mulher esteja mais protegida e tenha mais acesso à terra e controle sobre esta.

Contudo, uma das críticas feitas a esta lei é a ambiguidade criada pelo reconhecimento da lei costumeira e da lei formal. Muitos criticaram a lei, por esta legitimizar os sistemas de posse da terra “costumeiro” paralelo ao “formal”, o que poderá, de facto, colocar a mulher em desvantagem. Apesar de a lei declarar que a mulher é igual ao homem, ao contrário de normas costumeiras, alguns acreditam que, na prática, isto não irá melhorar significativamente a vida da mulher.

Alguns pesquisadores e defensores da mulher declararam que esta provisão criou, de facto, uma contradição não resolvida, que pode reverter o sucesso feito pela mulher nos seus esforços de ter controle sobre a terra. Eles justificam que a lei deixa em aberto uma interpretação conservadora das normas costumeiras, que podem ser abusadas pelo homem para negar à mulher o acesso à terra e controle sobre esta.

Geralmente, apenas alguns homens e mulheres beneficiam desta lei da terra, pois as práticas administrativas e jurídicas têm sido lentas em incorporar as normas e dinâmicas que a lei encoraja. A outra razão é que os aspectos inovadores desta lei não têm sido bem divulgados entre os que devem beneficiar dela. O desafio é de informar as pessoas (especialmente mulheres em áreas rurais) sobre a lei e de as mulheres terem capacidade de a usar.

A questão do acesso e controle sobre este recurso económico por parte da mulher merece uma atenção urgente e não deve ser separada da questão de como a população rural trabalha e ganha as suas vidas. Apesar da reforma legal ter espaço para melhorar a posição da mulher, isto só não é suficiente para alcançar os ambiciosos objectivos de redução da pobreza que o governo moçambicano estabeleceu nos últimos anos.

Assim, harmonizar as leis tradicionais costumeiras e apoiar as organizações locais, que estão a fazer pressão pelos direitos de terra da mulher, como trabalhadoras e donas da terra, é um passo necessário. Melhorar a posição económica das mulheres rurais pobres significa também fortalecer o seu poder sobre recursos de produção, como finanças, mão de obra e tecnologia apropriada.

Irrigação

Apesar de a irrigação ser importante para a segurança alimentar e erradicação da pobreza, pesquisas levadas a cabo em sistemas de irrigação em algumas partes do país mostraram que é muito difícil para os camponeses, em geral, e mulheres, em particular, usufruir por completo dos benefícios dos sistemas de irrigação e obter rendimentos que cubram as despesas que elas precisam pagar.¹⁶

O fraco conhecimento de gestão da água, fundos insuficientes para pagar as taxas da água e baixos níveis de educação entre as mulheres camponesas, têm sido os maiores obstáculos no desenvolvimento da irrigação. Por exemplo, estudos realizados na área de irrigação de Massaca-Boane, na província de Maputo, mostraram que algumas mulheres, que previamente beneficiaram de esquemas de irrigação, decidiram vender os seus terrenos, e a maioria dos que compraram as terras são homens.¹⁷

A perda destes terrenos pelas mulheres implica que elas também perderam controle sobre o tipo de cultura a ser plantada e este é um problema sério para a segurança alimentar, especialmente para um

país que depende das mulheres agricultoras de pequena escala para o fornecimento de alimentos.

É importante notar que o homem e a mulher têm diferentes prioridades, ao seleccionar as culturas a serem plantadas nas suas machambas. Enquanto que a mulher prefere culturas para a sua família, a experiência mostra que o homem, geralmente, prefere culturas de rendimento.

Assim, de modo a assegurar uma segurança alimentar a nível familiar e nacional, a mulher tem de ter acesso a tecnologia básica para a produção, como a irrigação. É por isso importante que as ONGs e o governo de Moçambique se engajem em estratégias que facilitem e capacitem as mulheres camponesas e outras pessoas rurais pobres a ter acesso a esquemas de irrigação actualmente disponíveis.

Crédito rural

Com os crescentes desafios do HIV e SIDA e a adopção de Programas de Ajustamento Estrutural (PAE) nos anos 80, a mulher em Moçambique tem tido a responsabilidade adicional de assegurar que a sua família tenha todos os cuidados necessários e alimentos, através de negócios informais ou pequenos negócios.

O sector informal é uma das mais importantes fontes de rendimento para a mulher, especialmente no duro clima económico, em que poucas mulheres estão empregues formalmente. Assim, o crédito rural torna-se importante para a mulher, na medida em que ela trabalha para a sobrevivência da sua família. Contudo, o género não foi ainda completamente incorporado em programas de crédito para mulheres rurais. Na maioria dos casos, tem sido considerado na fase de planeamento, mas, geralmente, não tem sido implementado.

Esta fraqueza é devida a muitos factores, incluindo as relações tradicionais de poder entre homem e mulher e outros factores sócio-culturais, incluindo a falta de educação, limites de tempo/prazos, altas taxas de juros cobradas e impostos aplicados. Estes factores limitam o acesso da mulher ao crédito e deixam-na com poucas opções.

O desafio é de informar as pessoas sobre a lei.



*O homem e a
mulher têm diferentes
prioridades ao seleccionar
as culturas.*

As mulheres em algumas províncias, como Maputo e Gaza, usam o sistema de crédito semi-formal como uma alternativa para os seus problemas financeiros, pois este sistema não requer que elas tenham propriedade como garantia colateral. Este sistema tem atraído muitas mulheres vulneráveis (mães solteiras, divorciadas e viúvas).

Existe também um significativo número de mulheres que estão bem de vida, como as que têm poder de tomada de decisões em certas religiões e deveres comunitários, usando este sistema. Na maioria dos casos, o crédito que é oferecido a mulheres em Moçambique é para actividades envolvendo menos riscos e retornos rápidos. Estas incluem a produção de culturas, criação de gado (principalmente caprinos), pequenos negócios e actividades relacionadas com a construção.

Estudos têm mostrado que as mulheres com acesso ao crédito têm melhor acesso a bens e serviços do que as que não têm crédito, contudo a maioria das mulheres está ainda mais pobre e possui menos bens e propriedade, em comparação com os homens. Isto é devido ao facto de que, em algumas comunidades, as mulheres não podem gerir e não gerem o rendimento da família, pois isto é uma tarefa do homem (marido, filho mais velho ou outro membro masculino da família). Todos os bens e propriedade que a mulher adquire, mesmo por herança de sua família, pertencem ao homem.

Enquanto que vários estudos mostram que a mulher poupa mais e que o crédito fornece mais rendimento à família, a maioria dos negócios das mulheres não são bem financiados por companhias micro e macro financeiras. As mulheres, geralmente, pedem empréstimos a amigos, maridos e familiares. Algumas instituições financeiras discriminam mulheres pobres rurais, porque elas não têm garantias e tendem a evitar as áreas em que as mulheres pobres rurais são a maioria e as mais necessitadas.¹⁸

Dados os altos níveis de desemprego e incapacidade de obter empréstimos para iniciar negócios formais, as instituições financeiras têm

de traçar planos que tenham como alvo e apoiem mulheres rurais pobres.

Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA)

No início dos anos 90, Moçambique juntou-se a outros países em desenvolvimento na adopção de políticas económicas neoliberais, geralmente conhecidas como Programas de Ajustamento Social (SAPs). Estas políticas colocam um forte ênfase na reforma e reestruturação da economia, de acordo com princípios de mercado e deixando a produção e o comércio proceder com o menos possível de regulamentos e interferências do governo. Esperava-se que, através deste processo, a pobreza fosse reduzida, dando, assim, aos moçambicanos um controle sobre as suas próprias vidas e o seu desenvolvimento, através da prática directa de negócios.

De acordo com os SAPs, quase todos os serviços públicos, como educação, saúde, abastecimento de água e, virtualmente, todos os estágios de produção foram privatizados à indivíduos ou companhias privadas. Nos últimos anos, Moçambique, tal como outros, concluiu que, em vez de combater a pobreza e elevar os padrões de vida dos pobres, as políticas tornaram as pessoas mais pobres e a diferença entre ricos e pobres, especialmente mulheres, aumentou.

Nos seus esforços para reduzir esta diferença e combater a pobreza absoluta, o governo de Moçambique desenvolveu um Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA). O objectivo central do PARPA é de reduzir substancialmente os níveis de pobreza de 70%, em 1997, para menos de 60%, em 2005, e para menos de 50%, até finais de 2010.¹⁹ Tem havido progresso neste aspecto, pois os níveis de pobreza actualmente são de 54%.

A estratégia do PARPA inclui políticas e programas em seis áreas prioritárias:

- redução da pobreza, incluindo educação;
- saúde;
- agricultura e desenvolvimento rural;
- infraestrutura básica;

boa governança; e gestão fiscal e macro-económica.

O documento descreve a visão estratégica da redução da pobreza, os principais objectivos e as actividades chave a serem realizadas, assim como orienta a preparação de orçamentos anuais, programas e políticas.

Como as mulheres são as mais afectadas pela pobreza, uma das expectativas é que planos nacionais de acção, como o PARPA, se encarreguem deste assunto. Contudo, apesar de as prioridades e questões da mulher terem sido articuladas no PARPA, isto não foi traduzido na prática e, por isso, é necessária uma análise crítica de género da política. Isto será discutido com mais detalhe na Parte II sobre políticas e programas.

A MULHER NA POLÍTICA E TOMADA DE DECISÕES

O número de mulheres em posições de controle e liderança tem aumentado gradualmente nos últimos anos em Moçambique, reflectindo o reconhecimento, por parte de instituições relevantes, da importância de assegurar oportunidades iguais para uma perspectiva de género.

Evidência disto é a nomeação de uma mulher primeira ministra em 2003, e mais recentemente mulheres com a responsabilidade de gerir pastas ministeriais estratégicas, como a dos negócios estrangeiros e cooperação, justiça e recursos minerais, no novo governo. No entanto, a representação geral de mulheres na tomada de decisões e liderança em estruturas chave ainda é baixa.

No serviço público, existem cerca de 105,722 pessoas, das quais 26.9% são mulheres e 73.1% são homens. A percentagem de mulheres é mais elevada em altos níveis do serviço público.

Existem ministérios onde a representação feminina é menor que 25%. Estes são*:

Ministério da Administração Estatal (MAE), 12%;
Ministério do Interior, 18%;
Ministério dos Recursos Minerais e Energia (MIRME), 20%;
Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC), 16%;

Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, 17.3%;
Ministério da Educação e Cultura, 24%; e
Ministério das Obras Públicas e Habitação, 20.5%.

A Mulher em posições de topo em companhias e sindicatos

A lei moçambicana não discrimina, com base no género, nas nomeações para empregos, promoção ou nível salarial, contudo, na prática, ainda existem alguns desafios.

A capacidade de a mulher ter acesso ao emprego formal é geralmente limitada, devido às suas qualificações, que são, em média, mais baixas que as dos homens. As horas de trabalho e alguns factores sociais e culturais são também barreiras para a participação da mulher no emprego formal.²⁰ Outros factores incluem a distância que a mulher tem de percorrer para chegar ao local de trabalho e a natureza dos empregos.

Em relação à força de trabalho no país, o número de pessoas desempregadas registadas pelo Ministério do Trabalho foi de 15.212, um aumento de 18% (dos quais 15% são mulheres) nos últimos dois anos. No mesmo período, 12% das mulheres registadas e desempregadas foram empregadas e foram dados mais empregos a mulheres do que a homens.²¹

De acordo com dados de 2000-2001 do Questionário de Indicadores Básicos de Bem-Estar (QUIBB), as mulheres constituíam 16% de um total de 199.259 empregados.

Apenas 31% dos líderes de sindicatos são mulheres. Na gerência de 397 ONGs analisadas (de um total de 574 ONGs locais e internacionais), a representação da mulher era apenas de 23%. A maioria das ONGs têm directores masculinos, excepto as que se centram em questões de género e da mulher.²²

O número de mulheres envolvidas na política em Moçambique, especialmente em posições de tomada de decisões, está gradualmente a aumentar. As eleições de Dezembro de 2004 aumentaram a representação da mulher na legislatura e conselho de ministros.

Áreas prioritárias para Moçambique

Caixa 2

Após uma análise cuidada das 12 áreas críticas de preocupação da BPFA, o governo de Moçambique decidiu centrar-se nas seguintes áreas temáticas, que colocam uma séria ameaça ao desenvolvimento do país:

Mulher, pobreza e emprego
Educação e formação para mulheres e raparigas
Mulher, saúde, HIV e SIDA
Direitos da mulher e violência
Mulher no poder, em instituições de tomada de decisões e na mídia
Mecanismos institucionais para o avanço da mulher
Agricultura e desenvolvimento sustentável
Mulher e leis
As áreas prioritárias foram incorporadas no PNAM e o governo juntamente com ONGs desenvolveu programas, com o objectivo de reduzir as desigualdades de género em todos os sectores económicos e sociais. O progresso feito neste aspecto será discutido mais adiante neste perfil.

FONTE Plano Nacional de Acção para Avanço da Mulher, 2002-2006

Esta panorama prometedora é, no entanto, afectado por outras realidades. Por exemplo, dos 31 partidos políticos no país, nenhum tem uma mulher como presidente. De acordo com o MAE e o MMCAS, dados anteriores a 2005 mostram que, a nível executivo, haviam 22 ministros homens e apenas 3 ministras mulheres. Na categoria de vice-ministro, haviam 13 homens e apenas quatro mulheres. Tradicionalmente, em termos de participação de mulheres em posições de poder, a situação não é diferente em comunidades locais. Um estudo realizado pelo MAE sugere que as mulheres podem dar opiniões, mas a sua aceitação depende se estas se encaixam ou não no sistema patriarcal de tomada de decisões.

A mulher na assembleia nacional

Na legislatura de 1999-2004, 31.2% dos 250 membros do parlamento eram mulheres. Na legislatura actual (2004-2009), o número aumentou para 35.6% dos 250 membros, implicando um aumento de 4.4%, como apresentado no Quadro 1.

decisões, principalmente no partido no poder, Frelimo, onde as mulheres no parlamento, antes das eleições de Dezembro de 2004, representavam 41.3% (55 dos 133 lugares ocupados por este partido). Após as recentes eleições, a Frelimo tem, neste momento, 69 mulheres (43.1%) dos 250 lugares da Assembleia Nacional. Na Renamo - UE, as mulheres ocupavam 23 dos 117 lugares, correspondendo a 19.6%. Depois das eleições de Dezembro de 2004, a Renamo passou a ter 20 mulheres (22.2%) dos 250 lugares do parlamento.

O parlamento é uma das áreas em que se tem notado um aumento visível da representação feminina. Os Quadros 1 - 4 ilustram este aspecto. São necessários imensos esforços e advocacia para que os números aumentem ainda mais e para se notar um impacto positivo significativo, em relação a mudanças concretas em políticas, estratégias e outras iniciativas que promovem a igualdade de género. Por exemplo, nos debates e advocacia pela mudança no ramo das leis da família e da terra, as organizações da sociedade civil

Deputados por Bancada e Género nas 2ª e 3ª Assembleias Nacionais, 1999-2004 & 2004 -2009

Quadro 1

Descrição	1999/2004 Género				Total	2004/9 Género				Total
	Homens	H%	Mulheres	M%		Homens	H%	Mulheres	M%	
Frelimo	78	58.7	55	41.3	133	91	56.9	69	43.1	160
Renamo- União										
Eleitoral	94	79.4	23	19.6	117	70	77.8	20	22.2	90
Total	172	68.8	78	31.2	250	161	64.4	89	35.6	250

FONTE: Moçambique, MAE, 2005

É importante mencionar que, na primeira legislatura (1994 – 1999), três partidos políticos tinham lugares no Parlamento. Na segunda, haviam apenas dois partidos, devido à aliança entre a Renamo e a União Democrática,²³ - a Renamo-União Eleitoral (Renamo-UE).²⁴

A nível de partido político, tem havido um gradual aumento de mulheres em posições de tomada de

apelaram por mais intervenções por parte de mulheres em posições de tomada de decisões, especialmente deputados.

Por esta razão, o estabelecimento de cotas não é suficiente como estratégia; as mulheres em posições de tomada de decisões têm de contribuir para uma melhor qualidade de intervenções em questões de género.

Um relatório de pesquisas produzido pelo Fórum Mulher em Abril de 2000, intitulado *Políticas da Desigualdade? primeiros elementos para uma avaliação das políticas e programas de género do Governo e ONG's após Beijing*,²⁵ reconhece que a presença da mulher em posições de tomada de decisões é positiva, apesar de afirmar que "...é necessário intensificar o trabalho com deputados femininos para lhes conceder a capacidade e instrumentos para aumentar as possibilidades de intervenção nessa posição de poder."²⁶

Devido a isso, o Fórum Mulher, WIDSAA e a Associação dos Parlamentares Europeus para África (AWEPA) têm vindo a desenvolver actividades de formação para membros do parlamento, a fim de os sensibilizar sobre questões de género. Isto foi motivado pela conclusão de que aumenta quotas para mulheres não aumenta necessariamente o seu poder de tomada de decisões. Mulheres membros do parlamento têm também visitado outros países para ganharem experiência, de modo a melhorar a sua tarefa de integração da questão de género no seu trabalho.

A Mulher no poder executivo

A posição da política do governo moçambicano é de que a atribuição de poder à mulher deve ser integrada em todos os programas de desenvolvimento. De um ponto de vista de partido político, o partido Frelimo, antes das eleições de 1994, tinha uma cota de 30% para mulheres na sua lista de candidatos.²⁷ Esta política iniciou-se durante a guerra nacional de libertação e tornou-se mais bem conhecida após a independência, em Junho de 1975, quando o governo traçou estratégias concretas para a atribuição de poder à mulher. A taxa de analfabetismo relativamente às mulheres era então de 90%. Assim, o governo investiu na educação e alfabetização de adultos, sendo a alfabetização da mulher uma das suas prioridades.

O Governo realizou programas de sensibilização para melhorar a situação da mulher e isto teve um impacto positivo sobre a mulher em

posição de tomada de decisões, incluindo posições de liderança. Antes disso, por exemplo, em 1975, a nível executivo, havia apenas uma mulher no conselho de ministros, como Ministra da Educação.

Esta situação melhorou lentamente e, em 1994, após as primeiras eleições multipartidárias, mais esforços foram levados a cabo para melhorar a participação da mulher, como indicado no Quadro 2.

Composição do Governo entre 1995 e 2005

Quadro 2

Descrição	1995 – 1999			2000			2005		
	H	M	%M	H	M	%M	H	M	%M
Presidente	1	0	0	1	0	0	1	0	0
Primeiro Ministro	1	0	0	1	0	0	0	1	100
Ministros	20	1	4.76	18	3	14.28	20	6	23.07
Vice Ministros	13	4	23.5	4	5	55.5	13	4	23.5
Total	35	5	12.5	24	8	25	34	11	24.4

FONTE INE, 1997; Moçambique, MAE, 2005

É interessante notar que, de 2000 a 2005, haviam mais 5 ministros que anteriormente, como consequência directa do aumento de ministérios. Deste modo, o número de mulheres ministras aumentou de 14.28%, em 2000, para 23.07%, em 2005, o que significa que, neste período, houve um aumento de 8.8%. Dentre os vice-ministros, durante o mesmo período, houve um aumento significativo no número de homens de quatro para 13 (mais nove ministros homens), enquanto que o número de mulheres diminuiu de cinco para quatro, como apresentado no Quadro 2. Na prática, apesar do aumento do número de ministérios, a percentagem de mulheres no poder executivo diminuiu de 25% para 24.4%, como se mostra também no Quadro 2.

Antes das eleições de 2004 e da nomeação de um novo conselho de ministros, em princípios de 2005, as três mulheres ministras do conselho eram do Ministério do Plano e Finanças (MPF), Ensino Superior, Ciência e Tecnologia (MESCT) e MMCAS e, em 2003, foi nomeada uma mulher Primeira Ministra. Luísa Diogo foi re-nomeada Primeira

Ministra em 2005 e o novo conselho tem quatro mulheres nos ministérios dos Recursos Minerais, Justiça, MMCAS e Negócios Estrangeiros e Cooperação.

Dados sobre a Situação da Mulher a Nível Judicial Quadro 3

Posição	Homem	Mulher	Total	Mulher %
Conselheiras de Juízes	7	0	7	0
Magistradas	137	30	167	17.96
Juizes Presidentes	93	7	100	7
Técnicas Legais	169	27	196	13.77
Advogadas	186	40	226	17.69
Advogadas Adjuntas	6	1	7	14.28
Advogadas Provinciais	35	7	42	16.66
Advogadas Distritais	101	18	119	15.12

FONTE: CMSJ, 2003

A Mulher no sistema judicial

Dados disponíveis mostram que a representação da mulher nas estruturas judiciais ainda é baixa, como se pode observar no Quadro 3. Contudo, é importante mencionar que a integração de assuntos de género em estruturas judiciais tem tido especial atenção por

parte de algumas organizações e instituições que trabalham nesta área. Esta atenção especial tem-se traduzido em actividades de consciencialização e capacitação e têm sido levadas a cabo nos últimos dois anos, especialmente em 2003. O objectivo destas actividades é de criar consciência entre as estruturas do poder judicial, de modo a melhorar o seu serviço e acompanhar casos de violação dos direitos da mulher.

O Fórum Mulher e o Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ) têm levado a cabo actividades específicas de capacitação e consciencialização para oficiais seniores na magistratura, ministério público e oficiais de justiça. Na sua filosofia institucional, o CFJJ tem como objectivo integrar um módulo sobre questões de género e judiciária no currículo de todos os cursos oferecidos pela instituição. Informação mais recente mostra um aumento no número de magistrados, como se pode observar nos Quadros 4 e 5.

Mulher no serviço público

O governo, através do MAE, iniciou um processo de reforma no serviço público, com o objectivo de reduzir a burocracia nos seus sistemas operativos. Entre outras medidas, haverá uma redução de pessoal neste sector. No entanto, ainda é muito cedo para se saber o resultado desta iniciativa em relação à participação da mulher em posições de tomada de

decisões no sector. É importante notar que anteriormente, em semelhantes processos, as mulheres foram as mais afectadas negativamente, pois foram as primeiras a serem despedidas. Alguns activistas recomendaram que as organizações dos direitos da mulher deveriam criar uma instituição para monitorar o processo por perto. De acordo com os princípios que guiam a criação do MMCAS, esta instituição proposta deve monitorar este processo para evitar que a mulher seja prejudicada. Em suma, como se discutiu anteriormente, o governo levou a cabo esforços para aumentar a participação da mulher na tomada de decisões neste sector, como apresentado no Quadro 6.

Uma comparação de dados no Quadro 6, dos anos antes e após 2002, mostra um aumento questionável no número de chefes de departamento, divisões e secções, geralmente devido a um simultâneo e significativo aumento destas estruturas, nas quais o homem continua a ter uma presença predominante em relação à mulher. O mesmo Quadro mostra também que haviam apenas seis mulheres no poder executivo, representando 23.07%.

O Quadro 4 mostra que, a nível ministerial, haviam quatro mulheres secretárias permanentes, representando 23.52%. A nível do governo local haviam 26 mulheres administradoras de distrito, correspondendo a 20.3%. Estes números são considerados baixos, tendo em conta o número total de administradores de distrito (129). A representação de mulheres vereadoras era de 29.7%.

Apesar disso, a tendência a nível local mostra uma redução no número de mulheres. Em relação à representação diplomática externa, haviam apenas três mulheres embaixadoras comparadas com 10 homens. O Quadro 6 apresenta os esforços que têm sido feitos para integrar mais mulheres em posições de tomada de decisões, mesmo que os números sejam ainda muito baixos. Esta diferença é ainda mais distinta em estruturas locais.

Juizes no Tribunal Supremo por Género, 2005 Quadro 4

Título	Homens	Mulheres	Total
Juizes	7	1	8
Total	7	1	8

FONTE: CFJJ, 2005

Magistrados por Género, Quadro 5 2005

Título	Homens	Mulheres	Total
Juizes	161	44	205
Promotores Públicos	119	37	156
Total	280	81	361

FONTE: CFJJ, 2005

Mulher em Posições Políticas e de Tomada de Decisões Quadro 6

Posições de Tomada de Decisões	Nº of		Nº of		Total		% de	
	1997	2005	1997	2005	1997	2005	1997	2005
Governo								
Primeiro Ministro	0	1	1	0	1	1	0	100
Ministros	1	6	22	20	23	26	4.3	23.07
Vice-Ministros	3	4	15	13	18	17	16.6	23.5
Parlamento	71	89	179	161	250	250	28.4	35.6
Partidos Políticos								
FRELIMO	-	69	-	91	-	160	-	43.1
RENAMO-UE	-	20	-	70	-	90	-	22.2
Governos Provinciais								
Governadores Provinciais	0	2	10	9	10	11	0	18.1
Secretários Permanentes Provinciais	0	4	0	7	0	11	0	36.3
Directores Provinciais	12	33	130	130	142	163	8.4	20.2
Vice-Directores Provinciais	3	3	11	11	14	14	21.4	21.4
Governos locais								
a) Eleitos								
Presidentes de Conselhos Municipais	0	1	0	32	0	33	0	3.03
Vereadores	-	235	-	555	-	790	-	29.7
b) Nomeados								
Administradores Distritais	3	26	125	113	128	139	2.34	18.7
Chefes de Postos Administrativos	-	10	-	288	-	298	-	3.35
Serviço Público								
Secretários Permanentes	2	4	15	13	17	17	11.7	23.5
Directores Nacionais	23	33	141	141	164	174	14.02	18.96
Vice-Directores Nacionais	12	12	59	59	71	71	16.9	16.9
Chefes de Departamento	148	148	620	620	768	768	19.27	19.2
Chefes de Divisão	157	157	-	399	-	556	-	28.2
Chefes de Secção	-	297	-	622	-	919	-	32.3
Embaixadores/Altos								
Comissários								
Embaixadores	2	3	12	10	14	13	14.2	23.07
Judiciária								
Juízes	-	18	-	-	-	-	-	-
Procurador Geral	0	0	1	1	1	1	0	0
Vice- Procurador Geral	0	1	-	3	-	4	0	25
Magistrados	-	-	-	-	-	-	-	-
Exército								
Oficiais	6	24	-	138	-	162	-	14.8

FONTE Moçambique, MAE, Dezembro 2005, actualizado pelo MMCAS

Mulher em organizações da sociedade civil

A nível de sindicato

De acordo com o coordenador do Comité Nacional da Mulher Trabalhadora (COMUTRA) no sindicato nacional, os direitos dos trabalhadores em Moçambique, especialmente das mulheres trabalhadoras, são violados. Os homens chefiam a maioria dos sindicatos. O COMUTRA foi estabelecido para, efectivamente, defender os direitos das mulheres trabalhadoras. No entanto, a questão

que se coloca é se os direitos humanos das mulheres estão sendo violados porque os sindicatos são liderados por homens ou devido à falta de conhecimento sobre assuntos de género, em geral.

As mulheres nos sindicatos encaram vários obstáculos para ter acesso a posições de liderança. Alguns destes obstáculos incluem o estereótipo de mulheres com inclinações sexistas, especialmente as mulheres que desejam tomar posições de liderança. As longas horas de trabalho na maioria dos sindicatos, assim como os seus

Desafios para alcançar a equidade de género e o ensino primário universal

Caixa 3

Pouco valor dado à educação das raparigas;
Fardos pesados de trabalho para raparigas devido ao trabalho doméstico e sazonal;
Tensão entre os sistemas de educação formal e tradicional (casamento prematuro, preços das noivas e instrução alternativa);
Baixo número de professoras e directoras de escolas, especialmente em áreas rurais;
Pobreza e casamento prematuro como resultado;
Assédio sexual por professores e colegas de escola;
Distância entre a escola e casa, devido à falta de internatos para responder às necessidades específicas das raparigas;
Limitadas redes de escolas, especialmente em áreas rurais pobres, resultando em salas de aula sobrelotadas;
Falta de estratégias de apoio baseadas na comunidade para crianças com necessidades especiais, especialmente orfãs de SIDA;
Falta de programas de alfabetização e de um sistema de educação não formal, especialmente para os que desistem da escola e crianças que não frequentam a escola;
Falta de estratégias para reduzir a vulnerabilidade da infraestrutura de ensino a calamidades naturais;
Custo do ensino, apesar de se terem abolido as propinas;
Participação limitada de mulheres e raparigas no ensino vocacional e técnico, particularmente em áreas não tradicionais e com alta demanda de emprego (TIC, engenharia, etc);
Apoio institucional desigual para o desenvolvimento e atribuição de poder à mulher, particularmente no serviço público, por exemplo, a falta de políticas de gestão que promovam o equilíbrio de género.

FONTE Government of Mozambique, *Report on the Millennium Development Goals (MDGs)*, Mozambique, 2002 and 2005

modos de actuação geralmente não são sensíveis ao género e não reconhecem as responsabilidades domésticas das mulheres trabalhadoras.²⁸ Existe uma enorme discrepância a favor dos homens em relação à liderança nas posições de gerência dos sindicatos.

Moçambique, comparado com outros países da África Austral, tem altas percentagens de representação de mulheres em algumas estruturas de poder. Contudo, mesmo em sectores e estruturas onde a posição da mulher é considerada positiva, os números estão longe de alcançar as metas. As razões para tal incluem o facto de se esperar que as mulheres em posições de tomada de decisões melhorem a sua participação na discussão e implementação de políticas e programas para eliminar as desigualdades de género e promover os direitos da mulher. A patriarquia difundida, que ainda domina e impede a participação activa da mulher, é também outra razão.

A participação da mulher em posições de tomada de decisões e processos, não só é baseada na discriminação de género, mas também depende de questões sociais e culturais que contribuem para desencorajar a mulher a tomar posições de liderança, a estes níveis. São necessárias mais medidas legais para acelerar esta mudança e assegurar que mais mulheres participem na tomada de decisões.

EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA

O sistema de educação em Moçambique tem duas secções: formal e informal. O primeiro designado para erradicar o analfabetismo e contribuir efectivamente para um sistema de educação não discriminatório. Desde 1997, a desigualdade do género no ensino primário em Moçambique tem estado a fechar-se gradualmente nos níveis mais baixos deste ensino, apesar de ainda persistirem desigualdades nas oportunidades de educação para rapazes e raparigas.

De acordo com o relatório de Moçambique de 2005 sobre os ODMs, 83 raparigas para cada 100 rapazes foram matriculadas em 2003, mais do

que 71 em 1997. No ensino secundário, a lacuna é maior e não houve melhoramento significativa no mesmo período, com uma proporção de raparigas para rapazes de 76%. As discrepâncias são maiores nas províncias centrais e do norte, devido a razões culturais, que não motivam as raparigas a frequentar a escola.

A lacuna de género na alfabetização está a estreitar-se entre as novas gerações desde 2001, especialmente no grupo etário 15-19 anos. Isto é atribuído à Política Nacional de Educação e Estratégias de Implementação, produzidas em 1995, que reconhecem a educação como um instrumento fundamental para o crescimento económico e desenvolvimento social, de modo a promover o bem-estar dos indivíduos e o desenvolvimento sustentável do país. Contudo, a taxa de repetição em escolas secundárias é maior para raparigas do que para rapazes (53% e 46%, respectivamente).

Reconhecendo as desigualdades de género no sector da educação, o governo de Moçambique, no seu Plano Estratégico de Educação (PEE): 1997-2003, comprometeu-se a fortalecer e promover o acesso das raparigas à educação. A integração de uma perspectiva de género no PEE era uma das principais metas para facilitar o alcance da igualdade de género, como sublinhado no BPFA e nos ODMs. Actualmente, na segunda fase, o PEE (2004-2008) pretende aumentar o acesso à educação, melhorar a retenção de estudantes nas escolas e reduzir as desigualdades por região, idade e género.

Educação, mulher e bem-estar

A educação é considerada um dos factores determinantes chave do bem-estar social e material das famílias e na redução da pobreza em Moçambique. Trabalho realizado no sector de educação incluiu um investimento neste sector, nas disparidades de género a nível regional e nacional e também entre áreas rurais e urbanas, em relação a níveis de presença nas escolas, especialmente nas províncias do centro e norte do país, onde o nível de desenvolvimento do capital humano é significativamente baixo.

Uma amostra de dados recolhidos entre 1996 e 1997 em 19.180 indivíduos, com idades entre 18-65 anos, no sistema de educação de adultos, em áreas rurais e urbanas, revelou que, em Moçambique, dos 32% da população alfabetizada nas áreas rurais, as mulheres representavam 15.7%. Em áreas urbanas, as mulheres constituíam 57.6% da amostra. Cerca de metade da população fala português e isto é o dobro do número dos que falam português nas áreas rurais. Deste número e dos que falam português, as mulheres representam apenas 33%. Os dados também revelaram que a percentagem de mulheres com alguma educação é de cerca de 32% em áreas rurais, onde apenas 5% completaram o ensino primário, comparada com 68% de mulheres que frequentavam a escola em áreas urbanas e 33% completaram, pelo menos, o 1º ano primário.²⁹

O estudo revelou também que os níveis de alfabetização não variam, dependendo do nível de pobreza. A distinção entre os pobres e não pobres é maior em áreas urbanas, comparado com áreas rurais e varia de acordo com o género.

Para crianças entre os 7 e os 17 anos, a relação entre educação e pobreza é também mais forte em áreas urbanas que em rurais, para ambos os sexos.

Em áreas rurais, 68% da população matriculou-se no ensino primário nas suas aldeias, mas apenas 17.4% completou a escola, isto é, da 1ª à 5ª classes. Das 5.811 pessoas que participaram no levantamento, apenas 30% frequentava a escola fora das suas aldeias, mas tinham que andar mais que uma hora entre a escola e casa.

O nível de educação de uma mãe está estreitamente relacionado com a saúde e o nível nutricional dos seus filhos em idade pré-escolar, especialmente em áreas rurais. De igual forma, o nível de educação dos pais é a influência chave na garantia dos filhos frequentarem a escola, em áreas rurais e urbanas. Enquanto que, em áreas urbanas, o rendimento familiar e a idade dos filhos influenciam a decisão de mandar os

filhos para a escola, nas áreas rurais o sexo dos filhos é o factor mais importante, estando as raparigas em desvantagem, neste aspecto.

Em relação a iniciativas no sector de educação para melhorar o bem-estar, a educação da mulher joga um papel chave especialmente em áreas rurais. Em áreas urbanas, medidas para reduzir o custo de educação, promover matrículas nas escolas, reduzir as taxas de desistência entre crianças de 9 anos ou mais velhas, reduzir as propinas escolares e o custo de materiais escolares (principalmente para reter as crianças de 9 anos e mais velhas) e a introdução de lanches nas escolas, são consideradas as mais importantes.

Ao analisar os factores determinantes de consumo e pobreza em áreas rurais, o levantamento revelou uma relação positiva entre a educação de adultos e o consumo *per capita*, com números mais elevados no sul e decrescendo para norte de Moçambique. Os níveis de alfabetização da mulher têm um impacto maior no consumo *per capita*, com um coeficiente de alfabetização três vezes mais alto do que os do homem no sul e duas vezes mais alto no centro do país.

Outro aspecto importante notado é o efeito positivo que certo nível de educação tem sobre o consumo *per capita*, quando, por exemplo, pelo menos um membro da família tem o segundo nível (EP2) ou mais do ensino primário. Das análises realizadas sobre os padrões das áreas urbanas, não existem diferenças significativas entre educação de adultos e consumo *per capita*, mas é significativa em termos de níveis de alfabetização da mulher e do número de membros do AF.³⁰

Outros estudos sobre a relação entre educação e bem-estar indicam que cerca de 44% dos chefes de família que subsistem da agricultura são analfabetos e apenas 0.6% dos membros das famílias de pequenas e médias unidades agrícolas recebem certa capacitação formal em agricultura.³¹ Por outro lado, o acesso da mulher ao crédito rural nas áreas rurais é mais alto para as que frequentaram a escola por mais tempo.

O nível educacional da mãe está estreitamente ligado ao estado de saúde e nutricional dos seus filhos.

A nutrição e o bem-estar são factores chave no sector da educação devido à relação directa entre a nutrição e o desempenho escolar.

Por exemplo, 38% das mulheres com crédito semi-formal frequentaram a escola, enquanto que 29% falam e lêem o português, comparado com 32% de mulheres sem crédito, que frequentaram a escola, e 18% que sabem ler e escrever.³²

Programas para a educação da rapariga

Como foi exposto anteriormente, o governo de Moçambique desenvolveu um Plano Estratégico de Educação, enfatizando a educação da rapariga. Entre 1997 e 2003, por exemplo, o Plano de Acção para a Integração de uma Perspectiva de Género no Plano Estratégico de Educação forneceu o impeto para acelerar a igualdade de género na educação. Dentro do ministério da educação existem dois grupos de trabalho com foco no acesso à educação e à qualidade da mesma. É dada atenção especial a questões e desafios que comprometem a educação da rapariga.³³

Em termos de iniciativas em curso, o “Projecto de Educação da Rapariga” é um dos mais importantes. Este projecto tem como objectivo aumentar a matrícula e retenção da rapariga na escola, assim como apoiá-la, de modo a melhorar o seu desempenho pedagógico. O projecto, que tem vindo a decorrer desde 1994, com financiamento do UNICEF, já se espalhou a quase todas as províncias.

Com a contribuição de outros programas e ONGs, o “Projecto de Educação da Rapariga” inclui módulos de educação não formal, incluindo a criação de círculos de interesse para actividades práticas, como costura, olaria e capinagem. O projecto fornece programas de alfabetização para raparigas que desistiram da escola, devido a gravidez prematuras e para outras mulheres adultas. O plano é de atribuir bolsas de estudo para capacitar tais raparigas a continuarem a estudar no nível de ensino secundário. O projecto tem também sessões abertas de sensibilização para educar os pais sobre a necessidade de reduzir o número de desistências femininas.

Os resultados do projecto podem ser evidenciados pelo significativo melhoramento na matrícula e retenção da rapariga na escola. Existe uma maior aceitação, envolvimento e atribuição de poder a líderes comunitários, professores, pais e educadores para melhorar a presença regular nas escolas e o desempenho académico das raparigas. Foram definidas metas para a matrícula de raparigas e professoras nas escolas (actualmente a proporção de professores/professoras é muito baixa). Por exemplo, Maputo espera alcançar uma meta de 70% de mulheres como directoras de escolas. Nas províncias de Cabo Delgado e Nampula, as cerimónias de iniciação e rituais tradicionais terão lugar apenas durante as férias escolares.³⁴

Nutrição e bem-estar nas escolas

A nutrição e o bem-estar são considerados pelo MINED factores chave no sector da educação, devido à relação directa entre a nutrição e o desempenho escolar. Assim, o governo introduziu medidas para melhorar a segurança alimentar nas escolas internas e nas regiões do país mais afectadas pela fome. O programa de lanches na escola, que espera aumentar a retenção de crianças, especialmente raparigas, nas escolas, é uma das medidas que tem sido apoiada pelo Programa Mundial de Alimentação das Nações Unidas (PMA), através do fornecimento de alimentos a escolas internas. Neste programa para Moçambique (2002-2006), o PMA definiu a educação e a formação como sectores chave para centrar e focar as suas principais actividades de desenvolvimento, que contribuirão fortemente para o investimento de capital humano no país, através do apoio ao Plano Estratégico de Educação (PEE) e às famílias pobres.

O programa “comida para as escolas”, que é uma das três actividades básicas do PMA, é complementado pela construção de escolas comunitárias, formação e capacitação de pessoal para a gestão eficiente de escolas internas. O PMA garante o fornecimento de alimentos e bens não alimentares aos seguintes:

escolas internas no país, com três refeições por dia para estudantes e pessoal;

escolas primárias diurnas, onde as refeições são preparadas e distribuídas às crianças uma vez em todos os turnos da manhã (duas refeições por dia para crianças que dormem na escola durante a semana, porque as suas casas distam bastante da escola). ranchos mensais dados às raparigas e orfãos nas escolas, com um lanche para levar para casa;

ranchos mensais dados às crianças de escolas localizadas em zonas de insegurança alimentar e, com alta prevalência de HIV e SIDA, ou que não têm um lanche para comer na escola.

Este programa começou em quatro províncias, em Julho de 2004, e, através das Actividades de Alimentação Escolar, o PMA fornece alimentos a 328.520 beneficiários em dez províncias. O MINED, que gere o programa do PMA, é apoiado por agências internacionais, ONGs, autoridades distritais e comunitárias, directores e associações de pais e professores das escolas envolvidas. Calcula-se que foram distribuídos alimentos a 269.000 pessoas por mês em 2003. Isto incluiu 124.000 beneficiários de lanches escolares; 41.000 beneficiários de escolas internas; 18.000 raparigas e 24.000 orfãos em escolas com um programa de lanche escolar, assim como 62.000 crianças de escolas sem um programa de lanche escolar e localizadas nos distritos mais vulneráveis, em termos de segurança alimentar e de nutricional.³⁶

Alfabetização e educação de adultos

Actualmente existem 2.371 centros de alfabetização (primeiro e segundo anos) para educação de adultos em 133 dos 148 distritos de Moçambique, incluindo municipalidades e cidades capitais. Comparado com o ano de 2002, o número total de professores de alfabetização e educação de adultos aumentou em 2003, de 20% para 57%, respectivamente, tendo Nampula e Zambézia mais centros e professores de alfabetização e educação de

adultos. A cobertura territorial da Zambézia é apenas de 41%, comparada com outras províncias.

Em 2003, a taxa nacional média de alfabetização para mulheres era de 58% e 48% em educação de adultos. Dados estatísticos anuais mostram que as mulheres são as principais beneficiárias de programas de alfabetização em todas as províncias. Na educação de adultos, a mulher representa entre 53%-83% do número total de professores em seis províncias.

Apesar de mais mulheres comparecerem aos centros de alfabetização e educação de adultos, a taxa de analfabetismo continua a ser elevada em mulheres. A taxa total em 2002/03 foi de 53.6%. As províncias do norte tinham taxas mais elevadas, entre 61-64 % (verificar estas percentagens) e, as províncias de sul, taxas mais baixas de entre 28.6% e 45%. A cidade de Maputo tinha a mais baixa taxa de analfabetismo de mulheres, em todo o país (22%). A taxa de analfabetismo de adultos era de 52.8%, em 2004, com diferenças entre áreas rurais e urbanas. Contudo, a taxa de analfabetismo de mulheres diminuiu ao longo do tempo, de 71.2%, em 2000, para 66.2%, em 2004, como se pode observar no Quadro 7.

Educação primária e secundária

De acordo com estatísticas oficiais, cerca de 60% de crianças em idade escolar estão na escola primária, 8% na escola secundária e apenas 0.2% no ensino superior.³⁷ Da análise de desempenho feita durante a revisão da Fase 1 do PEE (1999 - 2003), notou-se que, em geral, houve um aumento das taxas de ingresso de raparigas em todas as províncias.

A participação das raparigas ainda é baixa e a média nacional é de 45% no Ensino Primário do Primeiro Grau (EP1); 40% no Segundo Grau (EP2); 41% no Primeiro Ciclo do Ensino Secundário Geral (ESG1); e 38% no Segundo Ciclo (ESG2). Comparada com 2002, a taxa foi a mesma em EP1, aumentou apenas 0.5%, 0.6% e 1% nos outros níveis, respectivamente. A província e cidade de Maputo tiveram valores mais elevados (até 55%). Notou-se

Taxa de Analfabetismo de Adultos por Género (2000-2004) Quadro 7

Género	2000	2001	2002	2003	2004
Feminino	71.2	69.9	68.7	68	66.2
Masculino	40.2	40.2	37.6	36.7	34.4
Total	55.7	55.6	53.2	52.3	50.3

FONTE INE 2000 and 2004

que nas províncias de Nampula, Tete, Gaza, e cidade de Maputo, a proporção de raparigas aumentou no Segundo Ciclo do Ensino Secundário Geral (ESG2), em comparação com o nível anterior.

A participação de raparigas nas escolas, em geral, ainda é preocupante, tendo em conta a meta dos ODMs, com o fim de eliminar as disparidades de género em escolas primárias e secundárias até 2005 e, a todos os níveis, até 2015.³⁸

O número de professoras aumentou 4% entre 1997 e 2005, de 23.5% para 28.7% e a maioria lecciona no sul do país. No EP1, a proporção de professoras em relação a professores aumentou ligeiramente e baixou no ESG, entre 1999 e 2001. O número de raparigas que desistem da escola é mais alto, especialmente nas classes iniciais do EP1 e os resultados dos exames das raparigas, especialmente nas 7ª e 10ª classes, são mais baixos que os dos rapazes.

Em relação à alfabetização e educação de adultos, esforços têm sido feitos para aumentar as oportunidades de acesso à educação básica para a população jovem e adulta, com particular ênfase nas mulheres e raparigas. A ideia é de reduzir os níveis de analfabetismo para, pelo menos, 30% até ao ano 2015. O sucesso de melhorar a educação inclui a formação de 1.310 mulheres, de 3.642 professores, através de um curso de educação à distância oferecido pelo IAP (1996-2002), que contou com a participação de 526 mulheres, de 2.100 professores, em 2002.

Uma avaliação do Ministério da Educação sobre a implementação do PEE por género e província, no período 1997-2003, indica que, em geral, tem havido um melhoramento nas taxas nacionais e nas taxas das raparigas, em particular.

Taxa de desempenho escolar

Indicadores das taxas de desempenho de estudantes, que terminaram com sucesso as últimas classes,³⁹ mostram que houve um aumento de 54 para 75% no EP1; 37% para 60% no EP2 e 33% para 55% no ES1. A percentagem de raparigas na

escola primária (EP1 e EP2), em 2002, foi de 44.6% e as metas para 2004, 2005 e 2006 são de 45.6%, 46.1% e 46.7%, respectivamente. As metas para 2004 e 2005 não foram alcançadas e os valores foram de 43.3% e 43.5%, respectivamente. Na 5ª classe, a média nacional de desempenho escolar subiu de 60% em 1995 para 67.5% em 2002, em todas as províncias. A mesma tendência foi observada na taxa de desempenho das raparigas, que aumentou de 59% para 66.8%. Esta taxa não mostra diferenças da média nacional, excepto nas províncias da Zambézia (55.2%) e Niassa (59.4%).

A taxa de desempenho para a 7ª classe foi de 61% em 2002, da qual 57% eram raparigas. Apesar da meta ter sido atingida, a diferença em desempenho entre raparigas e rapazes é evidente nesta classe.

O desempenho mais baixo foi observado na 10ª classe. Contudo, a tendência do desempenho escolar neste nível é positiva, com uma média nacional de 53.8% em 2002, mais alta que em 2001. A mesma tendência notou-se em relação ao desempenho das raparigas, apesar de ser mais baixa que a dos rapazes. Em 2002, cerca de metade das províncias tiveram taxas de desempenho abaixo da média nacional, incluindo as de menos de 50%, como Gaza (44.3%) e Manica (47.5%). Tal como nos níveis inferiores, o desempenho das raparigas na 10ª classe é mais baixo que o dos rapazes nas mesmas províncias e abaixo da média nacional.⁴⁰

Presença Comparcimento escolar bruta

A taxa bruta de escolaridade⁴¹ no EP1 aumentou de 92.1% em 2000, para 121.2% em 2004. No entanto, existe ainda uma lacuna entre raparigas e rapazes, em termos de presença escolar. Em 2004, a taxa de presença escolar para raparigas no EP1 era de 102.4% contra 122.7%, para rapazes, no mesmo nível.

O aumento desta taxa é resultado da expansão de oportunidades de acesso à escola, através da construção de novos espaços educacionais e inclusão de mais professores no sistema de educação.

Evolução da Presença Escolar Bruta no EP1, por género, no Ensino Público e Privado Quadro 8

Ano	Raparigas	Rapazes	RR
2000	79.7	104.5	92.1
2001	88.9	113.6	101.3
2002	95.1	117.8	106.5
2003	102.4	122.9	112.7
2004	111.8	130.5	121.2

Fonte: INE/MINED, 2004

No EP2, a taxa bruta da presença escolar está a aumentar, mas é menor que a taxa no EP1. Isto pode ser atribuído a desistências neste nível e falta de escolas para este nível, em áreas rurais. Por vezes, as pessoas têm de emigrar para encontrar uma escola do nível EP2 e isso é dispendioso para famílias pobres. No ano 2000, a taxa bruta da presença escolar no EP2 era de 25.3% e subiu para 47% em 2004. Uma análise baseada na perspectiva de género mostra uma grande diferença entre rapazes e raparigas. Em 2004, a taxa bruta do comparecimento escolar era 38.5%, contra 55.5% para rapazes, o que mostra uma disparidade de género.

Proporção de matrículas das Raparigas

O indicador de matrículas e da retenção das raparigas em escolas primárias e secundárias,⁴² a nível do EP1, mostra um sucessivo aumento, como resultado da expansão da rede escolar, principalmente a nível de áreas rurais e a resultante redução da distância entre a escola e casa.

Em 2005, a proporção média nacional para raparigas no EP1 foi de 46.3% e aumentou 0.4% comparado com o ano anterior (2004) e 3% comparado com o ano 2000. O aumento da participação de raparigas é grandemente influenciado pelas matrículas nas quatro províncias do sul, cujas proporções eram entre 46% e 52%. Excepto para Tete (45.1%), as restantes províncias estavam abaixo da média nacional.

A nível do EP2, a proporção de matrículas de raparigas, nos últimos seis anos tem variado entre 39% e 40.5%. Em 2003, o índice de 40% foi influenciado pela média das províncias do sul, que está acima da média nacional, com percentagens entre 46% e 51.8%. Sete províncias estão abaixo desta média, com taxas de comparecimento entre 30% e 37%. Tal como a nível do EP2, a nível do EP1, a proporção média nacional de 40.3% em 2003 tem estado estável durante os últimos seis anos. Esta média é fortemente influenciada pelas províncias do sul, onde as matrículas das raparigas variaram entre 43.2% e 54.6%. As restantes

províncias continuam com índices abaixo da média nacional.

A média nacional para a participação das raparigas no EP2 e ES1 tem estado estável nos últimos sete anos, desde que estes níveis de ensino foram alargados para áreas rurais, onde a participação das raparigas é baixa. Esta participação nas áreas rurais é influenciada pela falta de uma rede escolar e pela desistência escolar das raparigas.

Retenção das raparigas

Uma análise do indicador de retenção das raparigas no ensino primário e secundário, a nível do EP1, mostra que excepto no ano escolar de 2001, as taxas médias aumentaram substancialmente. A probabilidade de frequentar a 5ª classe era de 405/1000 em 1997/98 e aumentou para 408/1000 em 2002/03. As taxas de retenção de raparigas eram baixas, comparadas com a média nacional, o que significa que os rapazes têm mais probabilidade de continuar os seus estudos nas classes seguintes. Apesar das taxas de retenção geralmente positivas, existem ainda altas taxas de repetições. Esta situação diminui a oportunidade de vagas para novos estudantes nas escolas e atrasos na finalização do nível/classe de ensino que o aluno está a frequentar.

No EP2, as taxas de retenção têm aumentado sistematicamente desde 1997/98. A probabilidade de crianças frequentarem a 7ª classe subiu de 727/1000 para 830/1000 e houve quase o mesmo aumento para raparigas. No ES1, as taxas de retenção aumentaram na mesma proporção que no EP2, com uma pequena margem de diminuição no ano escolar 2001/02. Deste modo, a probabilidade de um estudante frequentar a 10ª classe foi de 627/1000 em 1997/1998 para 779/1000 em 2002/03. A retenção de raparigas melhorou significativamente, comparada com o ano escolar de base, contudo ainda persistem diferenças notáveis, comparada com a média nacional. Isto significa que os rapazes têm uma probabilidade mais elevada de sobreviver, neste nível.

Uma comparação dos resultados obtidos por nível de ensino indica que

Evolução da Presença Escolar Bruta no EP2, por género, no Ensino Público e Privado Quadro 9

Ano	Raparigas	Rapazes	RR
2000	20.1	30.5	25.3
2001	23	35.5	29.3
2002	25.9	39.9	32.9
2003	29.6	44.4	37
2004	34.8	50.7	42.8
2005	38.5	55.5	47

FONTE INE/MINED, 2005

Evolução da Proporção de Raparigas em Escolas Públicas, 2000 -2005 (%) Quadro 10

Nível	2000	2001	2002	2003	2004	2005
EP1	43.3	44	44.6	45.3	45.9	46.3
EP2	39.4	39.3	39.4	40	40.7	40.8
ES1	40.1	40.2	40.3	40.3	40.1	41.3

FONTE Moçambique, MEC, EDUCSTAT 2005

a retenção no EP1 é mais baixa que nos seguintes níveis de ensino e o mesmo se aplica ao ES1, em relação ao ES2. Esta comparação indica que, quanto mais baixo o nível, em termos de anos de escolaridade, maior é a probabilidade dos estudantes sobreviverem no sistema de educação. No entanto, em todos os níveis, existem ainda altas taxas de repetições, um obstáculo no sistema de educação.⁴⁴

Proporções de professores

A proporção nacional entre professoras e professores subiu de 25.7% em 2000 para 28.7% em 2005. A mesma tendência nota-se em todas as províncias, mas com diferenças. A Cidade de Maputo com 62% e a província de Maputo com 50.2% são as únicas, em que a presença de professoras é significativa. Algumas províncias têm proporções mais baixas: Gaza (48.7%) e Inhambane (40.3%). Nas outras províncias as taxas eram menores que a média nacional, especialmente para Cabo Delgado (11.7%) e Zambézia (16.6%) com índices muito abaixo da média nacional.

As causas principais dos baixos números de professoras incluem a baixa frequência escolar de raparigas comparada com a dos rapazes, o que afecta o seu potencial para formação profissional, a falta de condições conducentes para as professoras, falta de modelos femininos para as raparigas, falta de incentivos na profissão de professor e o critério de recruta e colocação de professoras.⁴⁵

casa e escola, número limitado de vagas disponíveis no EP2, falta de confiança no sistema escolar por parte dos pais, devido à prevalência de professores homens, abuso e assédio sexual e às percepções negativas sobre o sucesso das raparigas na escola.

Ensino superior

No ano 2000, foi traçado um plano estratégico para o ensino superior em Moçambique para o período 2000-2010. Este plano foi desenhado com intenção de expandir e harmonizar as oportunidades de acesso ao ensino superior com as necessidades do mercado de trabalho e a sociedade, melhorar a qualidade do ensino e pesquisa, promover equidade social, regional e do género, responder a necessidades sociais e culturais, assim como a mudanças na economia de mercado, garantindo sustentabilidade e apoiando a competitividade. O Ministério para o Ensino Superior, Ciência e Tecnologia foi criado para promover a reforma do ensino superior, desenvolvimento de políticas e do plano estratégico para o ensino superior, para o período 2000-2010.

Além do desenvolvimento das já existentes instituições de ensino superior, privadas e públicas, novas escolas e instituições superiores têm sido criadas, permitindo maior acesso a este nível de educação. Contudo, o maior obstáculo é o número limitado de vagas em instituições públicas, para acomodar o crescente número de candidatos. Os cursos das instituições públicas são mais procurados, devido às suas estruturas de propinas que são comparativamente mais baixas do que as das instituições privadas.

A proporção de mulheres matriculadas no nível de ensino superior é mais baixa do que a nível mais baixos no sistema de educação, com uma diminuição, em 2001-2002, comparada com o ano anterior. A Academia de Ciências Policiais (ACIPOL) tem o índice mais baixo de matrículas (12%-15%), e o ISPU tem o índice mais alto (53.3%). Em 2004, a proporção nacional de mulheres matriculadas no nível de ensino superior foi de 32.7%.

Evolução da Proporção de Professoras no EP1, Escolas Públicas, 2000 - 2005 (%) Quadro 11

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Média nacional	25.7	26.7	27.5	29	27.9	28.7

FONTE Moçambique, MEC-EDUCSTAT 2005

Percentagem das Taxas de Desistência em Escolas Primárias e Secundárias, por ano e por Género, 2000-2003 Quadro 12

Nível	População	2000 %	2001 %	2002 %	2003 %
Escola Primária	Feminina	6.8	6.9	8.6	8.2
	Masculina	7.1	7.3	8.5	8.3
	Total	6.9	7.1	8.6	8.3
Escola Secundária	Feminina	3.3	8.9	6.3	9.6
	Masculina	0.9	5.3	4.1	6.1
	Total	2.1	7.1	5.2	7.9

FONTE Moçambique, MINED, 2003

Matrículas no Nível de Ensino Superior, por Género

Quadro 13

Matrículas no nível de Ensino Superior – Instituições Públicas 2000-2004										
Instituições	2000/01		2001/02		2002/03		2003/04		2004	
	Mulheres	Total	Mulheres	Total	Mulheres	Total	Mulheres	Total	Mulheres	Total
UEM	1 918	7 406	1 797	7 094	1 969	8 046	1 867	7 349	2 446	9 683
UP	605	2 225	724	2 136	751	3 072	751	3 072	816	3 634
ISRI	86	287	77	251	90	307	142	520	159	517
ACIPOL	10	124	20	163	35	230	45	294	57	356
E.Náutica									24	165
Sub Total 1	2 619	10 042	2 618	9 644	2 845	11 655	2 805	11 235	3 502	14 355
Matrículas em Instituições Privadas de Ensino Superior 2002-2003										
ISCTEM	403	791	575	1 030	516	999	672	1 327	798	1 533
ISPU	776	1 429	995	1 798	995	1 798	1 083	1 992	1 147	2 150
ISUTC	15	79	31	139	47	191	54	230	82	326
UCM	483	1 199	576	1 402	730	2 301	721	1 875	863	2 128
UMBB	5	52	40	156	112	453	130	386	357	563
UDM							73	180	368	683
Sub Total 2	1 682	3 550	2 217	4 525	2 400	5 742	2 733	5 990	3 615	7 383
Total	4 301	13 592	4 835	14 169	5 245	17 397	5 538	17 22	57 117	21 738

FONTE: Moçambique, MPF-PES, 2005

A percentagem de mulheres graduadas de instituições do ensino superior, em 2002, variou entre 31% e 33% na Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e na Universidade Pedagógica (UP), e foi de 53% e 56% no Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI) e no ISPU, respectivamente.

O número de graduados da UEM em 2003 foi de 65 Bacheréis, 566 Licenciados e cinco Mestrados, dos quais, 40%, 28% e 60%, respectivamente, são mulheres. Pode-se observar que a percentagem de mulheres no grupo de licenciados é muito reduzida e mais baixa que no ano anterior.

Em 2004, a percentagem de mulheres graduadas variou entre 27.78% e 53.12% em universidades públicas e privadas, respectivamente. As mulheres parecem continuar a dominar os chamados 'cursos de mulheres', como é o caso das ciências sociais. Em 2004, apenas 13.6% de estudantes femininas se graduaram em engenharia, indústria e construção, em instituições públicas. No mesmo ano, em instituições privadas, não houve mulheres graduadas nestes ramos e, a longo prazo, continuará a haver uma baixa representação de mulheres nestas profissões.

Estudantes Graduados, por Género e Ramo de Estudo em 2004

Quadro 14

Universidades	Estudantes			
	Mulheres	Homens	Total %	% Mulheres
Públicas				
Educação	31	120	151	20.53
Artes e Humanidade	144	312	456	31.58
Ciências Sociais, Gestão, Direito	197	525	722	27.29
Ciências Naturais	81	245	326	24.85
Engenharia, Indústria e Construção	14	89	103	13.59
Agricultura	41	76	117	35.04
Saúde e Bem-Estar	45	19	64	70.31
Serviços	6	67	73	8.22
Sub-total	559	1453	2012	27.78
Privadas				
Educação	24	33	57	42.11
Artes e Humanidade	22	23	45	48.89
Ciências Sociais, Gestão, Direito	383	310	693	55.27
Ciências Naturais	6	4	10	60.00
Engenharia, Indústria e Construção	...	2	2	0.00
Agricultura	12	31	43	27.91
Saúde e Bem-Estar	13	3	16	81.25
Serviços	...	...	...	...
Sub-total	460	406	866	53.12
Total	1019	1859	2878	35.41

FONTE: INE, Annual Statistics, 2004

Nas instituições de ensino superior, a proporção entre professoras e professores tem sido baixa nos últimos três anos (13%-38% em 2001/2002), com um aumento notado apenas no Instituto Superior de Transportes e Comunicações (ISUTC) e na Universidade Católica de Moçambique (UCM), de 2001 a

“Mulher que usa as calças em casa”

2002. Estatísticas do MESCT (2004) revelaram que mais mulheres se matriculam em cursos relacionados com ciências sociais, gestão e direito.

Instituto Superior de Ciências e Tecnologias (ISCTEM)

O Instituto Superior de Ciências e Tecnologias (ISCTEM) tem planos de introduzir um programa de dois anos que assegura o desenvolvimento de conhecimento teórico e metodológico, assim como capacidades fundamentais de formação em ciências sociais, seguido de dois anos de formação direccionados para a licenciatura.⁴⁸ Dentro da perspectiva do ISCTEM, os estudantes matriculados no primeiro ano (ramo comum) têm de escolher, no segundo semestre escolar, que ramo de licenciatura desejam seguir. O ramo comum inclui disciplinas básicas de ciências sociais. Só no terceiro ano é que os alunos seguirão o seu ramo escolhido de especialização. Algumas das disciplinas especiais, que são campos do ramo comum, incluem comunicação social, gestão pública e administração e políticas sociais e sociologia.

Com este curso, o ISCTEM espera que o Licenciado em Comunicação Social esteja pronto para conseguir emprego qualificado nos campos profissionais ligados à informação, publicidade, marketing e comunicação organizacional.

Por outro lado, o Instituto Superior Politécnico e Universitário (ISPU) - outra instituição de ensino superior - tem um curso específico intitulado Ciências da Comunicação, em que a comunicação social é a disciplina prioritária. Dez alunos entrevistados afirmaram que este curso tinha sido a sua primeira escolha.

É interessante notar que algumas turmas têm mais mulheres que homens. Por exemplo, a turma do terceiro ano tem nove mulheres e sete homens. A maioria dos estudantes são já profissionais do ramo. Algumas das alunas mencionaram que o seu interesse em fazer o curso superior está relacionado com a melhoria das suas condições de trabalho, nomeadamente os seus salários e categoria profissional.

GÉNERO E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Imagens da mulher na mídia

Todos os estudos de pesquisa, levados a cabo até à data sobre a mulher nos média, mostram que imagens cheias de estereótipos, em que a mulher desempenha sempre papéis tradicionais (esposa, dona de casa e mãe), dominam a mídia. De acordo com a pesquisa *Estudo de Base sobre Género e Mídias em Moçambique*,⁴⁹ realizado pelo MISA⁵⁰ e pela GL,⁵¹ as mulheres nos média são geralmente identificadas através das suas identidades privadas, em comparação com o homem. A pesquisa revelou que em Moçambique as mulheres são mais frequentemente identificadas como esposas, filhas e mães, comparadas com os homens, e que 7% das mulheres entrevistadas na amostra foram identificadas através de suas relações familiares, comparadas com apenas 3% dos homens.

Durante um seminário sobre género e mídia, organizado em Sofala pelo Fórum Mulher, em 2003,⁵² os participantes afirmaram que, além deste retrato da mulher como dona de casa, a mídia também mostra imagens negativas da mulher como vítima ou como objecto sexual, para fins comerciais. Esta situação torna-se mais crítica em sociedades dominadas por homens em que o 'mundo' é predominantemente interpretado do ponto de vista masculino e onde a mulher é colocada em plano inferior e subordinada ao homem. A mulher é vista como desempenhando papéis e responsabilidades relacionados com reprodução e cuidados com a família no lar, enquanto que o homem parece ser sempre o chefe, o pensador e o superior.

Esta imagem estereotipada da mulher que trabalha no sector público, principalmente nos campos económico e político, como 'invasora de espaço', invadindo o espaço que não lhe pertence e estando a jogar um papel não muito apropriado para ela. Tais mulheres são, geralmente, chamadas de "Damas de Ferro" ou "Mulher que usa as calças em casa".



A m dia precisa de seriamente considerar a divisão de trabalho nas salas de redacção; quem escreve as notícias, que fontes são consultadas, em que colunas, em que páginas ou estações de rádio e televisão são escritas ou transmitidas e quem decide sobre a sua edição ou publicação. Pesquisas feitas até à data indicam que existem muito poucas jornalistas, editoras chefes/ou editoras na m dia em Moçambique e isto é causa de preocupação.

Desde 1995, em Beijing, o Governo Moçambicano e a sociedade civil comprometeram-se a instituir medidas para melhorar a representação e a situação da mulher nos m dia. Como resposta às recomendações da BPFA, várias actividades estão a ser realizadas pelo governo, organizações da sociedade civil e instituições, neste aspecto. Desde 1994, o Fórum Mulher, o SNJ⁵³ e a NSJ⁵⁴ realizam cursos de género para profissionais dos m dia. Contudo, de modo a alcançar estas metas, há necessidade de identificar estratégias mais concretas que ligam as políticas (a nível de governo e sociedade civil) à prática (a nível dos m dia).

Várias iniciativas de pressão e advocacia estão sendo realizadas no país por organizações da sociedade civil, com o fim de contribuir para relações equilibradas de género e o reconhecimento e valor do trabalho da mulher. No entanto, os m dia continua a frustrar estes esforços através de imagens distorcidas e de uma representação negativa da mulher. Um bom exemplo é a cobertura pelos m dia da então proposta Lei da Família, quando foi discutida no parlamento. Alguns dos títulos de notícias incluíram: “Lei da família: estará a chegar a revolução do casamento?”, “Proposta da Lei da Família Divide Homens e Mulheres” e uma análise dos relatórios mostrou uma linguagem repleta de estereótipos e informação distorcida, ignorando os objectivos, efeitos positivos e vantagens da lei proposta. Outro exemplo é a cobertura pelos m dia do lançamento da campanha “Todos Contra a Violência”, em que os m dia transmitiram que as

mulheres iriam passar a dar ordens aos homens, incluindo sujeitá-los a violência física.

As imagens estereotípicas da mulher na m dia não são apenas resultado de atitudes masculinas, machistas ou sexistas, mas também porque há poucas mulheres nesta profissão. Contudo, não é suficiente apenas aumentar o número de mulheres na m dia sem capacitar e formar mulheres e homens neste campo, sobre o género. De acordo com alguns profissionais da m dia, as mulheres em posições de tomada de decisões na m dia, assumem muitas vezes um comportamento machista, para serem aceites pelos seus colegas homens.

Existem várias razões para o baixo número de mulheres profissionais na m dia e estas incluem o facto de que:

O jornalismo é considerado uma profissão liberal e independente e, por isso, apropriada aos homens;

É uma profissão muito exposta ao público e, por isso, não é apropriada às mulheres;

É uma profissão com horários flexíveis e o trabalho é realizado a qualquer hora do dia, incluindo de manhã muito cedo ou tarde da noite;

É uma profissão que exige viajar (o que torna as responsabilidades familiares difíceis, quando a família não oferece apoio) e, muitas vezes, na companhia de homens, e, por isso, é uma razão para os maridos suspeitarem de infidelidades.

Muitos estudos revelaram que a maioria das mulheres trabalhando na m dia fazem trabalhos de secretariado ou de escritório. Muito poucas mulheres repórteres têm as mesmas oportunidades que os homens e os seus supervisores muitas vezes dão-lhes trabalhos relacionados com o campo social 'ligeiro' e quase nunca em campos políticos ou económicos, mais 'duros'.

As mulheres geralmente fazem reportagens sobre saúde e educação e, quando são responsáveis por uma certa página ou programa, geralmente fazem-no em espaços específicos, que cobrem assuntos da mulher como a

“Estará a chegar a revolução do casamento?”

“Página da Mulher” do jornal “Notícias”, “Quadrante da Mulher” da Rádio Moçambique, “De Mulher para Mulher” da Rádio e Televisão Miramar e “Magazine da Mulher” da Televisão de Moçambique.

As mulheres nos m dia, geralmente, têm salários mais baixos que os seus colegas homens. Alguns jornalistas com mais de 20 anos de experiência nos m dia confessaram que os salários e as categorias profissionais são discriminatórios e isto tem mais a ver com o maior número de oportunidades que os homens têm de fazerem grandes reportagens sobre política e economia, dando-lhes mais acesso a bolsas de estudo e outros benefícios afins. De acordo com o estudo do MISA e da GL, em 2003, na África Austral, Moçambique tinha uma baixa proporção de mulheres nos m dia.

A mulher na carreira da mídia

Organizações da sociedade civil, governo e organizações doadoras estão a levar a cabo projectos para aumentar o número de mulheres na m dia. Por exemplo, o Projecto Mulher e Desenvolvimento (MED), implementado nos últimos anos da década de 90, formou 30 mulheres de diferentes províncias. O objectivo era de integrar mais mulheres nos m dia. O projecto teve resultados bastante positivos; algumas das mulheres formadas têm actualmente trabalho em estações de rádio nacionais e comunitárias, nas diferentes províncias do país.

Admissão à escola de jornalismo

Em Moçambique, existe apenas uma escola de jornalismo, oferecendo um curso de três anos. A escola está localizada na capital Maputo e informação disponível mostra que a escolha de matrícula em jornalismo é por isso limitada para muitos, incluindo para as mulheres. As taxas de matrículas de mulheres em instituições, tais como o Instituto de Comunicação Social (ICS), que tem feito trabalho na área da comunicação e tem 20 rádios comunitárias operando em diferentes regiões do país, ainda é baixa - apenas 26,3%, como ilustrado no Quadro 15.

Alguns vão para jornalismo para se ocuparem, enquanto esperam entrar no sistema de educação superior. Dos 10 estudantes entrevistados na Escola de Jornalismo, oito disseram que este curso tinha sido a sua segunda ou terceira opção. Eles resolveram matricular-se, porque:

Não conseguiram ingressar no curso que desejavam;

Não conseguiram um lugar noutras escolas, para continuarem os seus estudos no nível de ensino superior e estudam jornalismo como passatempo, enquanto esperam por essa oportunidade para prosseguir com o ensino superior; e/ou

Eles só querem uma profissão que garanta um emprego.

Entretanto, é importante mencionar que mesmo que eles finalizem o curso de jornalismo com sucesso, não há garantia de conseguirem entrar no mercado de trabalho.

Quem tem voz nos mídia?

A BDPFA compromete-se a aumentar a participação da mulher na expressão e tomada de decisões através da comunicação social; para dar voz à mulher - e isto está longe de ser alcançado em Moçambique. Por exemplo, de acordo com a pesquisa do MISA e da GL, as mulheres em Moçambique constituem apenas 15% das fontes de notícias comparadas com 85% de homens. A questão que se coloca é: “quem está a falar por conta das mulheres e porquê?” Isto é importante porque a mulher e o homem têm diferentes necessidades e interesses. Assim, as necessidades da mulher não estão a ser completamente representadas nos m dia devido a esta falta de suas próprias vozes como fontes de notícias; além do mais, a maioria das notícias sobre assuntos de género são produzidas por homens (59%). Cerca de 71% das vozes sobre violência de género são masculinas, sendo as mulheres apenas 29% das fontes entrevistadas.

Os factores rural-urbanos e a idade são também chave para os padrões de transmissão pelos m dia, de acordo com o estudo do MISA e da

Dados sobre a Frequência ICS por género, 2005

Quadro 15

Província	Homens	Mulheres	Total
Maputo	11	8	19
Gaza	33	4	37
Inhambane	28	4	32
Sofala	16	2	18
Manica	8	10	18
Zambézia	13	10	23
Tete	10	6	16
Nampula	11	6	17
Niassa	20	8	28
Cabo Delgado	15	2	17
Headquarters	14	4	18
Total	179	64 (26.3)	243

FONTE: ICS, 2006

GL. As pessoas em áreas rurais, a maioria das quais são mulheres, têm limitado acesso à m dia, comparado com pessoas em áreas urbanas. Quando consultadas para explicar detalhes de uma situação muito problemática, raramente expressam as suas opiniões em relação à solução do problema.⁵⁵ Em relação à idade, as crianças, jovens e idosos (com mais de 65 anos de idade) são considerados passivos em dar opiniões ou como fontes de informação em Moçambique e na maioria dos pa ses da África Austral.

A mulher nos média electrónicos

A participação da mulher nos média electrónicos é apenas 3% das fontes consultadas na categoria dos 20-34 anos, comparada com 9% dos homens consultados, na mesma categoria etária. Na categoria dos 35-49 anos, as mulheres foram consultadas 9% das vezes e os homens 31%, enquanto que zero mulheres com mais de 65 anos comparado a 2% dos homens foram consultadas.⁵⁶ Isto é devido ao facto de as mulheres, geralmente, não terem acesso a informação e tecnologia da comunicação.

Em Moçambique, especificamente na cidade de Maputo, está em curso uma iniciativa de capacitação para mulheres, com foco nas mulheres em áreas rurais. A iniciativa capacita-as no uso de novas tecnologias da comunicação. O Centro de Informática da Universidade Eduardo Mondlane (CIUEM), o Ministério da Educação e o Fórum Mulher são algumas das organizações envolvidas neste processo, através do “Projecto Acácia”, que já formou 50 mulheres. A segunda fase do projecto iniciou-se em 2005, mas já existem sinais de resultados positivos, como foi ilustrado.

O Conselho de Ministros, em Moçambique, aprovou a Pol tica de TIC, que visa a integração de uma perspectiva de género nas novas tecnologias de informação, como uma maneira de lutar contra a pobreza, de acordo com a Estratégia de Implementação da Pol tica de Género de 2002. A integração de uma perspectiva de género nesta pol tica visa aumentar e melhorar o acesso

Uso dos Média Electrónicos nos Distritos da Manhica e Namaacha, por género, em 2002

Quadro16

Grupo Etário					
Sexo	Até aos 16 anos	17-25 anos	17-25 anos	Com mais de 40 anos	TOTAL %
Homens	9	48	24	11	92
Mulheres	3	21	6	2	32
					74
					26

FONTE Promoting ICT Use by Women: Some Experiences from Two Districts of Mozambique, Polly Gaster, Eduardo Mondlane University, 2003.

das mulheres à informação, pois um dos obstáculos ao desenvolvimento e atribuição de poder à mulher, especialmente às áreas rurais, é a falta de informação.

Programas de TV/rádio sobre a mulher

Como os média publicam a informação que, no geral, retrata interesses e opiniões de uma perspectiva masculina, as mulheres jornalistas escolhem fazer programas para mulheres, de modo a expressar as suas opiniões e preocupações. Em Moçambique, existe uma estação de rádio comunitária - Rádio Muthiana - que é gerida pela Associação da Mulher. Na imprensa, foram produzidas algumas publicações, mas estas “desapareceram”, devido à falta de estabilidade financeira.

Entretanto, por ser geralmente aceite que o lugar da mulher é em casa, realizando tarefas domésticas, estes programas são, no geral, transmitidos fora das horas de ponta; durante as manhãs e tardes eles têm temas como culinária, tarefas de casa, moda e beleza, que são assuntos estereotipados de mulheres.

SEGURANÇA ALIMENTAR E ESTADO NUTRICIONAL

Em Moçambique, mais de 70% da população vive em áreas rurais e a sua principal actividade económica é a agricultura de subsistência e o abastecimento de alimentos a outros sectores, principalmente em áreas urbanas.⁵⁷ O nível de tecnologia usado é rudimentar, tornando a tarefa de produzir alimentos difícil e manual. Por esta razão, a saúde da população rural merece especial atenção.

Uma grande parte da população moçambicana não tem acesso a alimentos adequados, tanto em qualidade, como em quantidade. Dados mostram que mais de 62% da população urbana e 71% da população rural vive em pobreza absoluta e sofre de falta de alimentos durante a maior parte do ano. O relatório do Governo sobre os ODMs, que analisou o estado de nutrição, indicou que a desnutrição de proteína e energia, a anemia, devido à deficiência de ferro, gota e outras desordens de deficiência de iodo, deficiência de Vitamina A e intoxicação com mandioca, constituem problemas sérios de saúde pública no país.⁵⁸

De igual forma, dados disponíveis do QUIBB de 2001 indicam 43.8% de desnutrição crónica e 5.5% de desnutrição. A desnutrição é a causa de 50% do total de mortes infantis. Os problemas de desnutrição são ainda mais agravados pela alta dependência em alguns alimentos básicos, que não oferecem nutrientes adequados. É, assim, importante fornecer informação e conhecimento às pessoas sobre a necessidade de diversificar as suas dietas. Uma dieta nutritiva equilibrada pode também melhorar a saúde e a capacidade de manter o corpo sob controle e de lutar contra infecções e doenças, incluindo o HIV e SIDA.

Existe uma necessidade urgente de encorajar as pessoas a plantar vegetais e árvores de fruto para seu próprio consumo. Hortas caseiras com vegetais e frutos forneceriam segurança alimentar e melhorariam as dietas das pessoas.

Os Quadros 17 e 18 mostram a situação da nutrição infantil, considerada um factor importante do estado de saúde da população e na avaliação da pobreza. São considerados dois índices, de acordo com o QUIBB de 2000-2001:

Altura por Idade (A/I) - indicador que reflecte a situação da desnutrição passada. Indica que a criança é baixa para a sua idade e, por isso, está cronicamente malnutrida. O índice A/I mede os efeitos de uma desnutrição prolongada.

Peso por Idade (P/I) - mostra a relação peso-idade, isto é, se a criança tem peso a menos ou não. É um indicador subtil para a monitoria de intervenções clínicas, em caso de desnutrição ou de reabilitação nutricional.

Os números apresentados nos Quadros 17 e 18 não mostram nenhuma diferença aguda entre crianças do sexo masculino ou feminino, em relação à desnutrição crónica. A falta de micro-nutrientes é um problema sério e existe uma deficiência de 68.8% de vitamina A em crianças e 10.9% em mães. Em relação à anemia, existe uma prevalência de 74.7% em crianças e 48.2% em mães. Em crianças com menos de cinco anos, o aumento progressivo da desnutrição crónica com a idade sugere que a sua vulnerabilidade aumente com o desmame, quando elas começam a comer, de acordo com os hábitos familiares.

Como se pode ver no Quadro 19, a taxa de mortalidade infantil está a diminuir. Em 2000, a taxa era de 130.4/1000 nascimentos, e diminuiu para 107.9/1000 nascimentos, em 2005. A redução deste índice é resultado de muitas campanhas para sensibilizar as mães para levarem seus filhos às vacinas. O quadro mostra também que existem diferenças entre raparigas e rapazes - uma criança rapaz tem maior probabilidade de morrer do que uma rapariga.

Outro estudo realizado mostra que, para crianças entre os 0 e os 2 anos de idade, o factor determinante de saúde mais importante era o nível de educação da mãe e, para crianças entre os 2 e os 5 anos de idade, era o rendimento e o consumo do agregado familiar.⁵⁹

Um estudo de mulheres não grávidas (15-45 anos de idade), realizado na província de Tete, em Maio de 2003, revelou uma grande prevalência de subnutrição aguda entre as mulheres: 22.4% das mulheres sofrem de subnutrição e o valor médio de IMC diminuiu de 20.9% para 20.3%.⁶⁰ A taxa de crescimento insuficiente (CI) é um dos indicadores nutricionais das crianças. De acordo com dados do SIS/MISAU, a taxa de crescimento

Número de crianças menores de 3 anos cujo Peso por Idade é 2 desvios padrão da média, por Género, 2000/01 Quadro 17

	Número	Porcentagem
Raparigas	434,284	48.8
Rapazes	455,861	51.2
Total	890,145	100

FONTE QUIBB, 2000/2001

Número de crianças menores de 3 anos cuja Altura por Idade é 2 desvios padrão da média, por Género, 2000/01 Quadro 18

Número	Porcentagem
266116,2 (Rapazes)	49.9
267121,4 (Raparigas)	50.1
533 237,6	100

FONTE QUIBB, 2000/01

Taxa de Mortalidade Infantil por Género, 2000-2005 Quadro 19

Ano	Total	Rapazes	Raparigas
2000	130.4	136.9	123.7
2001	125.5	131.7	119.1
2002	120.7	126.5	114.6
2003	115.9	121.4	110.2
2004	111.9	117.3	106.3
2005	107.9	113.2	102.4

SOURCE INE, Updated Projections, 1997-2020

em 2001 foi de 8.2%, mais baixa que em 1992 (13.2%), o que significa que houve um melhoramento no estado nutricional das crianças, apesar da seca em algumas regiões do país.

GÉNERO E SAÚDE

Saúde reprodutiva

Em resposta à Conferência do Cairo sobre população e desenvolvimento, realizada em 1994, Moçambique fez alterações nos programas de saúde reprodutiva e o programa de acção aprovou uma nova estratégia centrada na satisfação das necessidades individuais da mulher e do homem, assim como na melhoria da qualidade de vida para todos. Os programas de saúde reprodutiva começaram a ter uma estratégia multi-sectorial, que inclui:

A estratégia sobre a prevenção da transmissão vertical do HIV;

O tratamento de infecções transmitidas sexualmente, incluindo HIV e SIDA; e

Cuidados pós-parto.

Os serviços da prevenção da transmissão vertical em áreas seleccionadas incluem aconselhamento e testes para mulheres grávidas, administração profiláctica de Nevirapine e outros medicamentos ARV para mulheres durante o parto e ARVs a mulheres e seus parceiros, sempre que necessário.

O programa nacional para a redução da morbidez e mortalidade materna tem como objectivo prevenir problemas durante a gravidez e parto, assim como tratar das complicações que surgem durante a gravidez e que causam a morte de mulheres. As complicações de parto não podem ser completamente prevenidas, mas podem ser tratadas e resolvidas a tempo e a comunidade deve ter conhecimento para lidar com os primeiros estágios do parto. Pesquisas mostram que as comunidades têm um conhecimento limitado da necessidade e urgência de levar as mulheres grávidas para o centro de saúde mais próximo, assim que se observem complicações.

Gestão de programas de saúde reprodutiva

A maioria das mulheres em Moçambique tem dificuldades no

acesso a serviços apropriados de saúde reprodutiva. Isto é em parte devido às epidemias do HIV e SIDA, que estão a piorar a já vulnerável situação de saúde da mulher e a falta de recursos do governo para apoiar este sector. Apesar de existir o programa nacional de saúde reprodutiva, nem todas as mulheres beneficiam dele, especialmente as mulheres pobres nas áreas rurais.

Há necessidade de se fazer uma avaliação da eficácia dos programas de saúde reprodutiva. As actividades deste programa são rotineiramente realizadas e monitoradas através do Sistema de Informação Sanitária (SIS):

Componente Maternal, Evolução em Percentagem (2000-2004)

Quadro 20

Componente	2000	2001	2002	2003	2004	
	Real %	Real %	Real %	Real %	Meta %	Real %
Cuidados Pré-natais	104.90	105.30	106.60	109.50	99.50	119.00
Partos no Hospital	39.70	41.20	43.00	45.10	47.00	49.00
Cuidados Pós-Parto	49.50	50.50	53.80	57.40	54.00	65.00
Planeamento Familiar (primeira visita)	7.00	7.60	15.3	16.70	18.00	15.80
Primeiros cuidados infantis (0-11 meses)	154.2	151.90	148.70	145.30	98.00	163.00
Primeiros cuidados infantis (0-4 anos)	58	48.00	56.1	65.20	-	60.00

FONTE: Moçambique, MPF-PES, 2005

Taxa de cobertura de cuidados pré-natais, partos no hospital e cuidados pós-parto

O Quadro 20 mostra que a taxa máxima de alcance dos cuidados pré-natais (primeiras visitas) atingiu o seu ponto mais alto em 2004 e, desde então, estabilizou. Isto pode ser atribuído aos programas educacionais em curso para sensibilizar as mulheres sobre a importância de se dirigirem aos serviços de saúde durante a gravidez. A cobertura dos partos no hospital e cuidados pós-parto tem aumentado lentamente e é mais significativa nas visitas pós-parto às clínicas.

Estimada cobertura nacional do planeamento familiar

O programa de planeamento familiar tem-se espalhado para as áreas mais remotas, pois o governo está a tentar fornecer mais escolhas às mulheres,

através do acesso a serviços de saúde. Algumas ONGs, como a AMODEFA, têm desenvolvido actividades com o fim de promover a prática de direitos sexuais e reprodutivos para jovens, mulheres e homens, através de informação, educação e qualidade de serviços prestados, em locais apropriados e/ou em parceria com o sector público e a sociedade civil. A AMODEFA identificou cinco prioridades no seu Plano de Acção para 2003, que são:

- Expandir a saúde sexual e reprodutiva com base na comunidade - através do aumento do uso de métodos contraceptivos em 12 distritos nas províncias da Zambézia, Gaza e Maputo;
- Promover a educação sobre saúde sexual e reprodutiva para adolescentes e jovens e prestar serviços de cuidados de saúde sexual e reprodutiva de qualidade - através da distribuição de preservativos femininos e masculinos, como forma de prevenir DTSS/HIV e SIDA e gravidez, oferecendo serviços especializados na clínica para os jovens da AMODEFA;
- Promover actividades de Informação, Educação e Comunicação (IEC) em saúde sexual e reprodutiva - através da produção de manuais actuais para os que prestam serviços em Saúde Sexual e Reprodutiva (SSR) e material de apoio (IEC) para outros serviços de SSR de outras organizações;
- Desenvolver capacidade institucional; e
- Promover actividades de prevenção e cuidados, com base no lar para pessoas que vivem com HIV e SIDA, estendidas às províncias de Maputo e Gaza. Esta expansão resulta da implementação do projecto Kuhluvuka, com financiamento da USAID, em parceria com o projecto HOPE.⁶¹

Programas de saúde materno-infantil

O direito de sobreviver à gravidez e ao parto é um direito humano, fundamental à vida. As mulheres tiram proveito deste direito,

dependendo da sua capacidade de praticar outros três direitos humanos: o direito a cuidados de saúde, não discriminação e escolha reprodutiva.

Em Moçambique, de acordo com o Inquérito Demográfico e de Saúde (IDS) de 2003, a taxa de mortalidade materna (TMM) era de 408 por 100.000 nascimentos. A taxa de mortalidade infantil é de 124 por 1.000 nascimentos, a taxa de mortalidade em crianças com menos de cinco anos de idade é 178 por 1.000 nascimentos e a mortalidade neo-natal é 48 por 1.000 nascimentos. Em 1999, a média de esperança de vida era de 41 anos, 47.5 anos para as mulheres e 44.5 anos para os homens. A esperança de vida, ao nascer, tem, geralmente, diminuído para cerca de 37.6 anos, devido aos efeitos do HIV e SIDA.⁶²

A qualidade dos serviços de cuidados de saúde reprodutiva é crucial nos esforços para reduzir a mortalidade materna e é um direito humano internacionalmente protegido. Peritos em assuntos de saúde identificaram vários aspectos dos cuidados de saúde que contribuem para a redução da mortalidade materna, incluindo assegurar o acesso a:

- Cuidados pré-natais e pós-parto;
- Parteiras formadas;
- Cuidados obstétricos de emergência; e
- Planeamento familiar.

Em 1997, o Programa de Cuidados de Saúde Materno-Infantil definiu mulheres e crianças como grupos vulneráveis, isto é, de alto risco de doenças e mortalidade. Estes dois grupos representam 40% da população total do país (17% são crianças entre 0-4 anos e 23% são mulheres em idade reprodutiva), correspondendo a cerca de 6.296.000 de pessoas.

O Inquérito Demográfico e de Saúde (IDS), levado a cabo em 2003, revelou que a taxa de Fertilidade Global era de 5.5%. Em relação à contracepção, 90.8% das mulheres conhecem os métodos modernos de contracepção e cerca de 80% de todas as mulheres conhecem a pílula, injeções e preservativos masculinos. A percentagem das mulheres, cujo parto foi acompanhado por pessoal



formado, foi de 47%, das quais 81% eram de áreas urbanas e 34% de áreas rurais.

De acordo com o relatório da avaliação conjunta do sector de saúde, em 2003, havia evidência de melhoramento dos serviços de cuidados de saúde, tais como o aumento consistente de indicadores de saúde, consultas médicas externas por habitante, por ano, percentagem de partos assistidos em instituições de saúde, cobertura de vacinas, introdução de uma nova terapia para a malária e o melhoramento da colheita de dados. Contudo, não há melhoramentos em equidade; os índices de desigualdade na utilização de serviços de cuidados de saúde, expressos em unidades de atendimento por habitante, têm vindo a baixar, a nível nacional.

Melhoramento e utilização dos serviços

De acordo com o Inquérito aos Agregados Familiares (IAF) de 2003, o nível de satisfação com os serviços de saúde aumentou de mais de 55% para cerca de 64% em 2003. Outros indicadores chave de impacto estão ilustrados no Quadro 21.

Por outro lado, existem ainda enormes diferenças entre áreas rurais e urbanas. Por exemplo, de acordo com dados do IDS 2003, a mortalidade em crianças com menos de cinco anos de idade é 40% mais alta em áreas rurais do que em áreas urbanas, representando 135 por 1.000 nascimentos e 95 por 1.000, respectivamente. As diferenças entre províncias também são significativas. Por exemplo, taxa de mortalidade infantil de 108 por 1.000 foi observada na província de Maputo e as taxas são cerca de duas vezes mais altas nas províncias de Nampula e Cabo Delgado.

As causas principais de mortalidade infantil são malária, infecções respiratórias agudas, diarreia, subnutrição e HIV e SIDA. A malária é a causa principal de morbidez e mortalidade no país e é responsável por 40% das visitas de doentes externos, com uma taxa de letalidade de 3.9% e 6.2%, para crianças e adultos, respectivamente.

Indicadores Chave do Impacto

Quadro 21

Indicador	1997	2003
Taxa de mortalidade infantil por 1000 nascimentos	147	124
Taxa de Mortalidade em Crianças com menos de 5 anos por 1000 nascimentos	200.9	178
Taxa de Mortalidade Neo-Natal por 1000 nascimentos	59.3	48
FONTE IDS (1997 and 2003)		

Em resposta às altas taxas de mortalidade de crianças dos zero aos cinco anos de idade, o Ministério da Saúde, em 1998, adoptou a estratégia de Atenção Integrada a Doenças Infantis (AIDI), um modelo global de prestação de cuidados primários de saúde em países com uma taxa de mortalidade infantil maior do que 40 por 1.000 nascimentos. O objectivo desta estratégia é de melhorar a qualidade, eficiência e eficácia dos serviços de cuidados de saúde, na família e na comunidade, e reduzir a mortalidade de crianças com menos de cinco anos de idade, devido a doenças prevalentes em países em desenvolvimento. Este método dá atenção, não só à prevenção, mas também ao tratamento de doenças, enfatizando a imunização, suplementação com Vitamina A e melhoramento da nutrição infantil (incluindo aleitamento exclusivo).

A estratégia AIDI é uma iniciativa global, orientada para pôr em prática os artigos da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, em relação ao direito a cuidados de saúde e atenção a problemas de saúde nas crianças no mundo.

Respostas do governo

O governo já começou a responder a alguns destes problemas e têm sido desenvolvidas algumas políticas e serviços, com o objectivo de lidar com as lacunas e desafios no ciclo de vida, incluindo:

- Estratégias e políticas de saúde reprodutiva e sexual para jovens;
- Um plano estratégico para o HIV e SIDA;
- Uma estratégia para a redução das mortes maternas;
- Serviços de saúde confortáveis para adolescentes e jovens; e
- Centros de aconselhamento e testagem voluntária de HIV.

Limitações no acesso Caixa 4 a serviços de saúde de qualidade

Em Moçambique, apesar dos esforços do governo, as facilidades de saúde públicas são escassas e muito distanciadas umas das outras. Mais de 70% da população e cerca de 75% dos habitantes de áreas rurais andam mais de uma hora para chegar à unidade de saúde mais próxima, de acordo com o QUIBB de 2001. Aproximadamente 95% dos 1.134 centros de saúde no país oferecem apenas cuidados primários de saúde. A maioria destes centros não possuem capacidade para prestar serviços obstétricos adequados a partos difíceis; menos de 50% têm serviços pré-natais e planeamento familiar e apenas 20% dos centros oferecem tratamento para doenças transmitidas sexualmente e sífilis (UNFPA 2002).

FONTE Extracts from the Beijing +10 report, summarized version.

Apesar destes esforços, o relatório de Beijing +10 identificou uma série de problemas que o sector de saúde ainda encara.

Impacto do HIV e SIDA no género

O HIV e SIDA continuam a ser os maiores desafios da saúde e desenvolvimento em Moçambique e tornaram-se verdadeiras ameaças ao desenvolvimento económico. Um relatório de 2002, do Banco Mundial, projectou que os 12.4 milhões previstos de pessoas economicamente activas em 2010 serão reduzidos para 10.8 milhões, consistindo na maioria de trabalhadores velhos ou jovens.⁶⁴ Isto terá um impacto significativo nos planos de Moçambique na luta pela redução da pobreza e pelo desenvolvimento humano.

Algumas das causas da grande incidência de HIV e SIDA incluem a pobreza e subnutrição alargadas, acesso limitado a água potável, padrões de higiene inadequados e estilos de vida arriscados.⁶⁵ Contudo, estudos mostram também que a natureza biológica da mulher e a desigualdade nas relações de género, particularmente o seu estatuto de subordinação, agrava o problema. Deste modo, o HIV e SIDA têm tido um impacto mais sério nos grupos mais vulneráveis, incluindo os pobres, mulheres e crianças.

A taxa de prevalência tem aumentado drasticamente ao longo dos anos e actualmente mais de 57% das pessoas que vivem com HIV são mulheres.⁶⁶ A taxa nacional de prevalência de HIV entre a população adulta (15-49 anos de idade), que, em 1998, estava estimada em 8.2%, aumentou para 13.6% em 2002 e foi estimada em 16.2% para 2004.⁶⁷ É mais alta nas regiões Central (20.4%) e Sul (18.1%) comparada com a região nortenha (9.3%).

Em 2003 existiam 1.5 milhões de Moçambicanos a viver com HIV e a maioria, como antes enfatizado, eram mulheres (58%). Entre os infectados, 5.8% são crianças com menos de cinco anos de idade.⁶⁸ A diferença de género é maior nos grupos etários de 15-19 anos e de 20-24 anos, onde a prevalência em mulheres é três vezes maior do que em homens.

Estas altas taxas de prevalência em algumas regiões e províncias estão ligadas ao movimento transfronteiriço devido ao trabalho migratório, comércio, movimento de camionistas de longa distância ao longo dos corredores de desenvolvimento e à pobreza. A estratégia do país em relação ao HIV e SIDA inclui a criação de uma rede de trabalho integrada, incorporando os Centros de Aconselhamento e Testagem Voluntária (GATV), cuidados no lar, prevenção da transmissão vertical (PTCT) e tratamento retro-viral.

Há 500 novas infecções de HIV ocorrendo diariamente e a esperança de vida em 2010 irá baixar de 50.3 para 36.5 anos de idade, se não houver uma intervenção estratégica.⁶⁹ Se a tendência continuar, projecta-se que 1.9 milhões estarão infectados e as mortes, devido ao SIDA, alcançarão 167.000, incluindo 19.000 crianças com menos de 15 anos de idade.

A transmissão vertical do SIDA (transmissão de mãe para filho) é uma ameaça à sobrevivência das crianças, devido ao alto número de crianças infectadas deste modo. Um relatório de 2002 da UNAIDS indicou que 30% a 40% das crianças nascidas de pais HIV positivos serão infectadas com HIV.⁷⁰ De acordo com informação de postos de saúde, dos 1.2 milhões infectados com HIV em 2002, 70.000 eram crianças e 670.000 mulheres. Estima-se também que, em 2003, 1.5 milhões de Moçambicanos de todas as idades viviam com HIV/SIDA, dos quais cerca de 6% eram crianças infectadas por transmissão vertical.⁷¹

Há um aumento de doenças e mortes de jovens adultos e entre estes, as raparigas são as mais vulneráveis fisicamente ao HIV e SIDA, especialmente raparigas com menos de 19 anos de idade. Práticas como iniciação sexual prematura, gravidez na adolescência e existência de violência sexual masculina, no geral, colocam as jovens num risco mais elevado de infecção do HIV, numa idade em que estão fisicamente mais vulneráveis a lesões e doenças transmitidas sexualmente. Tem sido

notado que a habilidade das mulheres e raparigas de negociar sexo seguro é mínima, senão ausente.

Política, planeamento e estrutura legal para a saúde, HIV e SIDA

O HIV e SIDA inicialmente não tinham muita proeminência na agenda de saúde, economia ou desenvolvimento humano, pois estava competindo com doenças transmissíveis e igualmente mortais, como a malária, tuberculose e diarreia. Outras condições sócio-económicas e políticas afectaram o estabelecimento de prioridades. Em 1992, Moçambique emergiu de uma devastadora guerra civil de 16 anos e embarcou num extensivo exercício de reconstrução para voltar a ter alguns dos sucessos pós-independência em áreas como educação e saúde, que foram bastante destruídos durante a guerra civil.

O foco do governo de Moçambique na reconstrução da rede de saúde justapôs-se à sensibilização crescente da existência de doenças mortais, com prioridade em lidar com as necessidades de cuidados primários de saúde, incluindo desenvolver uma série de iniciativas centradas na saúde materno-infantil, por exemplo, levando a cabo cuidados pré-natais e campanhas de vacinação, entre outras iniciativas.

Inicialmente havia um conhecimento inadequado sobre a transmissão do HIV e subsequente doença proveniente do SIDA, incluindo a sua prevenção e tratamento. Além disso, durante algum tempo, a doença foi associada com a homossexualidade, considerada não existente socialmente em Moçambique, assim como na maior parte de África.

Até fins dos anos 90, o HIV e SIDA eram vistos como uma questão de saúde e não como um desafio mais alargado do desenvolvimento. Em 1988, foi estabelecido um Programa de Control Nacional do SIDA (PNCS), no Ministério da Saúde (MISAU).⁷² No ano seguinte, o Plano Estratégico Nacional (PENI) foi finalizado e enfatizava um método multi-sectorial, como uma resposta efectiva ao desafio do HIV e SIDA. A implementação do

plano iniciou-se no ano 2000. A aprovação do PEN I, pelo Conselho de Ministros, levou à criação do Conselho Nacional do Combate ao SIDA (CNCS), que é presidido pela Primeira Ministra Luísa Diogo.

Entretanto, o PEN I foi finalizado em 2002 e, neste momento, está em curso o Plano Estratégico Nacional II (2005-2009), com o objectivo de apoiar a continuação do ciclo de planeamento.⁷³ O PEN II dá prioridade às seguintes áreas: prevenção, advocacia, estigma e discriminação, tratamento, mitigação, pesquisa e coordenação da resposta nacional.⁷⁴

O NACP ganhou proeminência e, neste momento, tem um foco multifacetado. Tem o objectivo de prestar serviços essenciais preventivos aos jovens, particularmente a raparigas, indivíduos com alta mobilidade e trabalhadoras do sexo. Estes serviços também se centram na redução do impacto do HIV e SIDA, tais como em orfãos do SIDA e pessoas que vivem com SIDA, assim como o melhoramento dos programas de educação para jovens, diagnóstico de infecções transmitidas sexualmente e tratamento de infecções oportunistas.⁷⁵

O PNCS, que tem um papel de liderança na resposta nacional de saúde ao HIV e SIDA, tem também a responsabilidade de orientar o desenvolvimento e a formação neste campo, assim como o desenvolvimento de novos protocolos relacionados com a malária, tuberculose e HIV, o melhoramento dos cuidados domiciliários, assim como coordenar a colheita e análise de dados sobre taxas de prevalência e métodos melhorados, ao realizar este processo.

O PNCS também apoia a linha telefónica de informação sobre o HIV e SIDA, gerida pela Rede Moçambicana de Organizações Contra o SIDA (MONASO).

O PNCS é actualmente coordenado pelo Conselho Nacional do Combate ao SIDA (CNCS), que foi estabelecido no ano 2000, pelo Decreto 10/2000, do Conselho de Ministros. É responsável por gerir e ser catalisador na implementação da estratégia para combater o HIV e SIDA. Joga também um papel central

O enfoque sobre a reconstrução da rede de saúde inclui a sensibilização.

O HIV e SIDA são um desafio multi-sectorial.

no processo de formulação de políticas. Institucionalmente, o CNCS tem um conselho e um secretário executivo, incluindo uma série de ministérios, como o da saúde, educação, negócios estrangeiros, assim como representação da sociedade civil. Existe uma estrutura descentralizada composta por estruturas provinciais, presididas por coordenadores, incluindo direcções nacionais e representação da sociedade civil, entre outros. Cada província tem um grupo técnico, com a função de seleccionar e aprovar projectos e actividades. Estes projectos são financiados pelo orçamento geral do estado atribuído ao NAC.

Paralelamente a estas iniciativas do governo, mais de 50 ONGs têm também estado a desenvolver actividades de educação e informação para grupos alvo, como adolescentes e jovens, camionistas e trabalhadoras do sexo, todos eles considerados como de alto risco. No programa do governo para 2000-2004, combater o HIV e SIDA é parte de uma estratégia para reduzir os níveis de pobreza absoluta e combater as doenças transmissíveis e endémicas.⁷⁶

Apesar de se entender que o HIV e SIDA é um desafio multi-sectorial, o sector da saúde é o único no programa em curso do governo, que identifica medidas específicas para, efectivamente, responder à epidemia. As mais importantes intervenções do sector da saúde incluem educação da comunidade, melhoramento dos cuidados de saúde pública no tratamento e prevenção da doença, capacitação a nível dos sindicatos (através do programa “educação sobre ITS/SIDA no local de trabalho”) e a necessidade de “defender os direitos das mulheres afectadas pela epidemia do SIDA”.⁷⁷ Em relação a outros sectores sociais, como laboral,⁷⁸ habitação, meio ambiente, cultura e desportos, os seus planos estratégicos não detalham como irão lidar com o HIV e SIDA. Devido a esta situação, a prevalência do HIV e SIDA ainda é elevada.

As directrizes do governo enfatizam, em termos gerais e vagos, a promoção dos direitos da mulher, o combate à violência contra a mulher e

o aumento do acesso da mulher a instituições de tomada de decisões nacionais. Contudo, no plano estratégico do MMCAS, não existe menção clara de actividades neste campo e a sua relação com o desenvolvimento social do país, nomeadamente as medidas em relação à reivindicação dos direitos reprodutivos e sexuais da mulher, particularmente no que respeita ao HIV e SIDA.

O sistema legal em Moçambique oferece pouca protecção a pessoas com HIV e SIDA. Por exemplo, não existem punições para pessoas que conscientemente infectam outras com HIV e SIDA. Contudo, tem havido progresso neste aspecto: no final do ano 2001, foi aprovada uma lei parlamentar que proíbe empregadores/patrões de usarem o estatuto de soro-prevalência dos trabalhadores como justa causa para o despedimento.

Tendências de diagnóstico e prevalência

Criados em 1998, os Postos Sentinela de Saúde, centros que assistem e diagnosticam HIV e SIDA em mulheres grávidas, têm facilitado o diagnóstico sistemático do HIV e SIDA em Moçambique. Dados mostram que a prevalência do HIV/SIDA aumentou de 5.7% para 9.3% no Norte, de 16.5% para 20.4% no Centro e de 13.2% para 18.1% no Sul. Apesar de todos os esforços para sensibilizar as pessoas, os valores de incidência do HIV/SIDA ainda estão a aumentar.

No ano 2000, cerca de 45.000 pessoas morreram de SIDA, das quais 25.000 eram mulheres e cerca de 74% das mortes ocorreram na região central do país. Em 2001, 57.000 pessoas morreram, 68% das quais eram da região central. Apesar de todos os esforços para combater o HIV/SIDA, os números continuam a aumentar. Em 2004, estima-se que 100.000 pessoas morreram de SIDA. As projecções indicam que, no final de 2008, um milhão de pessoas terá morrido de SIDA.

A morte de mulheres devido ao SIDA, que é cerca de 58% do total de mortes, resultou em cerca de 60.000 crianças orfãs em 2000 e este número



subiu para 273.000 em 2004. Estima-se que em 2010 o valor aumente para 900.000 orfãos, se a quantidade limitada de anti retrovirais para as mães infectadas permanecer a mesma. A seriedade da situação é agravada pelo facto de que o sistema nacional de monitoria aparentemente não regista cerca de 92% dos casos de SIDA no país.⁷⁹

Pesquisas concluíram que a forma principal de transmissão é através de sexo heterossexual, enfatizando o facto que relações sexuais ocasionais ou não protegidas são um factor determinante no aumento da epidemia.

Socialização e vulnerabilidade

A situação social e económica de Moçambique continua a limitar a eficácia das medidas de combate ao HIV e SIDA. Mais de um terço da população foi deslocada na primeira metade da década de 90 durante a guerra civil e 1.7 milhões de refugiados moçambicanos começaram a regressar ao país, numa situação de angústia, pobreza e um sistema social desorganizado. A destruição das então existentes estruturas e relações sociais e sua reorganização após a guerra civil tem tido complicações, de uma perspectiva de HIV e SIDA e género. Deste modo, ainda existe o desafio de desenvolver estruturas de trabalho que lidem com o multifacetado e complexo impacto da reorganização social. As políticas que falharam ao tomar estas questões em conta, continuam a ser limitadas na sua eficácia no combate ao impacto do HIV e SIDA.

Antropólogos sociais realizaram pesquisas sobre as várias dimensões do impacto do HIV e SIDA, com o objectivo de concluir como é que a presença de formas de socialização tradicional podem ou não ter uma influência positiva na mudança do comportamento sexual e, por outro lado, entender como as relações sociais de género, em diferentes grupos etários, reagem à informação.

Resultados revelam que certos ritos e práticas tradicionais têm um impacto na construção das identidades feminina e masculina e a sua relação com a representação e

práticas sexuais, particularmente a identidade masculina. Práticas, como ritos de iniciação, perderam a sua importância, em termos de influência, nas últimas duas décadas; perderam muito da sua natureza espiritual e educacional. Por exemplo, do facto dos ritos serem considerados um momento de passagem para a idade adulta, o respeito pelos mais velhos e o papel dos pais e tios, por exemplo, já não têm o mesmo valor.

Para a maioria dos jovens iniciados, a aprendizagem da sua superioridade biológica, sexual e social é expressa, por exemplo, no facto de a sexualidade ser uma forma de exercer poder. A questão do poder é central na persistência de um modelo que naturaliza, como necessidade, múltiplas parceiras para rapazes e “aceitação e culpa” das raparigas que propõem um comportamento sexual mais negociável.

Jovens do sexo masculino e de zonas urbanas são geralmente instruídos, desligados dos ritos de iniciação e tendem a continuar com a representação negativa da sexualidade feminina. Isto é revelado em rapazes que estereotipam as raparigas que andam com preservativos masculinos ou que querem negociar as relações sexuais. Há evidência de que esta situação existe em grandes centros urbanos, como Maputo, e também em áreas rurais.⁸⁰ A ruptura das regras sobre relações sociais de género, no caso das raparigas que procuram novos comportamentos sexuais, é usada como justificação para afirmar que as mulheres são primariamente responsáveis por infectar os homens com HIV.

Pesquisas sobre identidade feminina e vulnerabilidade da rapariga ao HIV e SIDA centram-se em rituais de iniciação e outras formas de educação sexual como um factor na orientação do papel social da mulher e a construção de representações e práticas, em relação ao exercício da sexualidade e reprodução.

Comparativamente aos ritos de iniciação masculinos, os ritos de iniciação das raparigas também têm sido simplificados, apesar disto não

Uma lei aprovada pelo parlamento, em 2001, proíbe o despedimento do trabalhador devido ao seu estatuto de seroprevalência.

ter tido um impacto nas relações sociais de género. A educação sexual das raparigas, dentro ou fora do contexto ritual, enfatizam a aprendizagem da sexualidade para dar prazer ao outro, isto é, a sexualidade da mulher é exercida apenas num papel reprodutivo, para dar prazer ao homem e dar-lhe filhos e, em muitas províncias, ainda é visto como um papel passivo.⁸¹

A falta de controle sob o seu próprio corpo torna a rapariga particularmente vulnerável a ITSS e HIV e SIDA. Apesar de terem havido mudanças no exercício da sexualidade, por parte de raparigas estudantes jovens, em áreas urbanas, a estrutura da sexualidade permanece maioritariamente definida por um modelo que não permite as raparigas tomarem decisões sobre a relação sexual. Isto resultou na continuação de gravidez prematura em jovens estudantes que devem ter informação suficiente sobre reprodução e sexualidade, mas ainda não são capazes de negociar o uso de preservativos masculinos. Um estudo realizado na cidade de Maputo sobre estudantes dentro e fora da escola, mostra evidência de coerção sexual de raparigas, mesmo em relações mais permanentes, sugerindo que os rapazes consideravam como seu direito ter relações sexuais com uma rapariga.⁸²

Pesquisas de Osório e Arthur em 2002 mostram a emergência de novos tipos de violência relacionada com instabilidade sexual, como abuso sexual de menores, em espaços públicos e privados, e a violação sexual de crianças virgens, catalizada pelo mito de que tal acto previne o HIV e SIDA. A prostituição de raparigas novas dentro e fora da escola, principalmente ao longo de fronteiras entre países e corredores económicos, é outro grande desafio na batalha para combater o HIV e SIDA.

O controle do homem sobre o corpo da mulher é apoiado pela representação social da sexualidade masculina como uma manifestação da identidade do homem. Isto tem afectado o impacto de iniciativas para apoiar relações sexuais mais seguras.

A observação mais importante é que, independentemente da faixa etária ou contexto social, a mulher tem muito pouca opção de controlar uma relação sexual.

Por outro lado, é aparente que a geração mais velha não tem uma visão progressiva em questões de sexualidade, pois não desenvolveram estratégias de educação que acompanhem as mudanças dinâmicas que estão a ter lugar na sociedade. Deste modo, pais e educadores continuam a insistir em tornar isto um assunto moral e, muitas vezes, reagem negativamente a campanhas de sensibilização sobre o uso do preservativo masculino. Eles consideram as campanhas para prevenção de doenças transmitidas sexualmente como chave para encorajar relações sexuais prematuras.

A atitude de outros agentes sociais, como as igrejas, é muitas vezes ambígua, pois, por um lado, participam nas campanhas contra a epidemia e, por outro, acreditam num modelo em que a sexualidade enfatiza a reprodução, perpetuando, assim, a falta de capacidade da mulher de ter controle sobre o seu corpo.

Um estudo levado a cabo por Andrew em 1998 revelou que 97% da população moçambicana conhecia o SIDA como uma doença de transmissão sexual e 85.3% conhecia, pelo menos, dois métodos de prevenção. Muitos outros estudos mostram que a maioria não sabe distinguir entre HIV e SIDA e não aceita que uma pessoa possa ser portadora do vírus, mas não ter nenhuma manifestação física externa do mesmo. O estigma é ainda um grande factor, no que respeita ao impacto social do HIV e SIDA.

Pesquisas revelaram também que as campanhas de publicidade sobre o uso do preservativo masculino têm tido algum impacto, pois as pessoas sabem que uma das formas mais seguras de se protegerem é usar o preservativo, excepto em algumas zonas das áreas rurais. Contudo, ainda há uma grande lacuna entre conhecimento e uso.

A identidade da mulher e o HIV e SIDA

Como exposto anteriormente, um modelo que projecta a superioridade masculina em relação ao corpo da mulher, influencia a sexualidade feminina. Isto está reflectido na desigualdade existente nas relações de género entre homem e mulher, tendo o homem mais poder que a mulher em várias esferas da vida humana. Deste modo, no contexto das relações sócio-económicas, o estatuto e poder masculinos têm impacto na capacidade da mulher de ter acesso e controle a recursos, por exemplo, materiais e/ou simbólicos.

Em Moçambique, assim como em outras regiões do continente, as mulheres continuam a ser socializadas como mães e esposas. A educação é simplesmente vista como uma fase de passagem. A maioria das actividades profissionais da mulher são vistas mais como uma necessidade de fomentar uma sobrevivência colectiva e menos como uma necessidade de realização pessoal. Esta recusa da mulher em ser súbdita do seu próprio destino tem, de um ponto de vista reprodutivo e de saúde sexual, consequências sérias.

Em sociedades rurais e mais tradicionais, em particular, as raparigas tendem a cuidar do seu corpo para "o outro"; de considerar a fidelidade e a recusa de desejo sexual como fundamentais da sua identidade. Nas cidades e lugares com mais contacto e mais exposição a uma cultura cosmopolita e mais largo acesso à informação (escola, hospital, mídia, etc) as expectativas e motivações das raparigas mudam muito pouco.

A resistência do homem ao uso do preservativo tem a ver basicamente com o receio de diminuir o seu poder e virilidade. A resistência dos jovens ao sexo mais seguro está ligada a vários mitos, desde a ausência de prazer à contracção de doenças (se o esperma não for depositado no corpo da mulher) ou a ideia de que o preservativo causa infertilidade e que contém doenças. Estes mitos continuam a desempenhar um papel

decisivo no comportamento sexual e são manifestados em forma de um exercício de poder para controlar o corpo da mulher e exercer a sexualidade como uma manifestação de masculinidade.

Em Moçambique levantam-se várias questões em relação ao acesso e uso da contracepção. Tem sido notado que em todos os grupos etários, mulheres e homens não vêm o uso de preservativos como medida preventiva na contracção do HIV e SIDA. Entre as raparigas, o não uso do preservativo é, muitas vezes, usado como chantagem emocional pelos seus parceiros, que as acusam de falta de suficiente confiança e amor para terem relações sexuais com eles sem o preservativo. Entre as mulheres casadas, a questão é a incapacidade de negociar por sexo mais seguro. Os maridos acusam-nas de falta de respeito e confiança, se elas sugerirem o uso do preservativo, se não for para prevenir a gravidez.

Por outro lado, mesmo em casos em que os jovens usam o preservativo, raramente este é usado na primeira relação sexual ou em relações consideradas permanentes, o que aumenta o risco de infecção. Um levantamento feito em 2001 pelo Instituto Nacional de Estatística, mostra que, apesar de 69% de mulheres e 85% de homens entre os 15 e 24 anos saberem como usar o preservativo, apenas 7% dos rapazes e 8% das raparigas usaram um preservativo na sua primeira relação sexual.

Pesquisas feitas por Mahomed e Pacca em 2000, em grupos de risco, enfatizaram a vulnerabilidade das trabalhadoras do sexo, que é devida à falta de protecção legal e outros direitos sofridos pelas mulheres em geral.

Os desafios da mudança de comportamento, isto é, transformar a informação sobre HIV e SIDA em acção, estão também relacionados com os baixos níveis de expectativas dos jovens. Com uma taxa de educação ainda baixa e sem perspectivas de emprego, muitos jovens têm pouca auto-estima e lidam com a morte de um ponto de vista fatalista.

Organização da Mulher Caixa 5 para a Educação sobre o SIDA (OMES), Província de Manica

Em 2004, a OMES celebrou o seu décimo aniversário – 10 anos de dificuldades, mas também 10 anos de firmes realizações. Em 1994, o SIDA parecia ser uma ameaça remota em Chimoio, a capital da província de Manica. Mas as pessoas tinham começado a morrer e a população da cidade sabia sobre o SIDA através dos seus frequentes contactos com o vizinho Zimbabwe.

Um grupo de mulheres com uma visão ambiciosa decidiu que era altura de actuar, formando uma organização de mulheres para educação sobre o SIDA, OMES. Inicialmente, a inspiração do grupo veio de Mutare, do outro lado da fronteira com o Zimbabwe. Após uma visita a Mutare, elas modelaram a OMES através de um programa de educação para trabalhadoras do sexo realizado pela FACT (Family AIDS Caring Trust). A OMES avançou bastante, começando como um pequeno programa de educação. O grupo inicial em Chimoio expandiu-se e tem actualmente 26 activistas, entre elas um grupo de jovens trabalhadoras do sexo. Em 2002, este grupo distribuiu mais de 40.000 preservativos masculinos e começou a usar o preservativo feminino. A OMES não trabalha só em bares, as activistas também fornecem educação comunitária, através de peças de teatro e debates, em mercados e outros locais públicos.

O seu centro de aconselhamento fornece um espaço, onde mulheres e homens podem entrar e pedir conselhos e também ver vídeos sobre educação do SIDA. Nos últimos anos, quatro novos grupos da OMES abriram nas cidades e em cima de camiões ao longo das principais estradas da província. Contudo, não tem sido tudo um mar de rosas. A OMES tem-se alargado, apesar do grande aumento da epidemia do HIV e SIDA em Manica e algumas activistas já morreram devido à doença. Apesar dos testes de HIV estarem disponíveis em Chimoio desde 2002, as activistas são relutantes em fazer o teste, com receio do estigma e discriminação. Elas ainda não têm acesso ao tratamento anti-retroviral. As condições sócio-económicas que levaram ao aumento do comércio do sexo em Chimoio e ao longo das estradas principais não mostram sinal de desaparecerem. A OMES irá, contudo, celebrar o seu décimo aniversário-com um orgulho justificável nos sucessos de um pequeno grupo de mulheres determinadas.

FONTE: Dr.^a Julie Cliff.⁸⁴

Com o desmoronamento dos mecanismos tradicionais de regulamentos sociais, o crescente risco de contrair a infecção pode ser articulado numa perspectiva da quebra das leis que permitem relações sexuais prematuras. O facto de que, em média, a vida sexual de uma pessoa começa aos 15,09 anos (no grupo etário 15-19 anos), mostra a diminuição da influência das gerações mais velhas na educação dos jovens.⁸³

Se as dinâmicas sociais alteraram a transmissão de conhecimento entre gerações, como as regras sociais, a mudança na prática não significa necessariamente a substituição do modelo cultural dominante. Isto significa que, mesmo com alterações das prévias componentes de educação sexual, tem havido pouca mudança no poder desigual e relações sociais de género.

Essencialmente, é este modelo, enfatizando a subjugação social da mulher, que explica a actual prevalência mais alta do HIV e SIDA em mulheres. Isto significa que a vulnerabilidade das pessoas à doença, apesar de dependente de uma série de factores, como falta de informação e pobreza, é suportado por um modelo social que reproduz e reforça a desigualdade de género. Devido a isto, é importante realizar pesquisas mais profundas, especialmente sobre o conteúdo e eficácia das campanhas de combate às infecções transmitidas sexualmente, nos diferentes grupos alvo.

Mortalidade e morbidez relacionadas com o aborto⁸⁵

África tem a taxa mundial mais alta de mortalidade relacionada com o aborto. Estima-se que cerca de 13% das mortes maternas são devidas a complicações com aborto. Além disso, todos os anos, milhões de mulheres sofrem de complicações agudas ou crónicas, como dores da pélvis, infertilidade secundária e outras consequências a longo prazo, como resultado de abortos clandestinos. Em todo o mundo, vários estudos estimaram anteriormente que os abortos “ilegais” ou “clandestinos” prefazem

25% das mortes maternas,⁸⁶ resultando em 115.000-205.000 de tais mortes por ano (300-550 por dia).⁸⁷ Mais recentemente, as complicações surgidas de “abortos clandestinos” calcula-se que sejam responsáveis por 78.000 mortes por ano.⁸⁸ Em África, estima-se que mais de cinco milhões de mulheres fazem abortos clandestinos e que uma significativa percentagem morre de causas relacionadas com o aborto.

Em países industrializados, onde a comunicação entre pais e adolescentes sobre sexualidade aumentou bastante⁸⁹ e onde os serviços de aconselhamento sobre contraceptivos e abortos estão disponíveis, o problema da gravidez indesejada em adolescentes é menos comum e as taxas de fertilidade alcançaram o nível mais baixo de sempre.⁹⁰ A situação em países de baixo rendimento e em África, em particular, é, contudo, muito diferente. Por um lado, a sociedade tradicional e os seus valores e controlos estão a ser desprezados, especialmente em áreas urbanas, e os adolescentes estão cada vez mais a adoptar a cultura do “ocidente”, incluindo o envolvimento em relações sexuais mais liberais. Por outro lado, a educação sexual nas escolas é fraca ou inexistente e, como a sexualidade é ainda uma questão tabú, os pais não a discutem com os seus filhos adolescentes.

Além disso, o conhecimento sobre contracepção é muito limitado e, mesmo quando existe um grau de consciência, muitos jovens praticam mesmo assim relações sexuais sem protecção.⁹² Por vezes, eles não usam serviços de planeamento familiar, pois recebem a atitude de julgamento do pessoal da saúde ou recebem serem reconhecidos e identificados como já terem começado as relações sexuais. Consequentemente, é frequente a gravidez indesejada de adolescentes e muitas raparigas decidem fazer abortos.⁹³

Ao longo da história, as mulheres com gravidez não intencional e indesejada tomam atitudes para resolver o problema, arriscando a sua saúde, futura fertilidade, posição social e mesmo as suas próprias

vidas.⁹⁴ Em muitos países de baixo rendimento, onde a legislação prevalecente proibe o termo de uma gravidez, as mulheres são obrigadas a procurar pessoas que fazem abortos ilegalmente e em condições inadequadas. Um estudo na Tanzânia mostrou que mais de metade das doentes que fizeram um aborto clandestino tinham menos de 20 anos de idade.⁹⁵ Em outros lugares tem-se verificado que o grupo etário 15-20 anos prefaz 68% das complicações de abortos tratadas em hospitais seleccionados.⁹⁶ Mulheres jovens, solteiras ou separadas, tendem a correr mais riscos de complicações severas, devido a abortos clandestinos.⁹⁷

Os abortos clandestinos, apesar de serem uma causa facilmente prevenível de morte materna, é um dos problemas de saúde e de direitos humanos mais desprezados no mundo, hoje em dia. O aborto não foi reconhecido como um problema até 1994, quando a ICPD no Cairo enfatizou pela primeira vez a igualdade de género e os direitos reprodutivos e sexuais da mulher⁹⁸ e reconheceu que o aborto era um problema de saúde que tinha de ser tratado em todos os seus aspectos. Foi assim que se concluiu que as mulheres com gravidez indesejada devem ter acesso a informação fiável e aconselhamento compassivo. Em circunstâncias em que o aborto não é contra a lei, deve ser sem perigo. Em todos os casos, a mulher deve ter acesso a serviços de qualidade para a gestão de complicações que possam surgir durante o aborto.⁹⁹

Em Moçambique, a actual legislação do Código Penal ainda reflecte os valores de um influente poder colonial conservador, autoritário católico romano do século dezanove. O código estipula que o aborto é proibido em qualquer circunstância e penaliza a paciente e a pessoa que realiza o aborto. Contudo, as circunstâncias após a independência no final do século vinte, são muito diferentes: com um Estado secular que promove os direitos da mulher e dá prioridade ao bem-estar do cidadão. Uma manifestação desta preocupação foi era a crescente aceitação de que o

aborto deveria ser permitido em certas circunstâncias, com ênfase particular na segurança do procedimento.

Consequentemente, em 1985, o Ministério da Saúde emitiu directrizes, declarando que a mulher poderia realizar o aborto no Hospital Central de Maputo, se esta fosse devida a medidas contraceptivas falhadas. Posteriormente, devido à crescente evidência das altas taxas de morbidez e mortalidade materna, relacionadas com abortos clandestinos, a interpretação destas directrizes tornou-se mais liberal. O termo da gravidez por pedido era aceite por questões sócio-económicas. Como resultado, hoje em dia, qualquer gravidez até à décima segunda semana de gestação pode ser terminada (mas apenas em três hospitais da cidade de Maputo, e em alguns locais fora da capital), se houver um pedido por escrito feito pela mulher ou pelo casal. Adolescentes não casados, com 18 anos de idade ou menos, têm de ter permissão de um adulto. De certa maneira, esta significativa mudança de atitude reflecte resultados de pesquisas em outros lugares, que a ideia sobre o problema da gravidez indesejada fornecida por pesquisas qualitativas e quantitativas ajuda a enfraquecer a tendência de condenar acções para resolver este problema, sem a perda da vida de mulheres. Em Maputo, mesmo antes da ICPD, as mulheres tinham acesso a abortos sem perigo, apesar de as taxas hospitalares ainda constituírem um obstáculo ao acesso a este serviço.

Alguns estudos sobre mortalidade materna, baseados em hospitais, mostraram que 8% a 11% das mortes maternas, durante o período 1990-1999,¹⁰⁰ foram devidas a complicações com abortos. Em 2001 e 2002, a contribuição do aborto para a mortalidade materna era de 6.6% e 4.6%, respectivamente, mostrando que as mulheres ainda estão a morrer devido a abortos, mesmo em Maputo, onde existem condições seguras para realizá-los.

No entanto, estes números são apenas a ponta do iceberg, pois não incluem as mulheres que não sofrem imediatamente complicações

reconhecíveis ou as que sofreram, mas que não foram tratar-se ao hospital, muitas das quais acabando por morrer. De 148 mulheres tratadas devido a sérias complicações de aborto, no período 1990-1999, 26% morreram, duas a 24 horas depois de terem sido admitidas. Isto pode-se dever ao facto de que as mulheres, que fazem abortos clandestinos, inicialmente tendem a esconder as complicações do aborto e só procuram cuidados médicos em último caso.

As mais comuns complicações imediatas de abortos clandestinos, identificadas em vários estudos africanos, incluem abortos incompletos, cortes no cervix, hemorragias, sepsia, perfuração uterina e peritonite.¹⁰¹ As consequências, a médio e longo prazos, incluem dores pélvicas crónicas, gravidez ectópica e infertilidade.¹⁰² Apesar de menos estudadas, em muitos casos, as consequências sociais - como o transtorno familiar e várias formas de ostracismo - podem ter a mesma importância,¹⁰³ sem mencionar a vulnerabilidade da mulher a procedimentos legais.

Hemorragia e sepsia são as complicações mais comuns do aborto e todas as mulheres admitidas à enfermaria de emergência da ginecologia no Hospital Central de Maputo (HCM), com hemorragia severa e sinais de sepsia morrem pouco depois de serem admitidas. A falta de sangue é a principal causa de morte nestes casos. Peritonite, a complicação mais séria, é geralmente a principal razão para intervenções cirúrgicas. Estes resultados apontam para a necessidade de abastecimentos de sangue e antibióticos no HCM. Como contribuinte principal da morbidez e mortalidade materna, com base no hospital e sua gestão, o aborto clandestino acaba criando um fardo extra para as já inadequadas despesas públicas em saúde.

Predominantemente são as mulheres jovens, pobres e não instruídas, que vão fazer abortos clandestinos, adicionando a violação à sua longa lista de direitos não cumpridos e um que pode ter consequências sérias para a sua

saúde e a sua vida. Entre este grupo de mulheres, em particular, a gravidez não desejada em si reflecte ainda um outro direito não realizado, o direito à contracepção.

Os adolescentes, hoje, atingem a puberdade mais cedo do que as gerações anteriores e também se casam mais tarde. Por isso, é mais provável que comecem a ter relações sexuais antes do casamento,¹⁰⁴ correndo assim um maior risco de gravidez não desejada e doenças de transmissão sexual. Levantamentos em seis países africanos relatam que um quarto e meio dos primeiros filhos em mulheres, com idades entre os 15 e os 19 anos, eram não intencionais.¹⁰⁵ Nestes casos, uma gravidez não desejada termina em aborto. Estudos hospitalares realizados no Zaire¹⁰⁶ e Camarões¹⁰⁷ mostraram também que os adolescentes sofriam uma elevada percentagem relativamente a todas as complicações relacionadas com abortos.

O maior risco da morte relacionada com a gravidez em adolescentes não é só devido à idade, mas também ao facto de tais nascimentos tenderem a ser os seus primeiros, que são mais arriscados que os seguintes. Um estudo hospitalar no HCM revelou que a maioria das mulheres que morriam de abortos clandestinos eram significativamente mais novas e com menos probabilidade de ter uma relação estável. Elas também estavam em desvantagem em relação à educação, habitação e tamanho do agregado familiar e ganhavam salários mais baixos. A percentagem de mulheres adolescentes que fizeram abortos clandestinos era cerca de 38%¹⁰⁸ e, num estudo semelhante na Nigéria, esta proporção era 50%.¹⁰⁹ Vários outros estudos sobre abortos clandestinos em África mostram o mesmo perfil de idade. Por exemplo, na Nigéria,¹¹⁰ descobriu-se que um terço das raparigas da escola secundária tinha feito abortos e mais de metade das mulheres que fizeram abortos clandestinos tinham menos de 20 anos de idade.

O facto de a educação ser um factor significativo no conhecimento e uso de contraceptivos estava



claramente reflectido em Maputo, onde se viu que as mulheres que fazem abortos clandestinos pertenciam à camada sócio-económica mais baixa e foram as que, por consequência, tiveram complicações severas. Este aspecto foi também demonstrado na Nigéria, onde a falta de instrução e informação sobre contraceptivos também eram significativas.¹¹¹

Como as mulheres que fazem abortos clandestinos tendem a ser jovens, a sua educação escolar limitada é, em parte, uma reflexão da sua idade, mas provavelmente também reflecte uma herança social de altos níveis de analfabetismo, particularmente entre mulheres. Isto poderá agravar a ignorância das questões biológicas à volta da sexualidade, estando os pais na categoria dos menos informados.

Outra dimensão do problema é o efeito da gravidez não desejada de raparigas e mulheres que não conseguem obter o aborto que desejam. Esta situação implica que as raparigas novas são forçadas a deixar a escola com consequências a longo prazo, para os esforços de equidade de género do país, assim como para o bem-estar dos filhos de mães não casadas e/ou não instruídas. Dados do Inquérito Demográfico e de Saúde indicam que 17% das raparigas adolescentes com idades entre os 15-19 anos, já têm um filho e, todos os anos, elas prefazem cerca de 17% de todos os nascimentos na cidade capital, Maputo.

Um importante mas incalculável custo indirecto de um aborto clandestino resultando em morte é o efeito sério que a perda de uma mãe ou irmã mais velha, num agregado familiar chefiado por uma mulher, poderá ter sobre os membros sobreviventes da família. Em áreas rurais, a mulher é que realiza a maior parte do trabalho agrícola e entre os pobres urbanos é a mulher que mais provavelmente faz comércio informal de rua, para garantir a sobrevivência do dia a dia da sua família. A mãe tem tendência a dar mais prioridade às necessidades de educação, nutrição e cuidados de saúde dos filhos e a perda de tal indivíduo

chave poderá ter sérios efeitos adversos no bem-estar da próxima geração. As irmãs mais velhas têm também, invariavelmente, grandes responsabilidades em produzir e cuidar das crianças.

A legislação sobre o aborto deve ser revista, de modo a tornar disponível um seguro termo de gravidez indesejada a mulheres que precisam. A existência de serviços para realização do aborto deve ser disseminada através de campanhas de educação de saúde, que tenham como alvo mulheres com maior risco de gravidez indesejada. As taxas cobradas para a realização do aborto seguro não devem ser um obstáculo à procura de tais serviços. Além disso, devem ser organizados serviços apropriados para tratar casos de morbidez severa, de modo a reduzir a mortalidade materna e os efeitos permanentes de saúde, causados por abortos clandestinos em mulheres que sobrevivem a tais procedimentos.

MEIO AMBIENTE

Habitação

Não existem diferenças significativas entre o homem e a mulher em relação à habitação e acesso a serviços básicos.¹¹² Contudo, estas diferenças são notáveis entre populações rurais e urbanas. Em áreas rurais, cerca de 89% das pessoas vivem em casas cobertas de capim, enquanto que apenas 9% das pessoas têm uma cobertura de zinco e 4% têm paredes feitas de tijolos em relação a 45% com cobertura de zinco e 37% com paredes de tijolos em áreas urbanas. As casas têm, em média, dois quartos.

Acesso a água potável

Reduzir para metade a proporção de pessoas sem acesso sustentável a água potável para beber até ao ano 2015, é uma das metas ambiciosas estabelecidas pela Declaração do Milénio das Nações Unidas e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), que o governo de Moçambique adoptou, aquando da Cimeira do Milénio das NU, em Setembro de 2000. Até à data, cinco anos após a Cimeira, as mulheres moçambicanas, especialmente nas

áreas rurais, percorrem bastantes quilómetros para irem buscar água. Muito tempo produtivo é gasto nesta actividade. Como exposto no relatório de 2002 do governo sobre as Metas de Desenvolvimento do Milénio, cerca de 71% e 64% de populações rurais e urbanas, respectivamente, não têm acesso a água potável. De acordo com dados mais recentes do IAF (2002/3), em 2004, cerca de 57.7% e 26.4% da população rural e urbana, respectivamente, tinham acesso a água potável, mostrando um aumento no número de pessoas urbanas com acesso a água potável, mas um decréscimo nas áreas rurais.

Como resultado, as populações de áreas rurais são forçadas a usar mais furos de água desprotegidos (51%), e água directamente de rios, lagos ou lagoas (22%). Isto tem resultado no aumento de incidentes de doenças transmitidas através da água e isto também tem impacto na realização de outras responsabilidades, como a participação da mulher em assuntos públicos.

A questão do acesso à água potável merece reparo, pois as mulheres e os homens não estão do mesmo modo envolvidos nesta questão, como na maioria das sociedades; o desequilíbrio de poder entre homens e mulheres assegura que é a mulher que carrega a maior parte do fardo relacionado com a água. É, por isso, imperativo que o governo avance para resolver esta preocupação de género.

Electricidade e outras formas de energia

Moçambique é reconhecido como um dos maiores produtores de energia na região da SADC. A maioria dos estudos revelam que Moçambique possui enormes recursos para a produção de energia. Estes incluem recursos hídricos, carvão, gás natural e altos níveis de radiação solar.¹¹³ Apesar disto, em termos de utilização, Moçambique usa a menor quantidade de energia na região. Estima-se que apenas 6% da população tenha acesso à electricidade, o resto depende de lenha e biogás. Além disso, o gás é também muito usado pelas populações rurais e urbanas.

Isto é um desafio à atribuição de poder à mulher, pois elas carregam o fardo do fraco fornecimento de energia. Na maioria dos casos, as mulheres têm de andar vários quilómetros, à procura de lenha. No entanto, o governo de Moçambique está comprometido em resolver este problema, através de projectos de electrificação das zonas rurais. Estão a ser desenvolvidas parcerias chave para fornecer recursos a esta iniciativa, por exemplo, um empréstimo de US\$14 milhões foi conseguido através da Fundação Africana do Desenvolvimento (ADF) para financiar o projecto de electrificação rural em Moçambique.¹¹⁴ O projecto é vital, pois tem como alvo os grupos mais marginalizados (comunidades rurais que são compostas, na maioria, por mulheres) e irão capacitar as mulheres rurais a aumentar a sua actividade económica e melhorar o seu padrão de vida, através do fornecimento de energia eléctrica.

Impacto das calamidades naturais sobre

As calamidades naturais que devastaram Moçambique nos anos passados, especialmente as cheias de 2000, no sul, e as de 2001, nas regiões central e norte do país, afectaram imensamente a vida das comunidades nestas áreas, causando a destruição de terra agrícola, morte de animais e danos a unidades industriais. Estima-se que em 2000-2001, cerca de 33% da população moçambicana foi afectada por uma calamidade, 34% por cheias, 20% por ciclones e 8% pela seca.

Estas calamidades naturais agravaram a situação de insegurança alimentar crónica e temporária existentes em certas áreas do país. Muitas famílias deixaram as suas casas para viver em novas áreas residenciais, especialmente criadas para os sobreviventes das calamidades naturais e começaram a produzir em novos campos localizados em áreas com menor risco de inundações. Contudo, as pessoas afectadas, em geral, mantiveram os seus campos originais e continuam a produzir neles, sobretudo na estação

seca, pois os campos estão localizados em áreas baixas, em margens de rios e lagoas.

Foi realizada uma análise da vulnerabilidade, usando o método de economia alimentar que permite, através de estudos de base, a compreensão do grau de vulnerabilidade de agregados familiares a potenciais calamidades e identifica a localização das populações ameaçadas, de modo a gerir situações de risco e ajudar a definir acções mais apropriadas para cada situação. As 39 zonas de economia alimentar, actualmente definidas, rodeiam áreas com características semelhantes, em termos de alimentos e fonte de rendimento.¹¹⁵ Nos últimos anos, os distritos mais vulneráveis localizavam-se nas regiões do centro e norte do país. Existem pequenas zonas com populações vulneráveis no norte, apesar de estas áreas serem consideradas de boa produção agrícola.

Os membros e composição de Agregados Familiares (AF) têm uma grande influência no tamanho das áreas e das culturas cultivadas, cujas variações dependem da sua localização geográfica. De acordo com os resultados do Trabalho de Inquérito Agrícola (TIA), em 1996, a média no país é de 6.4 membros por AF e pode ser maior ou menor em áreas específicas, como indicado em estudos conduzidos em certas comunidades e a nível distrital.

Em termos de composição de AF, os principais são os Agregados Familiares Chefiados por Mulheres (AFCM) e a sua relação com a população feminina, a nível provincial. Assim, a média nacional é de 22% de AFCM numa população com 53% de mulheres. Por exemplo, a província de Maputo tem 29% de AFCM, numa população feminina de 53%. Dados anteriores indicavam que não havia uma relação directa entre a população feminina, que representa pouca variação entre as províncias (51%-55%), e a percentagem de AFCM. Contudo, em Punguine-Chókwe-Gaza, a maioria da população é feminina e 76% dos AF são chefiados por mulheres, dos quais 76% são *de jure* e 44% são *de facto*.¹¹⁶

Outro importante indicador é a incidência da pobreza, a vários níveis. Com base em dados do formulário do Levantamento de AF de 1996/97, durante o censo populacional de 1997 e na análise de vulnerabilidade de 1998, foi produzido um mapa dos padrões de pobreza, a diferentes níveis. Observou-se que a incidência da pobreza variava com a desagregação de estimativas adoptadas a nível provincial e de posto administrativo. Deste modo, as províncias de Sofala, Inhambane e Tete têm maior incidência de pobreza, a nível provincial.¹¹⁷

Contribuição das ONGs no alívio do impacto das calamidades naturais

As ONGs têm participado em actividades gerais e específicas no restabelecimento e desenvolvimento da economia moçambicana, especialmente a nível local, no contexto da agricultura e meio ambiente, apoiando os camponeses na produção agrícola e criação de gado, na aplicação de novas técnicas agrícolas e de criação de gado, na promoção de associações e cooperativas, formação de pessoal, disseminação e aplicação da actual legislação, programas de crédito rural, delimitação de áreas comunitárias, promoção de segurança alimentar e nutrição, promoção de mercados para matéria-prima e produtos agrícolas, assim como o manejo e gestão dos recursos naturais pela comunidade. Contudo, vários factores, incluindo burocracia, fracas condições de estradas, falta de mercados e infraestruturas para armazenar produtos, alto índice de analfabetismo, alto custo da matéria-prima, falta de crédito, baixo poder de compra dos camponeses, queimadas descontroladas e outros, tornam o desenvolvimento rural difícil.

Além disso, não existem políticas ou regulamentos que orientem a revitalização do sector agrícola e forneçam incentivos aos produtores e comerciantes, por exemplo, em relação aos organismos geneticamente modificados, importação e exportação de produtos, crédito e aplicação de medidas que garantam a conservação dos recursos naturais.¹¹⁸

A divisão de trabalho no uso de recursos naturais.

No contexto do Programa de Reabilitação e Desenvolvimento do Sector Agrícola (PROAGRI), têm-se realizado cursos de formação para trabalhadores de extensão rural, membros de associações e líderes comunitários, para capacitação em técnicas melhoradas de produção agrícola e animal e na área de conservação de florestas e fauna bravia. Apesar destes serem limitados, têm ajudado a população a fazer melhor uso de recursos e oportunidades. Existe necessidade e interesse em expandir as actividades de formação, de modo a incluir mais produtores.

Gestão e conservação dos recursos naturais pela comunidade

As comunidades têm implementado alguns projectos para fornecer incentivos para a gestão de recursos naturais, com particular atenção à integração de género nas suas actividades, que são promovidas e desenvolvidas pelas populações das respectivas áreas. Exemplos incluem:

- projecto da Reserva Florestal de Moribane em Manica;
- projecto do uso múltiplo de recursos marinhos no Arquipélago do Bazaruto, na província de Inhambane;
- projecto de Áreas de Conservação Trans-fronteiriças nas províncias de Manica, Inhambane, Gaza e Maputo, especificamente para a gestão de fauna bravia;
- projecto de fornecimento de madeira para produção de carvão, gerido pela comunidade em Santaca, província de Maputo;
- projecto dos recursos florestais e de fauna bravia, nas províncias de Sofala, Manica e Cabo Delgado;
- projecto da Ilha da Inhaca, na província de Maputo;
- projecto de gestão dos recursos costeiros do Inhassoro e Xai-Xai, nas províncias de Inhambane e Gaza;
- projecto de gestão costeira de Mecúfi, em Cabo Delgado; e
- projecto para apoiar a gestão comunitária de florestas e fauna bravia em Goba e Nampula.

Os projectos mostraram que as comunidades têm um grande interesse e comprometem-se com as actividades de gestão de recursos naturais quando veem os benefícios que delas resultam. Contudo, os benefícios não são imediatos, mas a médio e longo prazos, especialmente na recuperação de áreas com grande degradação de recursos naturais. Devido a isto, os fundos de alguns projectos acabam durante o período de implementação e alguns dos objectivos previstos não são alcançados. Para o sucesso de actividades, que promovem a gestão comunitária de recursos naturais, é importante garantir a integração do género e usar a sensibilização ao género em todas as actividades, tendo em conta que, na realidade, existe uma divisão de poderes, responsabilidades e tarefas entre o homem e a mulher, com valores e regras específicos, que estão interligados na vida do dia a dia das comunidades.

Através de um projecto comunitário de gestão dos recursos naturais, apoiado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e pelo governo da Holanda, desde 1998, foi desenvolvida uma estratégia de integração de género em actividades que contribuem para melhorar a gestão comunitária de recursos florestais e de fauna bravia em Goba - Changalane - província de Maputo. Como resultado deste projecto, as comunidades já sabem distinguir as espécies florestais e aprenderam a fazer uso de apenas algumas delas para a produção de lenha e carvão. A prática de queimadas descontroladas está a diminuir e há mais controle no corte de árvores e nos métodos de caça praticados por carvoeiros, que vêm de outras áreas, e por caçadores furtivos. Homens e rapazes migram para os países vizinhos e os que permanecem praticam a caça, pastoreio e produção de carvão, enquanto que as mulheres e raparigas realizam tarefas caseiras e trabalho agrícola. As mulheres estão mais envolvidas na gestão de projectos, liderança e como membros dos grupos de promotores de



conservação comunitária, em actividades de formação para comunidades, fornecendo incentivos para a utilização de novas técnicas e actividades (como apicultura, produção de novos fornos de carvão), de modo a melhorar a gestão comunitária dos recursos e colaborando melhor na manutenção da área. Contudo, os homens ainda têm mais acesso, controle e benefício dos recursos naturais e trabalham, principalmente, em actividades de maior rendimento e que tomam menos tempo.¹¹⁹

Num estudo feito em três aldeias do distrito de Matutone, na província de Maputo, foi também observado que existe uma divisão de trabalho entre o homem e a mulher, no uso e utilização dos recursos naturais. As mulheres estão mais envolvidas na busca e transporte de água, produção agrícola, corte de capim e extração de *sura* (sumo de palma fermentado). Os homens têm a responsabilidade de caçar, cortar árvores, juncos, capim e lenha e pescar. As mulheres participam comercialmente na venda de *sura*, peixe e animais da machamba (principal actividade de rendimento para mulheres sem familiares homens). Os homens vendem a carne de caça, capim, peixe e *sura*. As mulheres gastam o seu dinheiro, principalmente, em alimentos e os homens guardam o seu dinheiro para situações de emergência e para cigarros e bebidas.¹²⁰

As relações de género e a divisão de tarefas e responsabilidades, a nível de AF, têm um impacto na escolha e adopção de práticas de conservação do solo, como indicado pelo estudo realizado em Nhambonda, na província de Manica. É comum, por exemplo, encontrar *cebos*¹²¹ vivos nas machambas dos homens, pois eles são responsáveis por limpar a terra e de encontrar plantas cobertas com camadas de matéria vegetal¹²² nas machambas das mulheres, pois elas passam mais tempo a lavar e capinar. Os homens, que dominam os recursos, adoptam culturas de rendimento nas suas machambas e usam novas técnicas transmitidas por trabalhadores de extensão rural e

recebem assistência técnica, créditos e matéria prima. As mulheres cultivam culturas alimentares, com práticas de conservação, que poupam tempo e recursos, mas ajustadas às características locais e beneficiam muito pouco de assistência técnica e financeira de organizações. Todavia, as mulheres estão agora a participar em associações, através das quais obtêm apoio e começaram a ter mais poder de tomada de decisões.¹²³

GÉNERO, LEI E REFORMA LEGAL

Moçambique tem um sistema legal complexo, composto por estatutos, normas e práticas costumeiras e religiosas. Muitas normas e práticas não estão por escrito, mas ainda se aplicam na vida do dia a dia, apesar de o Estado só reconhecer as leis escritas. Desde a independência, a lei escrita reconhecida integrou vários sistemas normativos, incluindo normas costumeiras, mas o alcance de um equilíbrio para resolver as realidades de homens e mulheres, incluindo a promoção dos direitos humanos, é ainda um desafio.

No contexto de igualdade do género, a lei actual está consagrada na constituição de Moçambique, que garante igualdade entre homens e mulheres e declara ilegal a discriminação com base em circunstâncias pessoais e de vida social, política, económica e cultural. Moçambique também ratificou ou adoptou instrumentos internacionais e regionais, como a CEDAW (em 1993), e a Declaração de 1997 da SADC sobre Género e Desenvolvimento por Chefes de Estado e Governo, garantindo a igualdade de género.

A lei moçambicana tem sido grandemente influenciada pelo seu passado colonial. Por exemplo, até recentemente, os direitos de família constavam do Código Civil Português de 1967, partes do qual foram posteriormente emendadas, em desenvolvimentos legislativos desde a independência, como a Lei N° 8/92, que introduziu a questão do divórcio não litigioso.

Tem havido constante advocacia para emendar leis discriminatórias de género e aprovar legislação

As leis continuam a ser influenciadas pelo legado colonial.

sensível ao género, visando capacitar a mulher a participar mais completamente em esforços de desenvolvimento. Foi estabelecido que a lei desempenha um papel chave na atribuição de direitos e responsabilidades e o estatuto subordinado da mulher em Moçambique tem dificultado os esforços de desenvolvimento em todos os sectores.

Desenvolvimentos legais nos últimos anos têm-se centrado no papel da lei da família no desenvolvimento e alcance da igualdade de género. Até recentemente, a posição da mulher em relação ao homem era de profunda desigualdade, apesar das garantias constitucionais de igualdade. Os artigos 55-57 da constituição moçambicana centram-se na importância de proteger a família na sociedade, o papel da mulher e o compromisso de promover e apoiar a emancipação da mulher, assim como fornecer incentivos para elevar o papel da mulher na sociedade.

Em contraste com estas garantias constitucionais, a posição da mulher tem sido comprometida, até recentemente, por provisões legais que apoiam a supremacia do marido no casamento, incluindo a incapacidade da mulher de administrar propriedades, assim como a perda de direitos, aquando da dissolução do casamento. Além disso, um pai tem mais direitos que uma mãe em relação à custódia dos filhos.

Nos últimos dois anos, algumas mudanças críticas ocorreram no campo da lei da família. A Lei da Família foi aprovada em Novembro de 2003,¹²⁴ e foi posta em vigor em Maio de 2005. Esta lei tem tido um importante impacto nos direitos do homem, da mulher, de rapazes e raparigas no seio da família e de cônjuges, tem afectado profundamente os direitos pessoais e de propriedade.

Provisões importantes na Lei da Família incluem:

- O reconhecimento de uniões costumeiras, permitindo que mulheres casadas pela lei costumeira possam reivindicar os seus direitos de propriedade e de custódia;

- O reconhecimento de uniões informais, em que as mulheres, que tenham vivido com os seus parceiros durante mais de um ano, têm direito a herdar dos seus parceiros;

- A idade mínima para o casamento de 14 para raparigas e 16 para rapazes mudou para 18 anos para ambos;

- O período entre um casamento e outro (período inter-nupcial) é de seis meses para mulheres e homens;

- O princípio da supremacia masculina em relação à mulher foi eliminado e foi introduzido um estatuto igual entre cônjuges, resultando na administração conjunta efectiva da propriedade. Isto inclui escolher a residência, assim como representação familiar e determinação do apelido da família. Em suma, ambos os cônjuges estão no mesmo nível, disfrutando significativa autonomia do agregado, patrimonial, financeira e profissional.

Em geral, a Lei da Família abriu também novas oportunidades para a mulher gerir e transferir propriedade, no seu próprio direito. Propriedade conjunta, dependendo do tipo de casamento escolhido pode agora ser utilizada e até mesmo transferida pela mulher no seu próprio direito, incluindo a transferência de posse, com consentimento do marido.

Em relação à dissolução do casamento através do divórcio, a Lei N.º 8/92, de 6 de Maio, que visa o divórcio por consentimento mútuo, ainda está em vigor. Os direitos de ambos os cônjuges são salvaguardados, numa relação cimentada por igualdade, amor e respeito. A lei reflecte passos sérios para cimentar a igualdade entre homem e mulher, com um ênfase especial em áreas, em que a mulher tinha até agora sofrido uma violação aos seus direitos, nomeadamente:

- regulamento de poder maternal; partilha da propriedade do casal; abastecimento de alimentos ao cônjuge em caso de necessidade; e direitos em relação ao lar ou residência do casal.



A mãe solteira também tem os seus direitos protegidos, através de todos os elementos que devem ser fornecidos pelo pai da criança, desde o início da gravidez até ao fim do primeiro ano da vida da criança, de modo a proteger, não só a saúde da mãe (por direito), mas também da criança que irá nascer. O pai da criança tem também a responsabilidade de fornecer apoio material, mesmo que a relação com a mãe da criança termine.

Alguns direitos são também extensivos a mulheres em uniões polígamas, tendo em conta os princípios constitucionais de igualdade e não discriminação. O direito a alimentos por parte de mulheres, que pertenciam a uma união polígama e que depois enviuvaram, está salvaguardado. Elas têm direito a alimentos através do rendimento deixado pelo falecido marido, para o qual elas também contribuíram, desde que estivessem a viver juntos na altura da morte, e tivessem vivido com o falecido durante, pelo menos, cinco anos.

Entretanto, os direitos da mulher numa união *de facto* sofreu algumas desvantagens em relação à lei de 1997. Existe protecção judicial, mas só para efeitos de propriedade, paternidade e maternidade. Isto significa que se a união *de facto* é reconhecida, a mulher, tal como o homem, poderá beneficiar da divisão de propriedade comum, em caso de separação.

Se o homem e a mulher numa união *de facto* tinham finanças conjuntas, a mulher pode ficar com parte destas e terá os mecanismos legais que a lei oferece para obter o reconhecimento de paternidade para os filhos nascidos da união, assim como todos os direitos e deveres paternais. Mas o problema que persiste é a falta de conhecimento, por parte da mulher, dos direitos que a ajudam e protegem.

A lei de sucessão, discutida extensivamente no último *Para Além das Desigualdades: A Mulher em Moçambique* (2000),¹²⁵ ainda é de preocupação prioritária, em relação à sua implementação e prática. Como enfatizado anteriormente, a lei

estatutória visa a igualdade de direitos na herança para homens e mulheres. Assim, cada um dos cônjuges sobreviventes tem o direito à sua própria propriedade e a metade da propriedade conjunta e toda e qualquer propriedade deixada por testamento.

O problema fundamental reside aplicação da lei da sucessão. Isto é agravado pela existência de sistemas duplos de sucessão, influenciados pelas raízes matrilineares ou patrilineares da família em questão. No sistema patrilinear, aquando do falecimento do marido, a esposa sobrevivente usufrui de direitos de propriedade e a posse é conferida ao primeiro filho.¹²⁶ No entanto, existem alguns sistemas patrilineares, em que os filhos e as filhas herdaram, mas a maior parte vai para o primeiro filho.

No sistema matrilinear, aquando da morte do marido, a esposa sobrevivente herda a palhota e os instrumentos para uso doméstico e o primeiro sobrinho (filho da irmã mais velha ou prima-irmã do marido) herda a propriedade. A existência da lei escrita e a protecção mínima fornecida nestes sistemas costumeiros não têm dado à mulher protecção adequada e as viúvas continuam a ficar sem a sua propriedade, sobretudo se é valiosa.

Esta realidade compromete seriamente as vidas das viúvas e os direitos dos filhos, particularmente dos que ainda estão dependentes das mães. Há, por isso, necessidade de assegurar que as medidas legais sejam holísticas e cubram, não só provisões sensíveis ao género, mas também a sua administração e prática ou a existência destas leis não farão, nem de perto, com que a mulher usufrua de seus direitos.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Contexto

Central à violência contra a mulher são as relações desiguais de género. Isto é ainda mais apoiado por um modelo de dominação que, como qualquer outro, é legitimado por um sistema simbólico e por relações de poder que as mantêm e reproduzem. Estas são ideologias e estruturas que têm um impacto negativo nos direitos humanos da mulher.

A lei da família abriu novas oportunidades para a mulher.

*As relações desiguais
de género são
centrais à violência
contra a mulher.*

A violência contra a mulher é um fenómeno antigo. Em tempos contemporâneos atravessou as paredes de lares familiares, é questionada em jornais e é reconhecida como um problema social pelo Estado e por várias organizações da sociedade civil. A violência contra a mulher passou de assunto privado a assunto público e esta mudança tornou-se visível nos anos 90, tanto a nível nacional, como internacional.

O movimento internacional da mulher tem desempenhado um papel chave em tornar este assunto conhecido na esfera pública, através da criação de um espaço público internacional: foi enfatizado o princípio da não discriminação com base no género, assim como o reconhecimento da existência de violência simplesmente na base de se ser mulher. Isto formou a base de instrumentos legais internacionais, reconhecendo e protegendo os direitos da mulher contra esta violência. Os momentos chave incluíram a Conferência de Viena (1993) e a Conferência de Beijing (1995). Em Moçambique, o Estado considerou a violência como um problema a ser gerido através das suas várias instituições, como resultado das políticas pós-Beijing, mas também bastante influenciado pelo trabalho de mulheres de organizações nacionais.

No contexto de Moçambique, várias questões são importantes para a análise das respostas à violência contra a mulher, de perspectivas do Estado e da sociedade civil. Estas incluem a definição de “violência contra a mulher”, assim como as suas dimensões simbólicas e materiais e o modo em como é aceite e operada. Além disso, é necessário seguir os passos que levaram à visibilidade da violência contra a mulher em Moçambique, pois as estratégias até agora adoptadas dependem destas diferentes dimensões.

Respostas institucionais

Desde 1996 que as organizações de mulheres no país foram mobilizadas para combater a violência doméstica. Através do programa “Todos Contra a Violência” (TCV), Kulaya,

MULEIDE, Associação de Mulheres Moçambicanas, advogados, AMME, OMM, WLSA Moçambique (através do Centro de Estudos Africanos) e Fórum Mulher, tomaram parte nesta campanha. Através dos seus esforços conjuntos, elas contribuíram para tornar este problema visível e transformá-lo num objectivo legítimo de pesquisa e intervenção. Através de uma coordenação central, foram identificadas as capacidades de cada organização e foram sensibilizados activistas de vários sectores para se juntarem à advocacia. As actividades incluíam trabalhar com os media, realizar pesquisas, formação e sensibilização de agentes da polícia em Esquadras da Polícia, cuidados clínicos, psicológicos e legais para vítimas de violência.

Em 2000, uma avaliação das operações da TCV desde 1997 indicou que as principais áreas de trabalho eram: os cuidados e ajuda a vítimas de violência doméstica (incluindo aconselhamento extensivo ao perpetrador e a membros da família), formação e capacitação de agentes da polícia, jornalistas e outros, educação cívica através de campanhas, palestras e disseminação através da imprensa, assim como estudos e pesquisas para identificar as principais dimensões do fenómeno.

Como um dos resultados directos da TCV, foi formada, em 2000, a Associação de Mulheres Vítimas de Violência. Os membros da associação são mulheres que sofreram de violência doméstica e que se juntaram para se apoiarem e criarem espaços para debate e para ajuda a outras que sofrem do mesmo problema.

A coligação da TCV representou também uma experiência positiva de colaboração entre a sociedade civil e instituições do Estado, nomeadamente o Ministério do Interior, Ministério para a Coordenação da Acção Social e Ministério da Saúde. Cada uma destas organizações incluiu acções nos seus planos sectoriais, para combater e restringir a violência contra a mulher, especificamente a violência doméstica. Além da coalizão, outros ministérios também consideraram actividades que, directa ou indirectamente, têm como



objectivo combater o “problema social” da violência doméstica nos seus planos.

O Ministério do Interior, em particular, foi responsável por desenvolver uma série de acções, com o objectivo de integrar uma perspectiva do género, formação curricular em direitos humanos e direitos humanos da mulher, aumento do número de mulheres policiais e Gabinetes para Apoio a Mulheres e Crianças nas Esquadras da Polícia. Eles começaram suas operações em 1999, e existem actualmente 16 gabinetes em operação, cobrindo o país inteiro, excepto as províncias de Inhambane e Zambézia.

Apesar de o programa da TCV não ter financiamento e ter terminado em 2001, as suas organizações continuaram o trabalho, apesar de não tão bem coordenado como antes, com programas para combater a violência contra a mulher. O governo no poder desde as eleições legislativas e presidenciais de 1999 integrou esta questão como parte de seus planos estratégicos e operacionais.

Contudo, apesar de todos estes esforços, pouca mudança tem ocorrido. Alguns dos planos não foram realizados e, a nível institucional de governo, não foram atribuídos recursos suficientes. Além disso, as estratégias traçadas não se sucederam no ataque às raízes do problema e não são capazes de produzir mudanças significativas. Os activistas notaram que “...a situação actual em Moçambique é frustrante. Existe uma grande distância entre a intenção e acção, o que significa que os discursos políticos não correspondem com as práticas políticas e as práticas das instituições do Estado. Os problemas não são colocados a nível de discurso, mas a nível da prática.”¹²⁷

Um dos aspectos que torna difícil fazer pressão para assegurar que sejam tomadas medidas urgentes, para pôr fim à violência contra a mulher, é a falta de dados precisos que permitam a determinação da extensão deste fenómeno. O relatório de um estudo realizado pela WLSA Moçambique, entre Novembro de 2003 e Fevereiro

de 2004, nos Gabinetes para Apoio a Mulheres e Crianças nas Esquadras da Polícia, na cidade de Maputo e nas Províncias de Maputo e Sofala, apresentam alguns resultados dos dados colhidos entre Janeiro de 2000 e Novembro de 2003.

Contudo, deve-se notar que as datas do começo do estudo não foram as mesmas para todos os gabinetes. Por exemplo, o Gabinete para Apoio a Mulheres e Crianças na 18ª Esquadra da polícia, só tinha iniciado as suas actividades dois meses antes da realização do estudo piloto. Na análise destes dados, houve necessidade de ter em conta as condições nas quais foi feito o registo dos casos, pois os gabinetes não têm materiais, incluindo formulários produzidos centralmente pelo Programa de Apoio a Mulheres e Crianças. Outras lacunas incluem a falta de consenso sobre o tipo de crimes, para que a sua classificação siga os mesmos critérios em todos os Gabinetes, a nível nacional.

O Quadro 22 apresenta informação sobre o número total de casos registados em todos os Gabinetes, onde se realizou o estudo piloto, mostrando a relação entre a vítima e o perpetrador, de acordo com o género.

Casos Violentos e Relações Vítima-Perpetrador, por Género, Cidade de Maputo, Províncias de Maputo e Sofala, 2000-2003							Quadro 22
Local Esquadra da Polícia	Nº de casos	Nº de vítimas/Género			Nº de perpetradores/Género		
		F	M	Menores (género desconhecido)	F	M	Género desconhecido
2ª Esq.- Maputo	89	78	11	-	19	63	7
7ª Esq.- Maputo	191	149	42	-	39	151	1
12ª Esq.- Maputo	100	79	18	3	26	70	4
14ª Esq.- Maputo	32	23	9	-	10	20	2
15ª Esq.- Maputo	1	1	-	-	-	1	-
18ª Esq.- Maputo	11	8	3	-	4	6	1
1ª Esq.- Matola	103	83	20	-	23	78	2
Comando D. Boane	59	40	19	-	16	39	4
4ª Esq.- Beira	2851	2034	715	102	609	2123	119
Com. D. Dondo	40	33	7	-	4	35	1
Com. D. Nhamatanda	13	10	2	1	2	10	1
Com. D. Gorongosa	3	3	-	-	-	3	-
Total	3493	2541	846	106	752	2599	142
Percentagem	100	72.7	24.2	3.1	21.5	74.4	4.1

FONTE: WLSA, 2004

Como se pode ver, os casos de violência em que a mulher é a vítima são a maioria (72.7%). Por outro lado, o Quadro 23 mostra o parentesco do perpetrador em relação à vítima feminina. Analisando a parte do perfil que corresponde às vítimas femininas (72.7% do total), pode-se ver que 33% do total de perpetradores são maridos, havendo diferenças entre os Gabinetes. Na 1ª Esquadra da Polícia na Matola, 77%

dos perpetradores são maridos e, na Beira, são 28%. Esta diferença pode ser explicada pelo facto de que, em muitos casos em que o perpetrador é homem, os formulários de registo não mencionam o nível de parentesco. Devido a isto, na categoria de “Parentesco não Mostrado (H)” e 31.1% do total, é possível que a maioria deles sejam maridos. O Gabinete 1ª Esquadra da Polícia é o de menor percentagem de casos (3.6%) no qual o parentesco do perpetrador masculino em relação à vítima feminina não é mostrado e o Gabinete na Beira tem a maior percentagem (35.5%).

Outro aspecto importante na relação entre a vítima e o perpetrador é a alta percentagem (7%) de mulheres que atacam outras mulheres, apresentadas pelas vítimas como “rivalis”, indicando que muitas mulheres em relações polígamas, tanto estáveis, como casuais, procuram a ajuda dos Gabinetes. Contudo, a alta percentagem (87%) de perpetradores masculinos reforça a posição de que as principais vítimas de violência registada nos Gabinetes são mulheres.

O Quadro 24 analisa o parentesco do perpetrador em relação às vítimas masculinas. Em relação a estes casos, (24.2% do total), a maior percentagem dos casos é representada por perpetradores masculinos, dos quais 24% são parentes ou vizinhos e 21% por perpetradores masculinos, cujo parentesco com as vítimas é desconhecido. Isto significa que, nos Gabinetes de Apoio a Mulheres e Crianças, um número significativa de vítimas masculinas é ajudado no tipo de crimes fora da esfera doméstica e isso pode ser resolvido directamente na Esquadra da Polícia. Só quando a vítima é um menor masculino é que o caso é da responsabilidade do Gabinete.

As mulheres, que não são uma categoria predominante como perpetradoras, são uma alta percentagem (20.7%), apesar de em menor proporção que outros perpetradores masculinos (24.7%). Muitas vezes, a perpetradora

Perfil Geral da Relação Vítima-Perpetrador, Vítimas Femininas, Cidade de Maputo, Províncias de Maputo e Sofala, 2000-2003 Quadro 23

Nível de parentesco do perpetrador	Nº de Vítimas (M)	Género do perpetrador	% de acordo com parentesco
Marido	836	H	33.0
Ex-marido	170	H	6.7
Namorado	145	H	5.5
Ex-namorado	39	H	1.5
Amante (H)	30	H	1.2
Rival (M)	173	M	7.0
Outros(H)	203	H	8.0
Outros (M)	50	M	1.8
Parentesco não mostrado (H)	789	H	31.1
Parentesco não mostrado (M)	92	M	3.6
Parentesco não mostrado (sem género-SG)	14	SG	0.6
Total de vítimas femininas	2541		100
Total de perpetradores (H)	2212	H	87
Total de perpetradores (M)	315	M	12.4
Total de perpetradores sem identificação de género	14	SG	0.6

FONTE WLSA, 2003

Perfil Geral da Relação Vítima-Perpetrador, Cidade de Maputo, Províncias de Maputo e Sofala, 2000-2003 Quadro 24

Nível de parentesco do perpetrador	Nº de Vítimas (H)	Género do perpetrador	% de acordo com parentesco
Esposa	175	M	20.7
Ex-esposa	36	M	4.3
Namorada	2	M	0.2
Ex-namorada	3	M	0.4
Amante (M)	35	M	4.1
Outros (H)	209	H	24.7
Outros (M)	107	M	12.6
Parentesco não mostrado(H)	179	H	21.2
Parentesco não mostrado (M)	95	M	11.2
Parentesco não mostrado (sem género – SG))	5	SG	0.6
Total de vítimas masculinas	846		
Total de perpetradores (H)	423	H	50
Total de perpetradores (M)	418	M	49.4
Total de perpetradores sem identificação do género	5	SG	0.6

FONTE WLSA, 2003

feminina, em particular a esposa, comete a violência após uma complexa relação, em que ela sofreu violência contida por parte do marido ou actua em defesa pessoal. Os Gabinetes devem tomar isto em conta, pois as mulheres, além de serem vítimas, podem também ser culpadas. O Quadro 25 mostra o tipo de crime na arena doméstica, em que os perpetradores são a esposa ou o marido.

A crença tradicional é de que o “chefe de família” tem atributos que justificam o seu comportamento e, o facto da mulher não ter os mesmos problemas, adiciona-se ao problema. Parece haver uma conspiração em relação a este sistema de valores, pelas pessoas que analisam os casos nos Gabinetes. Consequentemente, estas agressões (se não houver sangue) são classificadas como “caso social” ou simplesmente como “violência doméstica”, sem especificar o tipo de crime. Isto representa 16% dos casos onde o marido é o perpetrador e 25% dos casos em que a esposa é vista como sendo a perpetradora. A falta de legislação específica torna a assistência nos Gabinetes difícil de ser justa, em alguns casos.

No grupo etário 17-25 anos de idade, as vítimas femininas sofrem mais agressões. Deste grupo etário em diante as agressões diminuem. A dinâmica da frequência em vítimas masculinas é diferente, pois aumenta, à medida que a idade também aumenta. Contudo, a percentagem de agressão de vítimas femininas com mais de 35 anos é mais alta (14%) do que de vítimas masculinas do mesmo grupo etário (9.2%), mesmo que este seja o grupo etário que sofre mais alto número de agressões. Isto é lógico, dado o facto de as vítimas femininas representarem 75% do total.

As vítimas masculinas entre 17 e 25 anos queixam-se de agressão física e os perpetradores são homens, identificados como familiares, amigos ou sem referência ao nível de parentesco ou tipo de relação entre eles. Estas situações não parecem ser prioridade dos Gabinetes, especialmente quando a esposa ou

Tipo de Crime na Arena Doméstica em que o Perpetrador é o Marido ou a Esposa, Cidade de Maputo, Províncias de Maputo e Sofala, 2000-2003

Quadro 25

Tipo de Crime	Perpetrador	%	%
	Maridos	N=819	N=994
OCVS	188	22.9	19.0
OCVS/violação	1	0.1	0.1
	135	16.4	14.0
	29	3.5	2.9
OCVQ	1	0.1	0.1
Homicídio	5	0.6	0.5
Ameaça de morte	128	15.6	12.8
Violência económica	144	17.5	14.5
Abandono do lar	28	3.4	2.8
Divórcio/separação	11	1.3	1.1
Caso social/Violência doméstica	134	16.3	13.4
Sem classificação	15	1.8	1.5
Total de maridos	819	100	82.7
OCVS	26	15	2.5
OCVQ	9	5	0.9
Homicídio frustrado	1	0.6	0.1
Ameaça de morte	1	0.6	0.1
Poliandria	3	1.7	0.3
Adulterio	5	3	0.5
Separação	5	3	0.5
Abandono do lar	18	10.4	1.8
Abandono de um menor	10	5.7	1.0
Ofensa moral/Violência psicológica	21	12	2.1
Violência económica	23	13	2.3
Abuso de confiança	2	1	0.2
Caso social	44	25	4.3
Feitiçaria	1	0.6	0.1
Sem classificação	6	3.4	0.6
Total de Esposas	175	100	17.3
Total geral	994		100

FONTE WLSA, 2003

filhos não estão envolvidos no caso e os casos devem ser registados nas Esquadras da Polícia.

As esposas cometeram 14% dos crimes de agressão física, apesar de as agressões terem sido consideradas mínimas. Nos restantes tipos de agressões, elas são as principais perpetradoras em assuntos de “violência doméstica”, que são ainda uma pequena percentagem, comparada ao abandono do lar e separação.

Do perfil geral da vítima, pode ser observado que as formas de violência e perpetradores são diferentes em cada grupo etário e isto é ainda mais evidente em relação a mulheres. Estes dados, apesar de limitados e sem retratarem a realidade nacional da violência contra a mulher, permitem-nos concluir que as principais vítimas deste tipo de violência são mulheres e isto revela a natureza de género dos crimes.

Definição e causas

A ideia de que a mulher é subordinada ao homem está profundamente enraizada na sociedade e tem implicações nos costumes e regras que regulam as relações de género. A violência contra a mulher não pode ser analisada fora deste sistema padrão de valores sociais e culturais. É uma questão estrutural, pois está ancorada e provem do próprio sistema, que é patriarcal.

Além disso, a violência contra a mulher é caracterizada por intimidação e é uma forma de controle para manter a mulher limitada aos papéis e locais de subordinação, que lhe são atribuídos. Devido a isso, muitos perpetradores explicam o seu comportamento da seguinte maneira: “ela não preparou o banho ou o jantar” ou “ela desrespeitou-me”. E os homens justificam-se: “É para ela aprender”, “Eu bato-lhe para ela aprender como se deve comportar.”

A violência contra a mulher é vista por alguns dos perpetradores como tendo um objectivo educativo, porque, na sua opinião, define parâmetros e limites e controla excessos. Isto está claramente expresso num depoimento colhido nos anos 90 na cidade de Chimoio, onde um entrevistado explicou a violência doméstica do seguinte modo: “Nós devemos bater na mulher todas as vezes que ela não cumprir as suas tarefas, mas bater com maneiras. Mesmo que durante um ano ou dois anos a mulher não cometa nenhum erro, ela tem que apanhar, pelo menos, uma vez para não se esquecer. Senão, quando houver razões verdadeiras, ela, que agora está acostumada a não apanhar, vai-se rebelar.”¹²⁸

Como este tipo de violência está enraizado em relações sociais de género entre homem e mulher, é socialmente aceite, e, por sua vez, por exemplo, leva à tolerância em relação ao homem que ataca a sua esposa. Traduz-se também em tolerância nas Esquadras da Polícia, no tribunal e na família e da comunidade. Numa sociedade em que o homem chefia as principais instituições e estruturas de resolução de conflitos, as sentenças e sanções por actos violentos contra mulheres são

praticamente inexistentes ou são muito limitadas.

Um estudo realizado por Osório et al, em 2001, sobre homicídio e femicídio em Moçambique, notou que, além dos problemáticos aspectos relacionados com a coordenação entre o ministério de tutela e as prisões, a defesa do acusado e a produção de provas e sentenças, a maioria dos conflitos envolvendo mulheres, são domésticos e justificados pela existência de relações sociais determinadas por desigualdade de direitos e poder entre o homem e a mulher.

Além disto, através da análise comparativa de crimes de homicídio, concluiu-se que a mulher, vítima ou perpetradora, tem uma longa história de ser violada pelos seus parceiros e isto é raramente considerado um factor atenuante. Pelo contrário, há uma tendência de perdoar o homem que comete crimes contra as suas parceiras, pois são parte do processo “natural” das relações matrimoniais. A evidência mostra que a regra, quando o homem é o perpetrador, é a transformação do crime de homicídio qualificado em homicídio voluntário.”¹²⁹

Como a violência contra a mulher em relações de género é vista como “natural”, estes tipos de casos não são surpreendentes de todo. Como notado por D'Atri, “geralmente, qualquer situação de violência (roubo, assassinato, etc) dá lugar a compaixão pela vítima, no entanto, quando a mulher sofre a violência, ela é geralmente a suspeita: 'O que é que ela estava a fazer naquele lugar, àquela hora? Por que é que ela estava vestida dessa maneira? Ela não mereceu este castigo por alguma razão? Talvez ela estivesse a enganar o marido? Será que ela não era uma prostituta?', “Como se algum destes factos fosse suficiente para ela merecer tal violência!”¹³⁰

No entanto, apesar dos resultados de pesquisa e evidência em vários casos de violência contra a mulher, que têm sido publicados, o carácter estrutural deste tipo de violência ainda é negado. Como resultado, as políticas para combater este fenómeno têm ainda como objectivo lidar com as suas



manifestações sem tocar na raiz do problema, isto é, a desigualdade presente nas relações de poder entre homem e mulher, nas quais o sistema patriarcal assenta.

Em termos práticos, significa que as acções estão direccionadas para a criminalização do perpetrador (ao mesmo tempo apoiando mulheres vítimas de violência), mas não fazendo nada às instituições da sociedade que toleram a violência contra a mulher e consideram-na uma forma “normal” de resolução de conflito, num matrimónio e noutras relações íntimas. Em sociedades patriarcais, como Moçambique, a hierarquia que determina os respectivos lugares do homem e da mulher na família não deixa dúvidas: o chefe de família, um homem, deve tomar decisões e a mulher tem de ser ensinada a respeitar as suas decisões e permanecer discreta, útil, mas submissiva.

Esta estratégia de fazer incidir a atenção quase exclusivamente na criminalização das acções do perpetrador, que é incoerente, dada a natureza do fenómeno, é justificada no modo em como a violência contra a mulher se tornou visível. Neste processo, dois aspectos são importantes de enfatizar:

Primeiro, como uma questão de estratégia, porque não havia condições de trabalhar num processo multi-ramificado, as ONGs de mulheres centraram as suas campanhas de informação e sensibilização na violência doméstica.

Segundo, os casos publicados pela imprensa são os que fazem “notícias”, isto é, casos extremos de violência doméstica que resultam em danos físicos sérios ou até na morte.

Este modo de sublinhar a violência contra a mulher criou sérias distorções, conscientemente ou não, no modo em como o fenómeno é entendido.

A violência doméstica é entendida apenas como “aqueles casos horríveis” de violência extrema, ignorando os incidentes de humilhação, os assaltos físicos que não deixam marcas, as ameaças e intimidações e todos os pequenos incidentes domésticos que marcam o

quotidiano de um grande número de famílias. A imagem do perpetrador disseminada na imprensa e campanhas de educação é tão grotesca que até o homem, que regularmente bate na sua esposa, se sente consolado e pode seguramente dizer, “aquele não sou eu.”

Mulheres perpetradoras são apresentadas como indivíduos insignificantes ou psicopatas e isto não ajuda a encontrar soluções para o problema, porque, na realidade, elas escondem-se dentro do modelo patriarcal da sociedade em que vivem. É por isso que a violência contra a mulher é quase um fenómeno invisível, porque é considerada “normal” e não é notada. Sob estas condições, a eficácia das mensagens de campanhas contra a violência doméstica torna-se questionável.

Apesar disso, existe uma ideia que tem sido consolidada na mente das pessoas: se a mulher sofre em silêncio, com tantos actos violentos no seu lar, é porque, no fundo, gosta ou não se importa. Também se diz que, se a mulher reagisse, lutando contra a injustiça, este fenómeno possivelmente não teria atingido os níveis registados actualmente.

Consentimento, passividade e aceitação no fim traduzem-se em cumplicidade. A capacidade de resposta da mulher tem de ser analisada no contexto das relações de poder, no seio da família e na sociedade. Muitas vezes, aceitar uma agressão em silêncio evita uma corrente de violência e não fazer queixa de uma agressão é uma medida protectora. As dimensões da resistência da mulher ao fenómeno da violência têm de ser mais estudadas e melhor entendidas, ou a mulher será tida como responsável pela situação em que vive, como que dizendo: “desde que queiras, resolverás o problema”.

Um foco dimensional sobre violência contra a mulher, nomeadamente violência doméstica, torna difícil tratá-lo como um fenómeno estrutural, resultando de relações desiguais de poder entre o homem e a mulher, nas nossas sociedades patriarcais. Não se fala em assédio sexual nas escolas e locais de trabalho, de exploração sexual e de

trabalho de mulheres em tempos de guerra, as humilhações, roubos, violações a que as mulheres estão sujeitas diariamente nas ruas e em outros lugares públicos. Todas estas são manifestações de violência contra a mulher e limitam seriamente as suas opções de vida e o exercício livre da sua cidadania.

Há necessidade de se trabalhar no problema da violência contra a mulher a nível de representação, sem o qual não será possível traçar estratégias eficazes de advocacia para erradicar o problema. É uma grande expectativa esperar que, apenas fazer queixa e penalizar os perpetradores, mesmo sendo esta a medida mais importante e prioritária, resolverá o problema. As organizações da mulher, que tencionam transformar a sociedade, têm de se certificar que o seu método e advocacia não são entendidos pela metade ou distorcidos pelas estruturas de poder.

Os “discursos reciclados” e as “práticas descafeinadas” simulam intenções, dão a ilusão de que a violência contra a mulher é uma prioridade em políticas nacionais, mas não são suficientes para contribuir para uma mudança.¹³¹

Lei e acesso à justiça

Desde o início do seu trabalho, a TCV encarou um grande obstáculo, nomeadamente a falta de apoio legal para assegurar que o seu trabalho fosse efectivo. Outros obstáculos incluíram a existência de práticas institucionais que reproduzem posições estereotipadas do homem e mulher na sociedade, de modo a manter a base para a produção e reprodução da violência contra a mulher.

Existem lacunas nas leis e políticas públicas e preconceitos contra a mulher em programas e práticas de instituições. Existem preconceitos contra a mulher contra os quais a polícia, advogados e pessoal administrativo da justiça procuram trabalhar.

Em relação à violência contra a mulher, a nova Lei da Família foi vista pelas organizações de mulheres, particularmente as afiliadas ao Fórum Mulher, como essencial, por duas razões: primeiro, estabeleceu uma base

de igualdade entre o homem e a mulher no seio da família, contribuindo, assim, para que a mulher tenha mais autonomia na tomada de decisões no casamento; e, segundo, porque serão criadas condições para prosseguir com a reforma do Código Penal, que, entre outros, tenciona incluir sanções criminais por assédio sexual e violação matrimonial.

A violência doméstica é tratada na Lei da Família e é uma razão válida para pedido de divórcio. A fixação da idade mínima de matrimónio de 18 anos para ambos os géneros, por outro lado, previne outras formas de violência contra raparigas, como em casamentos prematuros, com todas as consequências que daí advêm.

Em termos de prioridades para a reforma da lei, foram identificadas uma série de áreas para acção. Isto inclui a elaboração de uma lei proposta contra actos de violência doméstica. No ano 2000 e dentro do processo de avaliação do progresso pós-Beijing +5, decidiu-se, a nível do Fórum Mulher, propor uma lei com especial incidência na violência doméstica, que iria tratar da ausência de uma parte específica de legislação que irá responder a este fenómeno. A proposta foi finalizada e está a ser discutida. A outra prioridade identificada é a participação no trabalho para reformar o Código Penal e torná-lo um instrumento eficaz para combater a violência contra a mulher, nas suas várias formas, incluindo estupro dentro e fora do casamento, assédio sexual no local de trabalho e nas escolas, entre outros. Tenciona-se também introduzir o termo “femicídio” na lei, entendido como o assassinato de uma mulher por razões associadas com o seu género, a parte final de uma cadeia de violência que termina em morte. A evidência tem mostrado que as sociedades patriarcais têm usado o femicídio como forma de castigo e controle social pelo homem, em relação à mulher.

Além da lei, a evidência tem também mostrado diferente acesso do homem e da mulher ao sistema de justiça, em que a mulher sofre muitos obstáculos. Primeiro, quando se trata de problemas domésticos e matrimoniais, existe uma forte sanção



social contra as que optam por sair deste ambiente. A polícia, cujo trabalho é canalizar as queixas ao tribunal, tem frequentemente desencorajado as queixas feitas por mulheres. Há também evidência de que, em alguns casos, os agentes da polícia estão contra a mulher que apresenta uma queixa por violência contra seu parceiro/marido.¹³² Em relação a isso, um trabalhador do tribunal disse o seguinte: “Na Esquadra da Polícia, onde existem casos que colocam a mulher contra o homem, o homem está sempre em vantagem.”¹³³

Apesar de a resposta legal não ser suficiente para garantir uma mudança na situação actual, é um pré-requisito essencial que facilitará o desenvolvimento de outras formas de intervenção. A prioridade para as ONGs de mulheres envolvidas nesta advocacia é de garantir a revisão de instrumentos legais existentes e a elaboração de leis específicas que combatam a violência contra a mulher, nas suas várias dimensões.

Ao nível de organizações da sociedade civil, existe uma crescente consciência de que deve haver um compromisso em fazer sérias alterações que garantam a mesma dignidade e tratamento na sociedade para homens e mulheres, como enfatizado por B. Pintos e C. Solís em 2002, “Abuso só pode ser entendido quando os direitos à integridade e liberdade forem reconhecidos.” A violência contra a mulher não é apenas uma manifestação de um sistema patriarcal, mas também representa a maior falta de respeito pelos direitos humanos da mulher: limita, controla e, por vezes, mata.

Uma mudança no sistema e regras tradicionais implica uma mudança na aceitação social da restrição dos direitos da mulher e um movimento a favor da reivindicação social pela igualdade de direitos, que é um processo diferente e mais complexo. Igualdade de direitos por si só, garantida pela lei, pode não ser realizada se não for fortalecida por uma estratégia bem desenhada e resolvida pela mudança.

A POPULAÇÃO IDOSA

Estudos conduzidos por instituições competentes registaram um rápido

crescimento da população idosa, em países desenvolvidos e em desenvolvimento, devido a factores, como a redução da morbidez e mortalidade e o melhoramento dos cuidados de saúde, entre outros.¹³⁴ Ao nível da região africana, é esperado, nos próximos 15 anos, um aumento de cerca de 14% neste grupo da população. As mudanças sócio-económicas ao nível da região subsahariana, aceleradas pelas políticas de ajustamento estrutural, guerras, migrações internas e a epidemia do SIDA, têm afectado os sistemas tradicionais de segurança social e os mecanismos de apoio familiar, levando a uma marginalização dos idosos e à redução de obrigações familiares em relação a eles aos idosos.¹³⁵

Por outro lado, as mudanças económicas e a subsequente transformação de uma economia do mercado formal para o informal e a epidemia do SIDA, têm dado uma nova dimensão ao papel dos idosos. Eles agora são responsáveis por cuidar dos netos, enquanto os seus pais trabalham no sector informal ou emigram para áreas urbanas ou morreram de SIDA. Este novo papel dos idosos não tem sido acompanhado por um aumento de recursos para cumprir esta responsabilidade.¹³⁶

Dados do último censo populacional mostram que a população de Moçambique era de 16,99 milhões em 1999 e a população idosa (com mais de 65 anos de idade) constitui 37% do total da África subsahariana. Moçambique tem a quarta maior população de idosos na região. Por outro lado, Moçambique é um país jovem, tendo 70% da população menos de 17 anos de idade. 71% da população vive em áreas rurais, sem acesso adequado a água potável, saneamento e electricidade. Apenas 40% da população tem acesso a serviços de saúde e 33% a facilidades de saneamento e a maioria usa a medicina tradicional. Considerando que apenas 1.4 milhões de moçambicanos têm um emprego formal (com possibilidades de acesso a um pacote de reforma) e na ausência de um sistema universal de segurança

social, muito poucos idosos têm uma fonte de rendimento sistemática e permanente.¹³⁷ Os idosos, na maioria, vivem sozinhos e sofreram profundamente a humilhação e efeitos físicos do colonialismo, obrigados a trabalhar sem remuneração e em condições de escravatura, nos campos de algodão e sisal, sem direito a necessidades básicas, como saúde, educação e saneamento.¹³⁸

Contribuições dos idosos a famílias e comunidades

Dos estudos existentes realizados em Moçambique sobre este assunto, as contribuições dos idosos para suas famílias e comunidades estão sublinhadas a seguir.

a) Contribuições para as suas famílias;

Cuidar das crianças;
Lideres tradicionais;
Envolvimento no fornecimento de medicamentos tradicionais e para o lar;
Envolvimento nos campos agrícolas e produção de artesanato;
Ensino de crenças e práticas tradicionais.

b) Contribuições para a comunidade: Reconciliação nacional:

Apoio a pessoas vulneráveis e doentes;
Gestão e resolução de conflitos, como questões da terra e políticas, etc.;
Ensino de práticas tradicionais e culturais;
Apoio a igrejas e mesquitas;
Apoio aos vizinhos;
Envolvimento no sector informal, para apoiar as suas famílias.¹³⁹

Apesar desta situação, estudos recentes revelaram que os idosos encaram várias situações que violam os seus direitos humanos básicos, sendo as principais:

Falta de respeito em forma de insultos, intimidação, humilhação, agressão verbal e isolamento;
Falta de reconhecimento e apreciação do seu papel activo na família e na sociedade;
Acusações de feitiçaria, especialmente em mulheres idosas, resultando na expulsão de

casa ou assassinio e expropriação de seus bens/propriedade;

Violência física, incluindo roubo da sua propriedade e ataques físicos;

Violação de direitos básicos, como falta de acesso a cuidados de saúde, habitação precária, falta de água potável e falta de apoio familiar;

Privação material (violência material);

Violência sexual incluindo estupro.

Estes abusos dos direitos humanos ocorrem, sobretudo, a nível familiar, em espaços públicos e em hospitais.¹⁴⁰

Num estudo realizado, quase metade dos entrevistados indicaram que metade dos abusos acontecem no lar e são perpetrados por membros da família, vizinhos ou membros da família dos seus maridos/esposas. Isto implica que a mulher carrega com o fardo desta situação, pois ela é a principal fornecedora de cuidados de saúde no seio da família. A longevidade e saúde em África tem consequências bem claras para o fardo de trabalho da mulher e suas oportunidades de trabalho, se os cuidados com os idosos são prestados pela família.¹⁴¹ É importante também enfatizar a percentagem de abusos que ocorrem em hospitais, onde os idosos passam horas à espera de serem atendidos.

O Fórum da Terceira Idade, criado em Março de 2002, integrando nove organizações de apoio aos idosos, tem desenvolvido actividades com os beneficiários, nos campos da saúde, educação, protecção e habitação, de modo a melhorar o bem-estar dos idosos. Em 2002, o Programa de Subsídio Alimentar, financiado pelo governo, com um subsídio mínimo de 32,000,00 Meticais (MT) cobriu um total de 68.883 idosos, dos quais 66% eram homens e 34% mulheres, vivendo sozinhos ou com a família alargada.¹⁴²

Em 2003, o número de beneficiários diminuiu de 80.177 para 70.083 como consequência da revisão dos subsídios. Entretanto, o subsídio mínimo subiu de 32,000,00MT para 70,000,00MT.¹⁴³

APOSEMO Caixa 6 (Associação dos Aposentados de Moçambique)

Uma das organizações que lida com os idosos é a APOSEMO, criada em 1991, com o objectivo de ajudar os aposentados a obter a sua pensão da terceira idade. Actualmente, esta organização expandiu as suas actividades a todas as províncias e distritos e trabalha também no aconselhamento a viúvos para obterem pensões de sobrevivência, formação em micro-empresas para mães solteiras e mulheres divorciadas, assim como corte e costura e criação de galinhas, entre outras actividades.

A APOSEMO faz advocacia e pressão no seio da sociedade para sensibilizar a população sobre a necessidade de respeitar os idosos, pois estes contribuem para a sociedade moçambicana, particularmente quando têm de cuidar de crianças órfãs, como consequência do HIV e SIDA.

FONTE: Fórum Mulher, 2003

PARTE II

POLÍTICAS E PROGRAMAS

Mecanismos institucionais para o avanço da mulher

Uma das áreas críticas incluídas na Plataforma de Acção de Beijing é o estabelecimento de mecanismos institucionais para a promoção monitoria, advocacia e mobilização de apoio a políticas para o avanço do estatuto da mulher.

Esta secção analisa estruturas institucionais para promover igualdade e equidade de género, estabelecidas em Moçambique no período 2000-2004. Analisa também o compromisso do Estado em honrar os instrumentos que tem assinado, a nível nacional, regional e internacional. Este período coincide com a implementação do plano de cinco anos do Governo (2000-2004), que define a necessidade de introduzir uma perspectiva de género na elaboração e análise de políticas e programas para o desenvolvimento nacional, entre outras diferentes estratégias de intervenção.

Como resultado desta vontade política e do compromisso para com a igualdade entre o homem e a mulher, o governo transformou o Ministério para a Coordenação da Acção Social (MICAS), criado em 1994, em Ministério da Mulher e Coordenação da Acção Social (MMCAS), por Decreto Presidencial N.º 1/2000, de 17 de Janeiro, com um mandato definido pelo Decreto Presidencial N.º 8/2000, de 16 de Maio.¹⁴⁴

O MMCAS foi incumbido de liderar a coordenação e execução de políticas sobre a atribuição de poder à mulher em todas as áreas e assegurar que as necessidades e interesses da mulher se tornem parte da agenda de desenvolvimento do país. De modo a alcançar isto, o MMCAS criou a Direcção Nacional da Mulher (DNM) dentro do ministério e criou o Grupo Operativo para o Avanço da Mulher (GOAM). Este sucede ao Grupo Operativo (GO), criado em 1995,

como um mecanismo de coordenação inter-sectorial para monitorar o plano de acção do governo pós-Beijing, que precedeu o Plano Nacional para o Avanço da Mulher 2000-2006.

Os outros mecanismos, postos em prática para coordenar a igualdade de género incluem a Comissão dos Assuntos Sociais, Género e Meio Ambiente (CASGA), o Gabinete das Mulheres Membros do Parlamento (ambos pertencem à Assembleia da República), o Conselho de Ministros e a Rede de Mulheres Membros do Parlamento e Ministras (que ainda está sendo criada). O Fórum Mulher é o mecanismo chave de coordenação de igualdade de género entre as organizações da sociedade civil.

Moçambique tem também outros mecanismos para a coordenação da igualdade de género, incluindo agências doadoras e instituições internacionais: a última chamada Grupo de Doadores de Género (GDG). Este grupo é composto por conselheiros de género das agências e observadores nacionais, como o Fórum Mulher e DNM. Além das Nações Unidas, existe o Grupo Temático do Género (GTG) e ambos os grupos reúnem-se regularmente para coordenar actividades relacionadas com questões de género. Apesar destes esforços e iniciativas, existem ainda desafios, no que concerne à implementação. Todas as partes interessadas, incluindo o governo, políticos e a sociedade civil precisam de trabalhar juntos para assegurar a participação da mulher e do homem e para desenvolver uma agenda comum de desenvolvimento e mais sensível ao género.

Ministério da Mulher e Coordenação da Acção Social

O MMCAS foi estabelecido como um mecanismo nacional para a igualdade de género e é liderado por uma ministra, um vice-ministro e um

Secretário Permanente. A estrutura do ministério foi definida para facilitar a flexibilidade e coordenação de actividades no seio do sector a nível nacional, provincial e distrital, assim como entre o Ministério e outras instituições governamentais e não governamentais, trabalhando na área dos direitos da mulher. A Direcção Nacional da Mulher e o Grupo Operativo para o Avanço da Mulher (GOAM) facilitam a execução do mandato do MMCAS.

Conselho Nacional para o Avanço da Mulher

A nível nacional, este organismo, que foi criado em 2004, integra membros do Conselho de Ministros e representantes de instituições do Estado, organizações e instituições públicas e privadas. Abrange também as províncias. O Conselho tem 42 membros a nível nacional e 30-35 membros, a nível provincial.¹⁴⁵

Acções desenvolvidas pelo GOAM e MMCAS

O GOAM, sendo o mecanismo nacional para a coordenação dos esforços de implementação, fomenta a criação de Unidades de Género e Pontos Focais em todas as instituições, com o objectivo de assegurar a implementação de programas sectoriais na perspectiva de género. Entre 2000 e 2003, com a reactivação do GOAM, o processo incluiu progressivamente vários ministros e as suas respectivas direcções provinciais.

A expansão da representação do GOAM, a vários níveis e em diferentes sectores, tem sido acompanhada por actividades de sensibilização e capacitação. Em 2001, o Fórum Mulher treinou mais de metade dos membros do GOAM em capacidade de análise de políticas, numa perspectiva de género. Em 2003, eles foram treinados em orçamentos sensíveis ao género. Outra importante realização foi a produção do Plano Nacional para o Avanço da Mulher (PNAM) e o impacto deste processo na pressão feita por uma política nacional de género.

O MMCAS, através da Direcção Nacional de Estudos e Planeamento,

participou activamente no grupo técnico para a produção e revisão do Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta - 2001/2005 (PARPA).

A DNM - Direcção Nacional da Mulher, criada em 2000, encabeça a produção do relatório sobre a implementação da CEDAW em Moçambique e submete o relatório às Nações Unidas. A DNM tem também estado envolvida no preenchimento de formulários para colher e actualizar dados sobre a situação da mulher e género, a nível nacional, e submete-os à SADC, à Commonwealth, à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), às Nações Unidas e outros. Esta actividade tem vindo a melhorar, após a criação da DNM. Existe um processo em curso para a instalação de um banco de dados, que recolherá dados a nível de direcções provinciais.¹⁴⁶

Este sector também desenvolveu esforços para facilitar a criação da Rede de Trabalho de Mulheres Ministras e membros do parlamento. Este grupo fez uma visita de troca de experiências a Angola e está a trabalhar numa proposta para os estatutos da rede de trabalho. Estão em curso discussões entre os potenciais membros da rede, para elaborar regulamentos, de modo a tornar a rede uma entidade legal, incluindo negociações sobre se a rede deverá ou não incluir indivíduos da sociedade civil.

O MMCAS, em parceria com outras organizações, promoveu sessões de sensibilização sobre questões de género, pressão e advocacia, liderança para mulheres membros do parlamento e mulheres de partidos políticos.

Obstáculos

Falta de um sistema efectivo de informação e formação interna para capitalizar e valorizar o conhecimento existente e experiências sobre igualdade de género;

Ausência de uma filosofia integrada de institucionalização do género;

Limitada autoridade de tomada de decisões entre os membros do grupo operativo antes de este ser

transformado no Conselho Nacional para o Avanço da Mulher;
 Recursos financeiros e materiais limitados; e
 Cultura patriarcal e resistência implícita ou explícita por parte dos homens.

Desafios

Elaboração do plano estratégico do MMCAS, baseado nas directrizes gerais já traçadas;
 Elaboração da política de género;
 Estabelecimento da Rede de Trabalho de Mulheres Ministras e membros do parlamento e identificação de actividades a serem conduzidas pelos membros.

As unidades de género, criadas nos ministérios e instituições subordinadas, têm desenvolvido acções que contribuem para aumentar gradualmente a sensibilidade ao género por parte dos trabalhadores, a todos os níveis, e promover a inclusão de perspectivas e análises de género no planeamento, implementação, monitoria e avaliação das suas actividades. Por exemplo, no Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural e dentro do PROAGRI, esforços das unidades de género e pontos focais em algumas direcções do ministério e direcções de agricultura e desenvolvimento rural, institutos e outras estruturas subordinadas, têm tido em conta no planeamento, uma perspectiva por género e dados desagregados de género. Por exemplo, os Planos Anuais de Actividades e Orçamento (PAAOs) - implementação, monitoria e avaliação de acções das cinco componentes temáticas do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER), nomeadamente o apoio à produção, extensão rural, criação de gado e gestão da terra agrícola, florestas e fauna bravia, a diferentes níveis, todos têm uma perspectiva de género.

Isto tem resultado em crescentes esforços para preparar e adoptar o uso de indicadores específicos para a colheita, processamento e análise de dados desagregados de género, assim como para a análise da informação obtida sobre relações e equidade de

género, não apenas para as actividades do MADER, mas também as desenvolvidas por comunidades rurais.

O documento básico do PROAGRI não articula claramente uma perspectiva de género. A integração do género no programa e no MADER é mencionada, mas as suas metas, objectivos e actividades, para alcançar estas metas e indicadores de sucesso, não estão claramente mencionados.

É importante e necessário aumentar a sensibilidade e interesse em relação ao género entre os líderes dos sectores, para que as actividades de género sejam uma prioridade e recebam mais apoio técnico e financeiro. Isto irá assegurar que os objectivos sejam alcançados. Além das unidades de género, algumas direcções e projectos produziram materiais para formação e disseminação de informação sobre questões do género e sua integração nas diferentes áreas da agricultura e desenvolvimento rural.¹⁴⁷

Com base nas experiências do Ministério das Obras Públicas e Habitação, Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Ministério da Educação e Ministério da Saúde, onde já existem unidades de género, o GOAM iniciou um processo de avaliação do qual foi produzido um documento de orientação para unidades de género. O documento recomenda um mecanismo para os ministérios que consiste num coordenador e os pontos centrais de cada direcção ou departamento de cada ministério.

De acordo com Leontina dos Muchangos,¹⁴⁸ durante uma entrevista, os papéis, responsabilidades e posição da unidade de género na estrutura de decisão, a nível sectorial, não estão ainda oficialmente institucionalizados, mas a situação ideal seria que as unidades de género desempenhassem um papel activo em questões de género, isto é, inclusão do género em políticas, programas e planos, no desenvolvimento de estratégias sobre assuntos de orçamento de género, a todos os níveis. A sensibilização, formação e partilha de informação também devem ser incluídas.

Pontos focais de género

Idealmente, os Pontos Focais de Género devem ter experiência e também ser sensíveis a questões de género nos vários sectores, a nível nacional e provincial. Devem desempenhar o papel de influenciar os processos de planeamento e serem catalisadores na agenda de igualdade de género em programas sectoriais. Eles devem ser chaves na inclusão do género no seio dos seus respectivos departamentos ministeriais. No entanto, um dos obstáculos, tal como com as unidades de género, é que não estão actualmente institucionalizados, apesar de já se terem iniciado esforços para a sua formalização, que serão submetidos às autoridades relevantes (Ministério da Administração Estatal e Conselho Superior da Função Pública).

O processo de reforma do sector público é uma oportunidade para a institucionalização do GOAM, Unidades de Género e Pontos Focais na estrutura dos sectores do governo. Outro factor que poderá influenciar o trabalho é a contratação de pessoas com altos perfis para realizarem esta tarefa.

Obstáculos

“Não existe orçamento específico para as Unidades de Género operarem nos vários sectores, contando-se apenas com o Orçamento do Estado, que é partilhado por todos os departamentos/sectores. No entanto, na atribuição de fundos orçamentais, as Unidades de Género recebem apenas a menor parte, provavelmente porque foram criadas recentemente ou porque não são consideradas suficientemente importantes para os respectivos sectores. Isto cria situações, em que estes mecanismos não possuem nem condições mínimas para operar, tendo geralmente falta de recursos e materiais básicos, como papel.”¹⁴⁹

Grupos de doadores de género

Outro mecanismo que, apesar de não ser moçambicano, desempenha um papel importante no avanço da mulher e na inclusão do género no país é o Grupo de Doadores de Género e o Grupo Temático de Género. Existe um número crescente

de conselheiros de género e pontos focais que estão organizados em grupos temáticos de trabalho em várias embaixadas, nos quais o MMCAS, Fórum Mulher e outras instituições/organizações de género participam. O objectivo destes grupos é de aumentar a eficácia das agências doadoras, no apoio à implementação de políticas que promovam a igualdade de género. Outro objectivo é de encorajar a inclusão do género no planeamento e implementação de políticas.

Esforços do governo para fortalecer a capacidade do seu pessoal

O governo, através dos vários sectores, iniciou a sensibilização do pessoal em posições de tomada de decisões sobre questões de género. Em 2001 e 2002, o MAE, sendo a instituição responsável pela administração do estado e formação pública, desenvolveu um *kit* sobre sensibilização de género no sector laboral, a nível nacional e provincial. Isto foi dirigido aos Conselhos dos vários sectores, incluindo o Ministério da Indústria e Turismo (MINT), Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER), MMCAS, Ministério das Obras Públicas e Habitação e Governos Provinciais. O governo criou também um grupo de trabalho chamado Núcleo da Mulher na Função Pública, que incide em questões que afectam a mulher na função pública.

No seio dos sectores, tem havido uma formação em consciencialização e capacitação, desenhadas internamente para pontos focais de género. Exemplos incluem o trabalho feito pelos Ministérios da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Recursos Minerais e Energia, Educação e Ensino Superior, Mulher e Acção Social, Plano e Finanças, Obras Públicas e Habitação, incluindo a Administração Nacional de Estradas e a Electricidade de Moçambique.

Parlamento

A Assembleia da República reconhece que a igualdade e equidade de género são objectivos estratégicos importantes para o seu trabalho. A Assembleia trabalha para



promover a aprovação de leis, supervisiona o Executivo, introduz perspectivas de género em debates e discussões entre membros do parlamento e satisfaz as necessidades do eleitorado, a maioria do qual são mulheres.

Para facilitar este trabalho, a Assembléia criou mecanismos internos, em forma de comissões de trabalho, como a Comissão dos Assuntos Sociais, de Género e Ambiente e a Comissão de Assuntos Legais, de Direitos Humanos e Legalidade.¹⁵⁰ Estes órgãos são responsáveis pela integração de questões de protecção ambiental e equidade de género, defesa de direitos humanos em geral e da mulher em particular, em toda a legislação, políticas e programas aprovados pelo Parlamento. É importante notar que a Comissão de Petições foi estabelecida para responder à “necessidade em acelerar os procedimentos das petições ou queixas apresentadas pelos cidadãos, com o objectivo de recuperar os seus direitos violados e de defender o interesse público”.¹⁵¹

Muitos esforços têm sido feitos por estas comissões em apoio à Lei do Trabalho, uma lei que protege os direitos dos trabalhadores com HIV e SIDA, no local de trabalho. Elas também apoiaram o Parlamento Infantil em 2002 e a Lei da Família em 2003, apesar de certa resistência por parte de alguns membros do parlamento que também fazem parte destas comissões.

As sessões de sensibilização e visitas de troca de experiências entre os membros do parlamento têm sido usadas como estratégias para aquisição de capacidade de análise de género. Esta estratégia tem facilitado a partilha de “boas práticas” na análise de género.

O Gabinete das Mulheres Membros do Parlamento ainda está sendo criado e tem sido apoiado pelo Fórum Parlamentar da SADC. As suas actividades ainda não foram concretizadas, para além de visitas de troca de experiência a outros parlamentos.¹⁵² Uma vez consolidado, o Gabinete irá criar um espaço para que mulheres ministras e membros

do parlamento estabeleçam mecanismos de conexão com organizações de mulheres, de modo a colocar o género na agenda da Assembléia da República. A participação de MPs em seminários regionais de formação de formadores e estratégias para a atribuição de poder à mulher na política, organizados pela Unidade de Género da SADC, tem facilitado a troca de experiências e boas práticas entre mulheres membros do parlamento, na região.

Contudo, apesar do reconhecimento da equidade e igualdade de género, como princípios integrantes em todos os ângulos do desenvolvimento, ainda persistem desigualdades. Informação colhida de membros do CASGA e do Gabinete de Mulheres Membros do Parlamento indica que os desafios mais importantes são a falta de instrumentos práticos para lidar com questões de género e resistência à mudança, por parte de alguns membros do parlamento.

Desafios

Considerando o papel potencial do parlamento em exigir a igualdade de género em políticas e na tomada de decisões, o seu desafio pode ser visto a três níveis:

Até ao nível de partido político, os membros do parlamento são as autoridades que devem influenciar directamente as políticas, sistemas e procedimentos de selecção de candidatos. Eles devem assegurar a adopção de medidas especiais, como as cotas, assim como o uso de sistemas eleitorais mais transparentes e inclusivos.

Até ao nível parlamentar, onde as leis são aprovadas, os membros do parlamento devem assegurar a identificação e emenda de legislação discriminatória, assim como a aprovação de leis sensíveis ao género e à atribuição de poder à mulher.

Até ao nível eleitoral, devem jogar um papel importante na sensibilização do eleitorado sobre o facto da igualdade de género ser um direito humano e

uma necessidade democrática. Como lderes respeitados, os membros do parlamento estão bem posicionados para dirigir a atenção do público para o facto de que as mulheres são lderes capazes, que podem e devem participar nos processos de tomada de decisões.¹⁵³

As eleições municipais, legislativas e provinciais devem fornecer aos activistas e a outras partes comprometidas com a igualdade de género, oportunidades para activamente afirmar a igualdade de género e promover os direitos da mulher.

Sociedade civil

O ambiente institucional, no qual as organizações da sociedade civil operam, favorece a promoção da igualdade de género, através da expressão do seu compromisso, para observar e promover compromissos assumidos pelo governo moçambicano, a nível regional e internacional. É inspirado pelos princípios da Constituição da República e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, reafirmados na Convenção das NU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW) e na Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos.

Fórum Mulher

O Fórum Mulher é uma das organizações da rede de trabalho ligando organizações e instituições que trabalham em prol da mulher, nomeadamente ONGs locais e internacionais, instituições do governo e de pesquisa, organizações de mulheres de partidos políticos e doadores nacionais e internacionais.

O Fórum tem realizado várias actividades em parceria com diversas organizações nacionais e internacionais e instituições dentro e fora do país. Contribui com assistência técnica, recursos humanos, apoio material e financeiro, disseminação de informação e capacidade e troca de experiências, em várias áreas.

A produção e disseminação de informação tem sido uma das suas actividades chave; desde a produção

de dois boletins à produção do primeiro perfil do estatuto da mulher em Moçambique (*Para Além das Desigualdades*) e também reorganizar e disseminar dados de pesquisas, assim como petições relacionadas com actividades de pressão. Uma importante realização neste aspecto é o trabalho feito com mulheres rurais, no campo das novas tecnologias de informação, facilitando o seu acesso a informação, através de telecentros.

O Fórum tem formado os seus membros, assim como profissionais de diferentes instituições públicas, incluindo o MMCAS e o Conselho de Ministros e profissionais da Administração Formal da Justiça, de forma a capacitá-los. A nível de comunidade de base, a organização conta com o apoio de membros e parceiros em várias regiões do país, onde levam a cabo actividades de sensibilização e capacitação.

O Fórum Mulher tem adquirido experiência em programas de capacitação sobre questões de género, através do trabalho com diferentes grupos, como Ministérios, Grupo Operativo para o Avanço da Mulher, Conselho de Ministros, Comunicação Social e outros e isso tem facilitado a formação e fortalecimento de parcerias.

Obstáculos

Fraquezas institucionais entre ONGs;

Falta de programas de sustentabilidade.

Desafios

Reavaliação de estratégias de intervenção nas áreas de informação e comunicação, pressão e advocacia, formação e desenvolvimento institucional, de modo a estabelecer um sistema de monitoria e avaliação e melhorar as intervenções;

Desenvolver alguns mecanismos colaborativos com o sector privado onde existem algumas dificuldades; e

Monitoria e avaliação são praticamente inexistentes.

Geralmente, os mecanismos institucionais ainda são fracos, piorando a situação o quase inexistente orçamento para os apoiar.

As agências internacionais e organizações da sociedade civil estão a financiar a maioria dos programas sociais e de formação nesta área.

Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA)

O PARPA pode ser considerado o primeiro plano de desenvolvimento de Moçambique, dado o tamanho do seu grupo alvo - a maioria da população Moçambicana.¹⁵⁴ É um plano multi-sectorial com ênfase em sectores sociais, incluindo aspectos macro-económicos. A sua análise é extremamente importante devido à sua estrutura institucional, que é um instrumento de planeamento a médio prazo, com foco na redução da pobreza, através do Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP). O PARPA é mencionado no Plano Social e Económico e no Orçamento do Estado.

Apesar das boas intenções do governo de reduzir a pobreza e obter igualdade de género, têm sido observadas certas fraquezas no PARPA, particularmente em relação a questões de género e vulnerabilidade. As seis áreas prioritárias definidas no PARPA são apenas analisadas em termos dos seus efeitos ao nível macro sobre crescimento económico e demográfico. Apesar de os pobres em Moçambique sofrerem de um alto grau de vulnerabilidade a calamidades naturais e choques económicos, faz-se pouca menção a calamidades naturais, segurança alimentar, HIV e SIDA e à relação destes assuntos com o género, no plano de acção.

A questão de “quem são os pobres” não está adequadamente tratada, no entanto, a pobreza afecta homens e mulheres de diferentes formas. O modelo de avaliação da pobreza do PARPA não fornece suficiente informação de género, de modo a assegurar que o plano seja baseado num acordo mais detalhado do que impulsiona a pobreza. No geral, o conteúdo do PARPA é fraco em relação ao género, com comentários limitados a apenas alguns sectores, sem um entendimento de como o género é relevante a todos os outros. O último “Observatório da Pobreza” (um fórum consultivo que inclui o governo, a sociedade civil, ONGs e

parceiros internacionais), trabalhando no acompanhamento das metas e acções do PARPA, recomendou a introdução de questões como o HIV e SIDA e Género. Entretanto, especialistas de género têm participado nos debates para rever o PARPA, de modo a assegurar que o género seja efectivamente incluído.

São também actividades essenciais de acompanhamento, como estratégias de redução da pobreza, com o objectivo de implementar a Plataforma de Acção de Beijing, uma estrutura compreensiva para igualdade de género e de atribuição de poder à mulher, com particular referência à redução da pobreza. Existe, geralmente, uma necessidade de promover a igualdade de género como uma meta dos ODM no seu próprio direito e usá-la para ligar o PARPA e orçamentos aos compromissos internacionais sobre o género. Deve ser dada prioridade à recolha, uso e análise de dados desagregados em relação ao género.

Programas e políticas de saúde

Foi posta em prática uma série de iniciativas com o objectivo de fornecer serviços de saúde acessíveis à população. A ênfase do governo tem sido principalmente nos cuidados primários de saúde, com foco no combate a grandes epidemias, melhoria da rede de serviços básicos de saúde, desenvolvimento de recursos humanos e melhoria do planeamento e gestão do sector.

Outras iniciativas no sector da saúde incluem o estabelecimento de um núcleo do género, um conselheiro no gabinete do ministro, a avaliação do Plano Estratégico de Saúde baseada na perspectiva de género, e a adopção de uma estratégia de inclusão do género, para integrá-lo como uma categoria em políticas e programas.¹⁵⁵ Além disso, o desenvolvimento da Estratégia Nacional contra ITS/HIV e SIDA é também uma indicação de que tem sido dada especial atenção à epidemia do HIV e SIDA.

Formação de profissionais de saúde, sobretudo a formação de formadores de saúde, é também uma

área de política prioritária e uma série de sessões de formação já tiveram lugar, a vários níveis. Contudo, a nível de planeamento, os dados ainda não estão desagregados para permitir uma análise precisa, excepto na área de saúde materno-infantil e, recentemente, na área de HIV e SIDA.

Estratégia de segurança alimentar e nutrição

A Estratégia de Segurança Alimentar e Nutrição (ESAN) foi estabelecida em 1998, para promover a disponibilidade de alimentos e melhorar o acesso e utilização de alimentos por famílias. Na Cimeira Mundial de Alimentação, em 1996, Moçambique comprometeu-se a reduzir a subnutrição para 50% até ao ano 2015. Subnutrição, anemia, gota, avitaminose A e pelagra são os problemas públicos mais comuns associados com a situação alimentar e nutricional da comunidade, piorados pela malária e outras doenças parasitárias. Estima-se que 27% das crianças em Moçambique sofrem de subnutrição, das quais 55% sofrem de subnutrição crónica. A estratégia espera estabelecer actividades para coordenar políticas do Governo, neste aspecto. Tem três dimensões, nomeadamente, a maximização do crescimento económico e segurança alimentar a longo prazo, a atribuição de recursos para assegurar a solução imediata de problemas e a utilização de recursos escassos.

Educação

A Lei Nº 6/92 estabelece a estrutura política do Sistema Nacional de Educação (SNE) para todos, sem discriminação de género, a todos os níveis. A Política Nacional de Educação e Estratégias de Implementação, produzidas em 1995, reconhecem a educação como instrumento fundamental para o crescimento e desenvolvimento sociais, que, por sua vez, promovem o bem-estar de indivíduos e contribuem para a redução da pobreza. Ao reconhecer as desigualdades em oportunidades educacionais entre rapazes e raparigas, a Política Nacional de

Educação e Estratégias de Implementação identificaram o acesso à educação (especialmente da rapariga) e igualdade de género como directrizes fundamentais a serem observadas por todos os subsectores do MINED.¹⁵⁶

O Plano Estratégico de Educação (PEE) é o programa de plataforma do Governo para o sector da educação e centra-se nos recursos humanos, infraestrutura e desenvolvimento curricular. O primeiro PEE foi introduzido em 1998 para o período 1999-2003. O segundo PEE, desenhado para o período 2004-2008, foi preparado e analisado através de objectivos comuns extensivamente acordados, tanto a nível global (ODM),¹⁵⁷ como a nível nacional (PARPA), Plano Económico e Social (PES) e a Plataforma de Avaliação do Funcionamento (PAF) do PARPA.¹⁵⁸

Moçambique está ainda comprometido com a meta do ensino primário universal, reafirmada em 1990, que pretende integrar todas as crianças no sistema de educação. É também importante mencionar que a meta da educação global é de aumentar o número de matrículas do sexo feminino, a todos os níveis.¹⁵⁹

O PEE II (2004-2008) tem como objectivo aumentar o acesso à educação e melhorar a retenção, com particular atenção à redução das desigualdades regionais, em idade e género. A proposta da revisão do PEE foi guiada pelos compromissos políticos do Governo em três áreas principais, nomeadamente:

Reduzir a pobreza absoluta;

Assegurar justiça e equidade de género; e

Lutar contra o HIV e SIDA.

O MINED criou Unidades de Género (UG), a nível nacional, provincial e distrital, para coordenar as actividades do sector nesta área, num esforço para promover justiça e equidade de género. Entre os Grupos de Trabalho criados para oito áreas temáticas do MINED, existe o Grupo de Trabalho para Acesso e Género. O Plano de Acção para a Integração da Perspectiva de Género (PAIPG) foi criado, no âmbito do PEE 1999-2003.¹⁶⁰ A GU do MINED supervisiona o processo de



implementação dos programas estratégicos, com o objectivo de promover acesso, retenção e melhoramento do desempenho escolar das raparigas, em particular, nas diferentes áreas de educação. O MINED tenciona assegurar a formação de membros das GU, de modo a que o género esteja reflectido em todas as componentes do PEE. Os resultados da avaliação do programa de género e educação em Moçambique estão incorporados no processo de revisão do PEE. Foi considerada a necessidade de revitalizar as GU, a todos os níveis, de modo a que estas sejam capazes de implementar programas para promover o acesso e participação de raparigas na escola. Estas incluem:

- Identificar objectivos e metas quantitativas para o género;

- Identificar experiências bem sucedidas da integração de raparigas e disseminá-las a todos;

- Levar a cabo, urgentemente, a integração da perspectiva de género no PEE;

- Identificar alguém que assuma a responsabilidade de implementar as recomendações sobre género, a tempo inteiro; e

- Incluir a perspectiva de género no plano estratégico para combater e prevenir o HIV e SIDA, tendo em conta a alta vulnerabilidade das raparigas, a todos os níveis de educação.

O impacto do trabalho das UGs tornou-se visível através das mudanças de atitude e comportamento no sistema de educação. Foram realizados Seminários de capacitação para professores do Ensino Básico, Técnico e Secundário, em disciplinas de género, educação e desenvolvimento, assim como orientação e aconselhamento, de modo a criar condições conducentes ao ensino e aprendizagem sobre o género. Estes seminários tiveram lugar paralelamente a programas de sensibilização sobre a prevenção e combate ao HIV e SIDA e DTs. A estratégia de equidade de género, no sector de educação, define como algumas de suas metas a necessidade

de alcançar a equidade de género na educação, em termos de acesso, qualidade e capacidade institucional.¹⁶¹

Através do Plano Estratégico de Educação (PEE II), o governo irá proceder a com uma série de iniciativas diversificadas, de modo a apoiar a matrícula e retenção de raparigas nas escolas. As principais estratégias incluem o apoio financeiro a mulheres que optam por serem formadas como professoras. Além disso, os novos currículos irão sensibilizar estudantes e professores sobre assuntos de género e os novos edifícios escolares ou reabilitação de escolas serão desenhados, de modo a assegurar todo o conforto e segurança necessários às mulheres, professoras e outro pessoal.

Além destas iniciativas, o governo comprometeu-se a tomar medidas estritas para assegurar elevados números de professoras no sistema básico de educação. Este compromisso aplica-se a todo o sistema educativo. Os principais desafios, em termos de acesso, incluem o fortalecimento de iniciativas para a educação de raparigas no EP2 e ESG e em alguns distritos. No processo de revitalização das Zonas de Influência Pedagógica (ZIPs), foram produzidos módulos de orientação e aconselhamento para os coordenadores dos ZIPs e IMAPs e módulos de género e educação para professores do Ensino Básico. O MINED está preocupado com a lacuna em graus intermédios na educação primária, pois a percentagem de raparigas é menor que a de rapazes.

Em relação às opções estratégicas em curso para aumentar o número de professoras em áreas rurais, tem sido realizado algum trabalho para melhorar as condições de vida e de trabalho de professoras, incluindo a construção de casas para elas. Além disso, também têm sido realizados esforços pelas estruturas de educação para sensibilizar e mobilizar graduados do EP2 e Ensino Secundário, para optarem pela carreira de professorado e serem colocados a trabalhar nas suas zonas de origem. Foram também

estabelecidas cotas para promover a matrícula de raparigas em Centros de Formação de Professores Primários (CFPPs) e Institutos do Magistério Primário (IMAPs). Têm sido implementados mecanismos para melhorar as condições de vida nos CFPPs.¹⁶²

As políticas definidas em 1995 e fortalecidas em 2002, através do desenvolvimento de um plano estratégico, resultaram no grande sucesso deste sector. Contudo, ainda existem várias lacunas não tratadas nas políticas, incluindo:

O assédio sexual de estudantes do sexo feminino por parte de professores;

A violação de estudantes femininas por professores, resultando em gravidez, sem castigo para o violador;

A falta de mecanismos para fazer cumprir rigorosamente a lei, assegurando a punição dos que sexualmente assediam e molestam menores, especialmente nas escolas;

Falta de equilíbrio de género entre os professores.

Além do Governo, organizações e governos internacionais, mundo académico, ONGs, igrejas, associações e indivíduos continuam a participar e contribuir em actividades para manter as raparigas na escola, incluindo actividades específicas extra-curriculares, com o objectivo de educar as raparigas, sensibilizar os pais e professores, distribuir lanches nas escolas e ranchos alimentares para as raparigas levarem para casa, assim como oferecer-lhes bolsas de estudo. As instituições também colaboram na provisão e promoção de programas de alfabetização e educação de adultos, formação profissional e capacitação técnica. Como resultado, a expansão da rede de escolas e de alfabetização a áreas rurais e a educação à distância contribuíram para mais elevados níveis de educação entre a população, com mais participação de mulheres e raparigas.¹⁶³

Educação, HIV e SIDA

O programa de acção do MINED para 2004 faz referência a planos para

apoiar e melhorar escolas, garantindo a expansão do acesso, melhorando a qualidade de educação e desenvolvendo capacidade institucional, a todos os níveis. Este apoio irá estabelecer centros de aconselhamento e combate ao HIV e SIDA, em colaboração com centros de saúde nas escolas.¹⁶⁴

Política de TIC

O documento desta Política inclui um capítulo intitulado “Mulher e Jovens”, com referência aos seguintes aspectos:

A inclusão de uma perspectiva de género em projectos sobre TICs;

A promoção do uso de TICs como ferramentas para reduzir e eliminar desigualdades entre homem e mulher no acesso à educação, terra, oportunidades de emprego e outros benefícios sociais;

A provisão de incentivos para a integração da mulher e jovens nas estruturas e processos de planeamento e decisão no uso de TICs;

O estabelecimento de formação especial e programas de qualificação para raparigas e jovens na área de TICs; e

A promoção da criação de redes electrónicas e *sites* de internet de organizações que se centram no avanço da mulher e jovens.

Em parceria com a UEM, o Fórum Mulher já desenvolveu actividades de formação para mulheres e jovens, nas áreas onde se localizam os telecentros, com resultados extremamente encorajadores e positivos nos campos de alfabetização e informação sobre preços agrícolas. As principais dificuldades na implementação desta política incluem os custos das telecomunicações para a operação de correio electrónico e internet que têm sido largamente financiados até à data por agências internacionais, que apoiam a integração da mulher no uso de TICs.

Política social dos idosos

O objectivo desta política é de promover e defender a realização dos direitos dos idosos. Envelhecer é um



fenómeno multidimensional, exigindo um método multidisciplinar e intersectorial, de modo a entender perfeitamente e integrar as necessidades fisiológicas e psicológicas dos idosos. Envelhecer tem também uma dimensão sócio-económica. Aprovada em 2002, a política define as seguintes questões chave de preocupação, em relação aos idosos:

- Preparação para a reforma;
- Saúde e nutrição;
- Educação e formação;
- Protecção dos idosos;
- Segurança económica;
- Habitação;
- Negócios estrangeiros e cooperação;
- Transporte;
- Cultura.

As estratégias propostas para lidar com os desafios encarados pelos idosos incluem a protecção de mulheres idosas na prisão, a reforma de legislação, para que as proteja de abusos, acesso à justiça, educação de cidadãos, especialmente de jovens para respeitarem os idosos, a ligação inter-gerações e defesa da segurança económica dos idosos, protegendo os seus direitos à terra, através da Lei da Terra.

Programas para adolescentes e jovens

O Programa de Saúde Escolar para Jovens e Adolescentes (SEA) foi estabelecido em 1996 como componente do Plano Nacional Integrado do Departamento de Saúde Comunitária e o seu grupo alvo é a população dos seis aos 24 anos de idade, isto é, crianças em idade escolar (seis-nove anos), adolescentes (10-19 anos) e jovens (15-24 anos).

O programa tem como objectivo reduzir a morbidez e mortalidade neste grupo, promovendo práticas necessárias para uma vida saudável, através de actividades integradas, preventivas e curativas, desde a comunidade até ao encaminhamento dos pacientes a médicos especialistas, por parte de médicos de clínica geral.

No seio do SEA, a componente que lida com adolescentes usa um método multi-sectorial para articular as suas actividades. O programa produziu um documento de Política de Saúde sobre os Adolescentes. Este documento fornece directrizes para actividades que apoiam direitos de saúde e reprodutivos dos adolescentes e jovens, e foi produzido como resposta a recomendações de várias conferências internacionais, incluindo em África.



PARTE III

O CAMINHO DO FUTURO

Da análise da situação na Parte I e da análise das políticas adoptadas até à data na Parte II, pode-se concluir que têm havido desenvolvimentos significativos em todos os sectores, no reconhecimento do papel da mulher na sociedade e sua crescente integração em várias esferas, como educação, comércio, comunicação e outras.

Contudo, muito ainda há por fazer para alcançar uma completa igualdade de género, dados os direitos e princípios estabelecidos nas várias leis.

As políticas de género desenvolvidas e adoptadas em instituições do governo e não governamentais não se traduziram em resultados mensuráveis. Existem ainda estereótipos culturais, discriminação sexual e subordinação da mulher. Desafiar desigualdades de género é um processo delicado, que ameaça relações de poder enraizadas em tradições, costumes e crenças culturais e não podem ser transformadas de um dia para o outro. Os debates originados pela entrada em vigor da Lei da Família na Assembleia da República ilustram este aspecto.

Os desafios e prioridades apresentados para o futuro referem-se, essencialmente, às seguintes áreas:

A criação de condições para a existência de dados desagregados por género em todos os sectores;

A necessidade de formação profissional e intelectual em questões de género, especialmente para políticos e os que tomam decisões na administração pública e organizações. Isto é importante, porque os que tomam decisões não parecem apreciar a importância da igualdade de género, apesar de terem assumido compromissos em relação a esta.

Movimentos sociais devem formar estratégias para a

produção e disseminação de informação e sensibilização de agentes institucionais, em relação ao género.

Saúde sexual e reprodutiva da mulher: a necessidade de discriminar o aborto e para que o Governo forneça melhores cuidados de saúde, em geral, e cuidados reprodutivos, em particular.

O HIV e SIDA merecem particular atenção para fazer face à situação actual de feminização desta epidemia, nos seguintes aspectos:

o actual processo de reforma judicial deve ser feito numa perspectiva de género, com ênfase na penalização da discriminação de género, particularmente na área penal. A Lei da Família deve ser extensivamente divulgada por todo o país.

Particular atenção deve ser dada à aprovação da Lei Contra Actos de Violência Doméstica, à questão do abuso sexual de menores e assédio sexual no local de trabalho.

Os movimentos sociais no país devem reflectir e actuar sobre desenvolvimentos de comércio global e as suas implicações na participação de género no comércio, particularmente mulheres. Isto será proveitoso para mulheres camponesas, que constituem 85% do total de camponeses, de modo a capacitá-las, para exercerem os seus direitos e assegurar o seu acesso a recursos. O Observatório da Pobreza, recentemente criado em Moçambique, incorporando vários organismos do governo e não governamentais, deve fornecer espaço para assegurar a atribuição efectiva de recursos financeiros aos sectores que contribuem para a erradicação da pobreza.



PARTE IV

REFERÊNCIAS E BIBLIOGRAFIA

Rodapés

- 1 Highlights on implementation of the SADC Declaration on Gender and Development, in "The Gad Exchange", 2005
- 2 http://www.sadc.int/index.php?a1001&page_id=hiv_factsheet_general
- 3 CEA,FM, SARDC-WIDSAA, 2000.
- 4 Assinada em 1997
- 5 Beijing +10 country report, 2004.
- 6 UNDP, Global Human Development Report, 2005
- 7 Government of Mozambique, Report on the Millennium Development Goals, 2005.
- 8 INE
- 9 UNDP, Mozambique National Human Development Report, Maputo, Mozambique, 2001.
- 10 Terras férteis em áreas baixas de pântanos e vales de alguns rios.
- 11 Waterhouse,R. 2001
- 12 Miguel, 2001
- 13 Daniel, 1997
- 14 Braga, 2001
- 15 Braga, 2001
- 16 Veja estudos realizados por Muinga, 1998; Checo, 1997; Pijnenburg e Simbine, 1996.
- 17 Veja Vijfhuizen, 2001; Macome, 2002; Rafael, 1999.
- 18 [Disponível na internet, no site: <http://www.ilo.org/public/english> consultado no dia 24/2/2005.
- 19 Government Report on the Millennium Development Goals August, 2002.
- 20 SARDC, 2003
- 21 INE, 2000; Apud, 2002
- 22 SARDC, 2003
- 23 A União Democrática é uma coalizão de vários partidos políticos.
- 24 Renamo - União Eleitoral - Coalizão da Renamo e União Democrática.
- 25 Arthur, Maria José. *Políticas da Desigualdade? primeiros elementos para uma avaliação das políticas e programas de género do Governo e ONG's após Beijing, 1995-1999*, Fórum Mulher, Maputo, 2000.
- 26 Arthur, 2000
- 27 Arthur, 2000
- 28 Arthur, 2003
- 29 Handa, A. et al, 1998
- 30 Simler et. al 1998; Handa, Omar and Ibraimo, 1998; Datt et al 1998
- 31 INE, 2001
- 32 Manganhele, 1999.
- 33 Veja o Mozambique MDGs Report, 2002.
- 34 Arthur, 2000
- 35 WFP School Feeding -Facts'n figures,2005
- 36 PMA, 2003; Apud, 2001
- 37 MINED, 2002; Sociedade Civil Moçambicana, 2002.
- 38 Ministry of Education, (MINED), DNP, June 2003.
- 39 O indicador da proporção elevada de estudantes que completam com sucesso os últimos graus é a relação entre estudantes que passaram para o grau seguinte, ambos os que dispensaram dos exames (média final igual ou maior a 14 valores) e os que fizeram o exame, tiveram boas notas e passaram para o grau seguinte (média final igual ou maior a 10 valores) e os estudantes matriculados nos mesmos graus, no início do ano escolar.
- 40 Ministry of Education, Government of Mozambique, September 2003.
- 41 O indicador de aumento na taxa bruta de escolaridade no EP1 é a relação entre o número total de alunos matriculados e a população dentro da idade oficial (6-10 anos) que frequenta o mesmo nível de educação. No EP2 a comparação é feita entre o total de estudantes matriculados e a população de 11-12 anos de idade.
- 42 O indicador de aumento na matrícula e retenção de raparigas nas escolas primária e secundária é avaliado pela proporção da participação de raparigas nas escolas em relação ao número total de estudantes matriculados e pela retenção através de indicadores de fluxo de estudantes baseado no método da teoria coorte e reconstruída.
- 43 O indicador do aumento da retenção das raparigas nas escolas primária e secundária que, inclui as taxas de retenção (taxas de sobrevivência) e conclusão do nível/grau de educação avalia a probabilidade de uma coorte de estudantes de frequentarem um certo grau e/ou completarem um certo nível de educação. A análise coorte é um método que permite calcular estes indicadores através da aplicação de taxas de fluxo, nomeadamente a aprovação, repetição e desistência observadas no ano de matrícula no sistema de educação. Para cada ano escolar a ser estudado, uma coorte é feita de modo a obter as taxas de retenção (taxas de sobrevivência) e conclusão de um nível/grau de educação, permitindo, no máximo três reprovações, em cada um dos níveis educacionais.
- 44 Ministry of Education, Government of Mozambique, 2003.
- 45 Walker et al 1996
- 46 Walker et al 1996.
- 47 Moçambique, MESCT, Agosto, 2000.
- 48 Nunes, 2001
- 49 Estudo de Base sobre Género e a Mídia em Moçambique (Baseline Study on Gender and the Media in Mozambique) é um estudo realizado pelo MISA e pela GL, com o objectivo de fornecer dados para monitorar o progresso alcançado sobre o equilíbrio de género e desenvolver capacidade em Género, in Media content.
- 50 Media Institute of Southern Africa (MISA) é uma instituição que promove a existência de meios de comunicação social livres, independentes e diversos.
- 51 Gender Links é uma organização não governamental, promovendo a igualdade de género na mídia e através dela.
- 52 Fórum Mulher - Coordenação para Mulher no Desenvolvimento - é uma rede de organizações e instituições nacionais e estrangeiras, organizações governamentais, Sindicatos, Ligas de mulheres de partidos políticos, agências doadoras e outras instituições ou grupos que realizem actividades sobre igualdade de género.

- 53 Sindicato Nacional de Jornalistas.
- 54 Southern Africa Media Training Trust é uma instituição independente de formação de jornalistas na África austral.
- 55 Extra do do seminário sobre género e media, no contexto de estações de rádio comunitárias, organizado pela UNESCO, em Maio de 2003 em Maputo.
- 56 MISA and GL Study, 2003.
- 57 MAP, 1997
- 58 Mozambique Report on MDGs, 2002.
- 59 Veja Sahn and Alderman, 1997
- 60 DHS 1997
- 61 Veja AMODEFA Action Plan, 2003.
- 62 DHS, 2003; INE, 2005
- 63 Ministry of Health, 2003
- 64 AIDS Budget Unit, IDASA 2004:56.
- 65 Ibid.
- 66 Mozambique MDGs Report, 2002.
- 67 Mozambique Report on Millennium Development Goals, 2005
- 68 Mozambique Report on the Millennium development Goals, 2005
- 69 Ibid.
- 70 AIDS Budget Unit, IDASA, 2004.
- 71 UNAIDS Report on The Global AIDS Epidemic 2004
- 72 Ibid.
- 73 CNCs, Plano Estratégico Nacional de Combate ao HIV/SIDA 2005-2009
- 74 Mozambique, MDG report, 2005
- 75 Ibid.
- 76 Programa do Governo, 2000: 2
- 77 Programa do Governo, 2000: 25
- 78 O Plano Estratégico do Ministério do Trabalho inclui a elaboração e apresentação ao Parlamento de uma lei de protecção para trabalhadores portadores de HIV e SIDA.
- 79 Mahomed and Pacca, 2000.
- 80 Casimiro *et al.* 2002.
- 81 Ibid.
- 82 Mahomed and Pacca, 2000.
- 83 Andrew, 1998
- 84 Julie Cliff é uma médica em Moçambique.
- 85 Trabalho publicado na revista *Outras Vozes*, n. 4, 2003.
- 86 Listen L., "Complications of Abortion in Developing Countries", *Population Reports*, Series F, No 7, Population Council, New York. 1980.
- 87 Roystone E, Armstrong S., *Preventing Maternal Deaths*, WHO, Geneva, 1989.
- 88 WHO, Division of Reproductive Health, *Unsafe Abortion: Global and Regional Estimates of Incidence of and Mortality Due to Unsafe Abortion, with a Listing of Available Country Data*, Geneva, 1998.
- 89 Kirby D, "Sexuality and Sex Education at Home and School," in *Adolesc. Med*, v.10, n. 2, p.195-209, 1999.
- 90 Ruusuvaara L, Johansson E., "Contraceptives Strategies for Young Women in the 21st Century", in *Eur. J. Contracept. Reprod. Health Care*, v. 4, n. 4, p.55-63, 1999.
- 91 Liljestrom R. *et al.*, *Look Before You Leap*, Nordiska Afrikainstitutet, Stockholm, 1998. p.11-42.
- 92 Agyei W. *et al.*, "Sexual Behaviour and Contraception among Unmarried Adolescents and Young Adults in Greater Accra and Eastern Regions of Ghana", in *J. Biosoc. Sci.*, v. 32, n. 4, p. 495-512, 2000.
- 93 Barker G, Rich S., "Influences on Adolescent Sexuality in Nigeria and Kenya: Findings from Recent Focus group Discussions", in *Stud. Fam. Plann.*, v. 23, p. 199-210, 1992.
- 94 Rosenfield A Women's Reproductive Health, *Am. J. Obstet. Gynecol.* v. 169, p.125-133, 1993.
- 95 Rasch V. *et al.*, "The Problem of Illegally Induced Abortion: Results from a Hospital-based Study Conducted at District Level in Dar es Salaam", in *Trop. Med. Int. Health*, v. 7, p. 495-502, 2000.
- 96 Adedoyin, M. A.; Adetoro, O, "Pregnancy and Its Outcome among Teenage Mothers in Ilorin, Nigeria", in *East Afr. Med. J.* v. 66, n. 7, p. 448-52, 1989.
- 97 Aggarwal, V.P., Mati, J.G., "Epidemiology of Induced Abortion in Nairobi", in *J. Obstet. Gynecol. East Centre. Africa*, v. 4, p.54-57, 1982.
- 97 Wanjala, S, Murugu, N.M., Mati, J.G. "Mortality Due to Abortion at Kenyatta National Hospital 1974-1983", in *Ciba Found. Symp.*, v. 115, p. 41-53, 1985.
- 98 United Nations, Report of the International Conference on Population and Development, Cairo, 5-13 September, 1994.
- 99 "Abortion", in CRLP, *Reproductive Rights 2000: Moving Forward*, New York, 2000, p. 9.
- 100 Machungo, F, Zanconato, G., Bergstrom, S., "Socio-economic Background, Individual Cost and Hospital-care Expenditure in Cases of Illegal and Legal Abortion in Maputo", in *Health and Social Care in the Community*, v. 5, n. 2, p. 71-76, [s.d].
- 101 Najmi R.S, 'Complications Attributed to Illicit Abortions', in *J. Pak. Med. Assoc.* v. 48. n. 2, p. 42-5, 1998.
- 102 Wasserheit J.N, "The Significance and Scope of Reproductive Tract Infections among Third World Women", in *Int. J. Gynecol. Obstet.*, v.3, p. 145-68, 1989.
- 103 Faundes A., Hardy E, "Illegal Abortion: Consequences for Women's Health and the Healthcare System", in *Int. J. Gynecol. Obstet.*, v. 58, p. 77-83, 1997.
- 104 *The World's Youth 1994: a Special Focus on Reproductive Health*, PRB/CPO Washington, 1994.
- 105 "Meeting the Needs of Young Adults", in *Population Reports*, v. 23, n. 41, p. 1-32, Oct. 1995.
- 106 Bongwele O. *et al.*, Determinants and Consequences of Pregnancy Wastage in Zaire: Research Triangle Park, FHI, North Carolina, 1986.
- 107 Leke R, "Commentary on Unwanted Pregnancy and Abortion Complications in Cameroon", in *Int. J. Gynecol. Obstet.* v. 3, p. 33-35, 1989. supp.
- 108 Machungo, F. *et al.*, "Near Miss": Cases and Maternal Deaths Caused by Unsafe Abortion in Maputo: A Ten-year Review (1990-1999)
- 109 Unuigbo J.A, Oronsaye, A.U., Orhue, A.A., "Abortion-related morbidez and Mortality in Benin City, Nigeria: 1973-1985", in *Int. J. Gynecol. Obstet.* v. 26, n. 3, p.435-9, 1988.
- 110 Figa-Talamanca I. *et al.*, *Illegal Abortion: An Attempt to Assess its Cost to the Health Services and its Incidence in the Community* in *Int. J. Health Serv.*, v. 16, n. 3, p. 375-89, 1986.
- 111 Okonofua F.E, Onwudiegwu U., Odunsi O., "Illegal Induced Abortion: A Study of 74 Cases in Ile-Ife, Nigeria", in *Trop. Doct.*, v. 22, p. 75-78, 1992.
- 112 Veja dados do Questionário sobre Indicadores Básicos de bem-estar (QUIBB) de 2000-2001.



- 113 Dispon vel no
site www.mbendi.co.za.index.htm
- 114 Ibid.
- 115 MADER/FEWSNet, 2002
- 116 Benfica et al 2000; Matusse, 1996
- 117 Moçambique, MPF, Janeiro 2002.
- 118 Sociedade Civil Moçambicana, 2002.
- 119 Eduardo, 1999
- 120 Miguel, 2001
- 121 Cebos vivos é material lenhoso (truncos e ramos de árvores e arbustos), resultando de árvores que são cortadas e deixadas no solo.
- 122 Matéria vegetal em decomposição é uma mistura de estrume, palha e folhas usadas para cobrir a base de plantas e suas raízes, de modo a protegê-las.
- 123 Tique, 2001
- 124 Lei nº 10, de 25 de Agosto 2004.
- 125 CEA/FM/SARDC-WIDSAA 2000.
- 126 CEA/FM/SARDC-WIDSAA 2000: 40.
- 127 Arthur, 2003
- 128 WLSA, 2003
- 129 Osório et al., 2001: 107/8.
- 130 D'Atri, 2003.
- 131 Cabañas, 2001
- 132 WLSA, 2000; da Silva et al., 1998.
- 133 WLSA, 2000: 69.
- 134 UNFPA, 2002
- 135 Silva, 2001
- 136 Ibid, 2001
- 137 INE, 2001
- 138 Tout, 1989.
- 139 Silva, 2001
- 140 Ibid, 2001
- 141 Prof. Nana Apt "A Policy Framework for Health and Service Needs of Older Persons in Africa", Ghana
- 142 RELATÓRIO do Instituto Nacional de Acção Social, 2002.
- 143 Balanço Preliminar da Programa do Governo 2000-20004 nas Áreas da Mulher, da Família e da Acção Social, Maputo, 2004
- 144 Nantumbo, Agueda, Buque, Sansão, Monteiro, Cidia, Relatório do levantamento das necessidades de formação dos mecanismos nacionais de género, Fórum Mulher, Maputo, 2003.
- 145 Nantumbo, Agueda, Buque, Sansão, Monteiro, Cidia, Relatório do levantamento das necessidades de capacitação dos mecanismos nacionais de género, Fórum Mulher, Maputo, [2003]. p.16 [draft].
- 146 Muchangos, Leontina [non published text].
- 147 Abreu, 2002; Kuchenreuther, 2000; Bagnol, Bila and Massango, 1998.
- 148 Entrevista com Leontina dos Muchangos, Directora da Direcção Nacional da Mulher a 27 de Outubro de 2003, na DNM.
- 149 The African Gender and Development Index, Mozambique, 2003. p.52 (unpublished text).
- 150 Boletim da República, 29 de Fev., 2000; I Série n.8.
- 151 Boletim da República, 17 de Out., 2001; I Série n.42.
- 152 Fórum Mulher, Relatório sobre o Processo de Genderização do Parlamento: Maputo, 2002. p.3.
- 153 SARDC, *Guião dos membros do parlamento da SADC para o Género e Desenvolvimento na África austral...* p92.
- 154 De acordo com a Ministra do Plano e Finanças, Luísa Diogo em discussões com a USAID sobre o PARPA, no início de 2002.
- 155 Osório, 2003
- 156 SARDC, 2003; CONDES, Maio 2002.
- 157 As Metas para o Desenvolvimento do Milénio (MDGs) - *Millenium Development Goals (MDGs)* - based on the Millennium Declaration, are benchmarks of sectoral development in the subscribing countries (Mozambique included), and define goals, objectives and indicators to be achieved by 2015.
- 158 *Performance Assessment Framework (PAF)*, desenvolvida pelo Ministério do Plano e Finanças em colaboração com o G11+5 (Working Group on Macro-Financial Support) harmoniza a matriz de indicadores da avaliação sectorial no desempenho do processo de desenvolvimento da implementação do PEE.
- 159 SARDC, 2003; Moçambique, MINED, 2003, p. 2
- 160 Moçambique, MINED, Abril 1998; Apud, 2002, p. 2
- 161 Moçambique, MINED, Maio 2003; Apud, 2002.
- 162 Idem, 2002; 2003.
- 163 Moçambique, MINED, 2002; Sociedade Civil Moçambicana, 2002.
- 164 Isto foi sublinhado durante a XXVIII Sessão do Conselho Coordenador do Ministério da Educação, Cidade de Maputo, 25-29 Agosto de 2003, com o tema "Para uma Futura e Segura Visão sobre Educação".

Bibliografia

- Abreu, A.A., *Relatório de assessoria ao MADER na integração da abordagem de género*, Maputo, 2002.
- Adedoyin, M.A., Adetoro, O., "Pregnancy and Its Outcome among Teenage Mothers" in Ilorin, *East Afr. Med. J.* v. 66, n. 7, Nigeria, 1989.
- Aggarwal, V.P., Mati, J.G., "Epidemiology of Induced Abortion in Nairobi", *J. Obstet. Gynecol. East Centr. Africa*, v. 4, 1982.
- Agyei W. et al., "Sexual Behaviour and Contraception among Unmarried Adolescents and Young Adults in Greater Accra and Eastern Regions of Ghana", in *J. Biosoc. Sci.*, v. 32, n. 4, 2000.
- Aires, Luis F., Amaral, J., *Direito das Sucessões*, Imprensa Universitária, Maputo, 1997
- Andrew, S. Karlyn., *Inquérito Nacional sobre a Prevenção do SIDA: Comportamento Sexual e uso de Preservativo: Impacto Demográfico do HIV/SIDA em Moçambique*, INE, Maputo, 2002.
- Arnfred, S., "Espíritos ancestrais, terras e alimentos: posse de terra e poder em função de género em Ribaué, província de Manica" in *Estratégias das mulheres, proveito dos homens: género, terra e recursos naturais em diferentes contextos rurais em Moçambique*, NET/FAEDF, Maputo, 2001.
- Arthur, Maria J., Maman, Amida e Pedro, Helena., *Políticas da Desigualdade?* primeiros elementos para uma avaliação das políticas e programas de género do Governo e ONG's após Beijing, 1995-1999, Fórum Mulher, Maputo, 2000.
- Bagnol, B., Bila, C.R. e Massango, Z., *Avaliação de género no MAP* [draft], Maputo, 1998.
- Barker, G., Rich S., "Influences on Adolescent Sexuality in Nigeria and Kenya": Findings from Recent Focus group Discussions, *Stud. Fam. Plann.*, v. 23, 1992.
- Barreto, Avertino et al., *Impacto Demográfico do HIV/SIDA em Moçambique* [actualização de 2000], INE, Maputo, 2002.
- Benfica, R. et al., *Características dos Agregados Familiares Rurais nas Zonas Afectadas pelas Cheias do ano 2000, no Centro e Sul de Moçambique: Relatório de Pesquisa*, MADER, Maputo, 2000.
- Bongwele, O. et al., *Determinants and Consequences of Pregnancy Wastage in Zaire*, Research Triangle Park, North Carolina, FHI, 1986.
- Boletim da República*, 17 de Out., I Série n.42, [publisher] Maputo, 2001.
- Braga, C., "Estão-nos a apertar", género, parentesco matrilinear, poder e política de terras, um estudo de caso em Issa Malanga, Província do Niassa, in *Estratégias das Mulheres, Proveito dos Homens*, género, terra e recursos naturais em diferentes contextos rurais em Moçambique, NET/FAEDF, Maputo, 2001.
- Cabañas, Ana Carcedo, "Violencia Contra las Mujeres: un Problema de Poder", in Cabañas, Ana Carcedo, SUBIRÁS, Giselle Molina, *Mujeres Contra la Violencia*, una rebelión radical San José, CEFEM-INA, 2001.
- Casimiro, I. et al., *Estudo de Base: KHULUVUKA, corredor de esperança*, CEA/FDC, Maputo, 2002.
- Center for Reproductive Law and Policy, "Abortion" in *Reproductive Rights 2000: Moving Forward*, CRLP, 2000.
- Checo, A.J., *Organização dos Regantes e Gestão de água nos Regadios da Província de Maputo*, (Tese de Licenciatura Agronomia e Engenharia Florestal) – Universidade Eduardo Mondlane, 1997.
- Código Civil Anotado, F.Lima, Varella.J, Coimbra Editora Limitada, Portugal, 1968.
- Collier, Edda., *Em Direcção à Igualdade de Género em Moçambique: um Perfil de Relações de Género*, ASDI, Maputo, 2001.
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável, *Relatório Nacional de Moçambique à Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável*, [s.l.] CONDES, Maputo, 2002.
- Cumbe, D., *Mulheres e os seus Problemas na Ilha Josina Machel*, (Tese de Licenciatura Agronomia e Engenharia Florestal) – Universidade Eduardo Mondlane, 1997.
- D'atri, Andrea, "Fiestas de Hombres Ricos, Tumbas de Mujeres Pobres" in *Nuestra Lucha*, n. 9, 2003. Disponível em <http://www.andreadatri.com.ar/articulo43.htm> [s. d. de acesso].
- Daniel, J., "Género, Mateka e Culturas de Rendimento no Distrito de Mueda, província de Cabo Delgado", in *Estratégias das Mulheres, Proveito dos Homens*, género, terra e recursos naturais em diferentes contextos rurais em Moçambique, NET/FAEDF, Maputo, 2001.
- Datt, G. [et al.], "Determinantes da Pobreza" in *Pobreza e bem-estar em Moçambique 1996-97*.

Sociedade Civil de Moçambique, Maputo, 1998. Documento do Programmea para Moçambique 2002-2006, PMA, Maputo, 2001.

PNUD, *Desenvolvimento Humano*, Moçambique, PNUD, Maputo, 2003.

Documento do Programa para Moçambique 2002-2006, PMA, Maputo, 2001.

Eduardo, F., *Análise de Estratégias de Integração do Género no maneio Comunitário dos Recursos Naturais (MCRN)*, estudo de caso em Goba, província de Maputo, (Tese de Licenciatura Agronomia e Engenharia Florestal) – Universidade Eduardo Mondlane, 1999.

Estratégia de Implementação da Política de Informática, Comissão para a Política de Informática, Maputo, 2002.

Estratégia Para Equidade de Género no Sector da Educação[Draft 2], Maputo, Maio 2003.

Estratégia de Cooperação entre MISAU-OMS, 2003-2007, Maputo, 2003.

Estudo de base sobre género e os mídias em Moçambique, relatório de pesquisa, MISA/GL, Maputo, 2003.

Faundes A., Hardy E., “Illegal Abortion: Consequences for Women’s Health and the Healthcare System”, *Int. J. Gynecol. Obstet.*, v. 58, 1997.

Figa-Talamanca I. et al., *Illegal Abortion: An Attempt to Assess Its Cost to the Health Services and its Incidence in the Community*, *Int. J. Health Serv.*, v. 16, n. 3, 1986.

Fórum Mulher, *Abordagem para a Análise de Género do Programmea de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta – PARPA*, Maputo, 2003.

Fórum Mulher, *Boletim Informativo do Fórum Mulher*, n. 5, Maputo, 1996.

Fórum Mulher, *Boletim Informativo do Fórum Mulher*, n. 8, Maputo, 1998.

Fórum Mulher, *Inequality Policies? Final Report*, Maputo, April 2000.

Francisco, Rosana Luis., *Análise de Género na área das Pescas e nas Actividades do Projecto de Pesca Artesanal em Nampula*, nos Distritos de Angoche e Moma, [s.l], 2001.

Gaster, Polly, *Promoting ICT Use by Women: Some Experiences from Two Districts of Mozambique*, UEM, Maputo, 2003

Género e Desenvolvimento: Declaração dos Chefes de Estado ou Governo da Comunidade Para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e Prevenção e Erradicação da Violência Contra a Mulher e a Criança, Um Aditamento, [s.l], [s.d].

Gohn, Maria da Glória, “Sociedade civil no Brasil: Conceitos e Sujeitos Actuantes”, in FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2, 2002, Porto Alegre, *Anais...* Porto Alegre, 2002.

Goyaux N. et al., Abortion Complications in Abidjan (Ivory Coast), in *Contraception*, v. 60, n. 2, 1999.

Handa, A., Omar, F., Ibraimo, M., “Capital Humano e bem-estar em Moçambique”, in *Pobreza e Bem Estar em Moçambique, 1996-97*, Maputo, 1998.

INE, *Anuário Estatístico: 2001-2002*, Maputo, Moçambique, 2003.

Instituto Superior de Ciências e Tecnologias de Moçambique, in *Planos de Estudo das Licenciaturas em Ciências Sociais*, Maputo, 2003.

Impacto Demográfico do HIV/SIDA em Moçambique, Maputo, INS/MISAU, 2000

Kirby, D., “Sexuality and Sex Education at Home and School”, in *Adolesc. Med*, v.10, n.2, 1999.

Kuchenreuther, R., *Análise de Género nos Programas de Maneio Comunitario de Recursos Naturais*, 2000.

Lei da Família, in *Boletim da República*, Lei nº10/2004, Maputo.

Likaswa, T.J., *Análise das Estratégias de Género na Segurança Alimentar na Aldeia de Mianguelwa, Distrito de Muidumbe*, em Cabo Delgado, 2002.

Liljestrom R. et al., *Look Before You Leap*, Nordiska Afrikainstitutet, Stockholm, 1998.

Liskin, L., “Complications of Abortion in Developing Countries”, in *Population Reports*, Series F, No. 7, Population Council, New York, 1980.

Machungo, F., Zanconato, G., Bergstrom, S., “Socio-Economic Background, Individual Cost and Hospital Care Expenditure in Cases of Illegal and Legal Abortion in Maputo”, in *Health and Social Care in the Community*, v. 5, n. 2, [s.d].

Macome, F. E., *Análise de Género na Distribuição da Água no Regadio de Massaca*, (Tese de Licenciatura em Ciências Sociais) – Universidade Eduardo Mondlane, 2002.

MADER, *Análise das Propostas do Plano Anual de Actividades e Orçamento Para 2002: Relatório Preliminar do Subgrupo de Aspectos Transversais* (Draft), PROAGRI, Maputo, 2002.

MADER/FEWSNet, *Zonas de Economias Alimentares de Moçambique*, Maputo, 2002.

MADER, DE, *Unidade de Género: Materiais sobre Questões de Género*, Maputo, 2001.

Mahomed, Aida, Pacca, Júlio, *Análise da Vulnerabilidade dos Adolescentes ao HIV/SIDA: Impacto Demográfico do HIV/SIDA em Moçambique*, MISAU/INE, Maputo, 2002.

MAP, DNDR, DER, *Unidade de Género: Programa do MAP numa Perspectiva de Género até 2000*, Maputo, 1996.

Maraneja, M.I., *A Utilidade das Associações para as Intervenções de Desenvolvimento Rural*, Maputo, 2003.

Massinga, Crimilda, *Situação da Mulher na Comunicação Social*, Maputo, 1998.

Massingarella, C., *Género e Sistemas de Produção: Um Estudo com Visão na Diferença entre Tipos de Agregado para o Acesso a Recursos, Bem-Estar e Estratégias de Sustento nas Aldeias de Massoane (Matutuine-Maputo), Djavanhane (Gujá-Gaza), Banga (Tsangano-Tete) e Netia (Manapo-Nampula)*, Maputo, 1999.

Matusse, C.M., *Mulheres Chefes de Famílias: Um Estudo das Actividades Produtivas, Reprodutivas e Comunitárias das Mulheres Chefes de Famílias em Punguine, Distrito do Chókue*, (Tese de Licenciatura Agronomia e Engenharia Florestal) – Universidade Eduardo Mondlane, 1996.

Miguel, Arlindo Rodrigues, *Determinantes Sócio-Económicos da Saúde de Crianças dos Zero aos Cinco anos na Província de Sofala*, (Tese de Licenciatura Agronomia e Engenharia Florestal) – Universidade Eduardo Mondlane.

Miguel, M.R.S., *Aspectos de Género na Gestão Comunitária dos Recursos Naturais: Casos de Mabuluco, Phuza e Gala no Distrito de Matutuine*, (Tese de Licenciatura Agronomia e Engenharia Florestal) – Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2001.

Moçambique, *Boletim da República*, 29 de Fev., I Série n.8, Maputo, 2000.

Moçambique, *Plano Estratégico do Ensino Superior em Moçambique 2000-2010*, MESCT, Maputo, 2000.

Moçambique, *Relatório da 4ª Reunião Anual de Revisão (RAR) do Plano Estratégico de Educação (PEE)*, Setembro MINED, Maputo, 2002.

Moçambique, *Relatório de Actividades do Departamento de Saúde da Comunidade*, MISAU, DNS, Maputo, 2002.

Moçambique, *Relatório de Moçambique 2001 – 2002*, MMCAS, Maputo, 2002.

Moçambique, *Mapeamento da Pobreza em Moçambique: Desagregação das Estimativas da Pobreza e Desigualdade aos Níveis de Distrito e Posto Administrativo*, MPF, Maputo, 2002.

SARDC WIDSAA, *Monitor do Género da SADC: Monitorando a Implementação dos Compromissos Assumidos em Beijing pelos Estados Membros da SADC*, Harare, SARDC WIDSAA, 1999.

Morr, Henning, e Barradas Ricardo, *Conhecimentos, Atitudes, Práticas e Comportamentos de Camionistas de Longo Curso: Impacto Demográfico do HIV/SIDA em Moçambique*, Maputo, INE, 2002.

Mozambique Profile, *Brief Information on Activities and Rations: Nutrition Aspects*, PMA, Maputo, 2003.

Nhantumbo, Agueda, Buque, Sansão e Monteiro, Cídia, *Relatório do Levantamento das Necessidades de Formação dos Mecanismos Nacionais de Género*, Maputo, 2003.

O’Laughlin, B., “Pobreza, Crecimento e Relações de Género: Liberalização, Terra e Trabalho nas Zonas Rurais de Moçambique”, in *Estratégias das Mulheres, Proveito dos Homens: Género, Terra e Recursos Naturais em Diferentes Contextos Rurais em Moçambique*, NET/FAEDF, Maputo, 2001.

Okonofua, F.E., Onwudiegwu, U., e Odunsi, O., “Illegally Induced Abortion: A Study of 74 Cases in Ilé-Ife, Nigeria”, in *Trop. Doct.*, v. 22, 1992.

Osório, C., Arthur, M.J., *Direitos Sexuais e Reprodutivos: Revisão de Literatura*, FNUAP, Maputo, 2002.

Osório, C. et al., *A Ilusão da Transparência*, WLSA, Maputo, 2001.

Osório, C., *Relatório de Avaliação do Plano Estratégico do MISAU*, Maputo, 2003.

Plano de Acção para a Integração da Perspectiva de Género no Plano Estratégico de Educação 1999-2003, Maputo, 1998.

Relatório Para a XXXI Reunião Nacional de Planificação, Maputo, DNP, Junho, 2003.

- Plano Estratégico de Educação 1999-2003*, Maputo, 1998.
- Relatório para Apresentar na 5ª Reunião Anual de Revisão (RAR) do Plano Estratégico de Educação (PEE)*, Maputo, Setembro 2003.
- Relatório da 23ª Sessão do Conselho Coordenador do Ministério da Educação, Maputo, Agosto de 2003.
- Pintos, Begoña Marugán, SOLÍS, Cristina Vega, "Gobernar la Violencia: Apuntes Para un Análisis de la Rearticulación del Patriarcado", in <http://acilbufer.webcindario.com/losclasicos m.htm> (acesso em Outubro 2003).
- Pitcher, A., Kloeck-Jenson, S., "Homens, Mulheres, Memória e Direitos aos Recursos Naturais na Província da Zambézia", in: *Estratégias das Mulheres, Provento dos Homens: Género, Terra e Recursos Naturais em Diferentes Contextos Rurais em Moçambique*, NET/FAEDF, Maputo, 2001.
- Plano Nacional de Acção das ONG's pós-Beijing*, Fórum Mulher, Maputo, 1996.
- Plano Nacional de Acção Para o Avanço da Mulher*, Grupo Operativo, Maputo, 2002.
- Plataforma de Acção de Beijing 1995*, Fórum Mulher, Maputo, 1995.
- Rafael, G.S., *Todos os Dias Enxada nas Mãos: Género e Terra no Regadio de Massaca*, Maputo, 1999.
- Rasch V. et al., "The Problem of Illegally Induced Abortion: Results From a Hospital Based Study Conducted at District Level in Dar es Salaam", in *Trop. Med. Int. Health*, v. 7, 2000.
- Rasch V., Silberschmidt, M., "Adolescent Girls with Illegally Induced Abortion in Dar-es- Salaam: The Discrepancy Between Sexual Behaviour and Lack of Access to Contraception", *Reprod. Health. Matters*, v. 8, n. 15, 2000.
- Relatório da AMODEFA*, Maputo, 2003.
- Relatório de Moçambique Sobre Mecanismos Nacionais de Género*, MMCAS/Fórum Mulher, Maputo, 2003.
- Relatório do Desenvolvimento Humano*, Moçambique, PNUD/SARDC, Maputo, 2001.
- Relatório Sobre a Revisão dos Dados de Vigilância Epidemiológica do HIV*, Ronda 2002, Novembro 2003.
- Relatório Sobre o Processo de Genderização do Parlamento*, Fórum Mulher, Maputo, 2002.
- Relatórios de Seminários Sobre Género e Mídias: 1999, 2000 e 2003*, Fórum Mulher, Maputo, 2003.
- Rosenfield, A., "Abortion and Women's Reproductive Health", in *Int. J. Gynecol. Obstet.*, v. 46, 1994.
- Rosenfield, A., "Women's Reproductive Health", in *Am. J. Obstet. Gynecol.*, v.169, 1993.
- Roystone, E. and Armstrong, S., *Preventing Maternal Deaths*, WHO, Geneva, 1989.
- Ruusuvuara, L. and Johansson, E., "Contraceptive Strategies for Young Women in the 21st Century", in *Eur. J. Contracept. Reprod. Health Care*, v. 4, n. 4, 1999.
- SADC, *Declaração dos Chefes de Estado ou Governo da Comunidade Para o Desenvolvimento da África Austral*, [s.l]: [s.d].
- SADC, *Fórum Parlamentar: Guia dos Parlamentares Para o Género e Desenvolvimento na África Austral*, Windhoek, 2002.
- SADC, *Relatório de Avaliação do Progresso na Implementação do Aditamento da SADC de 1998 sobre Prevenção e Erradicação da Violência Conta as Mulheres e as Crianças: Uma Abordagem Integrada*. [s.l], [s.d].
- SADC, *Women in Politics and Decision Making in SADC: Beyond 30 per cent in 2005*, SADC, Gaborone, 2000.
- SARDC, *Introduzindo o Género nos Parlamentares da SADC: Estratégias para o Fórum Parlamentar da SADC no Novo Milénio*, SARDC, Harare, 2001.
- Santos, B.S., "Em Defesa das Políticas Sociais", in *FÓRUM SOCIAL MUNDIAL*, 2, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre, 2002, Cadernos Ideação. Políticas Sociais para um Novo Mundo Necessário e Possível, 2002.
- Santos, Boaventura de Souza, Trindade, João Carlos (Org.), *Conflito e Transformação Social: Uma Paisagem das Justiças em Moçambique*, vol. 1, CEA, Maputo, 2003.
- CEA, FM and SARDC WIDSAA,, *Beyond Inequalities Women in Mozambique*, CEA/FM/SARDC WID-SAA, Maputo, Mozambique, 2000.

- Silva, Terezinha, da et al., *Violência Doméstica: Factos e Discursos*, CEA, Maputo, 1998.
- Simler, K. et al. Estimativas e Perfil de Pobreza”, in *Pobreza e Bem-estar em Moçambique 1996-97*. INE, Maputo, 1998
- Sociedade Civil Moçambicana, Grupo de Coordenação, *Relatório Nacional*, Maputo, 2003.
- Soposati, A., “Regulação Social Tardia: Características das Políticas Sociais Latino-Americanas na Passagem entre o Segundo e Terceiro Milénio”, in *FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2, 2002, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre, Cadernos Ideação. Políticas Sociais Para um Novo Mundo Necessário e Possível*, 2002.
- Sousa, Etelvina A.M., *Mulheres Negociantes de Produtos Agrícolas no Mercado Informal Polana Caniço*, Maputo, 2001.
- Surviving Pregnancy and Childbirth: An International Human Right*, Centre for Reproductive Rights, 2001.
- Tique, C., “Aspectos de Género e Conservação de Solos: Estratégias de Adaptação e de Sobrevivência Adoptadas pelos Camponeses, em Particular pelas Mulheres em Gondola, Província de Manica” in *Estratégias das Mulheres, Provento dos Homens: Género, Terra e Recursos Naturais em Diferentes Contextos Rurais em Moçambique*, NET/FAEDF Maputo, 2001.
- Uinge, Destina, et al., *Inquérito Nacional Sobre Saúde Reprodutiva e Comportamento Sexual dos Jovens e Adolescentes: Impacto Demográfico do HIV/SIDA em Moçambique*, INE, Maputo, 2002.
- UNDP, *National Human Development Report: Gender, Women and Human Development: An Agenda for the Future*, UNDP, Maputo, 2001.
- United Nations, Report of the International Conference on Population and Development, Cairo, 5-13 September, 1994.
- Unuigbo, J.A., Oronsaye, A.U. and Orhue, A.A., “Abortion-Related Morbidity and Mortality in Benin City, Nigeria, 1973-1985”, in *Int. J. Gynecol. Obstet.* v. 26, n. 3, 1988.
- Um Estudo Qualitativo Para o Desenho de Intervenções junto das Trabalhadoras do Sexo: Impacto Demográfico do HIV/SIDA em Moçambique*, Maputo, INE, 2002.
- Vijfhuizen, C. et al., *Género, Mercados e Meios de Sustento no Contexto da Globalização: Um Estudo do Sector da Castanha de Cajú em Moçambique, Janeiro 2002-Junho 2004*, IIED/UEM, Maputo, 2003.
- Vijfhuizen, C., “Perdendo o Controlo: Género e Terra no Regadio de Massaca, Província de Maputo”, in *Estratégias das Mulheres, Provento dos Homens: Género, Terra e Recursos Naturais em Diferentes Contextos Rurais em Moçambique*, NET/FAEDF, Maputo, 2001.
- Walker, B. et al., *Relatório do Estudo “Género e Educação em Moçambique: o Ensino Primário da Rapariga nas Zonas Rurais*, MINED/UNICEF, Maputo, 1996.
- Wanjala, S., Murugu, N.M., Mati, J.G., “Mortality Due to Abortion at Kenyatta National Hospital, 1974-1983”, in *Ciba Found. Symp.*, v. 115, 1985.
- Wasserheit, J.N., “The Significance and Scope of Reproductive Tract Infections Among Third World Women”, in *Int. J. Gynecol. Obstet.*, v.3, 1989.
- Waterhouse, R., “Estabelecendo a Ponte entre o Rural e o Urbano: Um Estudo de Caso Sobre Estratégias de Sustento Quotidiano das Mulheres na Aldeia de Ndixe, Distrito de Marracuene, Província de Maputo”, in *Estratégias das Mulheres, Provento dos Homens: Género, Terra e Recursos Naturais em Diferentes Contextos Rurais em Moçambique*, NET/FAEDF, Maputo, 2001.
- Waterhouse, R., Vijfhuizen, C. (Dir.), “Estratégias das Mulheres, Provento dos Homens: Género, Terra e Recursos Naturais em Diferentes Contextos Rurais em Moçambique”, in *Estratégias das Mulheres, Provento dos Homens: Género, Terra e Recursos Naturais em Diferentes Contextos Rurais em Moçambique*, NET/FAEDF, Maputo, 2001.
- WHO, Division of Family Health, *The Prevention and Management of Unsafe Abortion: Report of a Technical Working Group*, 12-15 April 1992, Geneva, 1992.
- WHO, Division of Reproductive Health, *Unsafe Abortion: Global and Regional Estimates of Incidence of and Mortality Due to Unsafe Abortion, with a Listing of Available Country Data*, WHO, Geneva, 1998.
- WLSA, *Género, HIV/SIDA e lei: Proposta para a Fase V do Projecto* [manuscrito], Maputo, 2002.
- Xavier, Carlos Jornão, *Análise Económica das Formas de Poupança e Crédito: Estudo de Caso, Chagalane*, (Tese de Licenciatura Agronomia e Engenharia Florestal) – Universidade Eduardo Mondlane, 2003.
- Zaqueu, F.R., *Análise da Importância das Associações de Camponeses para a Obtenção de Títulos de Terra*, (Tese de Licenciatura Agronomia e Engenharia Florestal) – Universidade Eduardo Mondlane, 1999.

GÉNERO E DESENVOLVIMENTO

Uma Declaração dos Chefes de Estado ou Governo da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)

PREÂMBULO

Chefes de Estado ou Governo da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral;

A. OBSERVANDO QUE:

- i) Os Estados Membros comprometeram-se no Tratado da SADC (Artigo 6(2)), em não discriminar qualquer pessoa com base no género, entre outras;
- ii) Todos os Estados Membros assinaram e ratificaram ou aderiram à Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW), ou encontram-se em vias de o fazer;

B. CONVICTOS QUE:

- i) O Género constitui uma questão fundamental dos direitos humanos;
- ii) O Género é uma área que já mereceu um grande consenso e onde existem benefícios consideráveis a serem obtidos da cooperação regional mais estreita e de uma acção colectiva;
- iii) A integração e incidência sobre questões do género no Programa de Acção da SADC e na Iniciativa de Edificação da Comunidade constitui factor-chave para o desenvolvimento sustentável da região da SADC;

C. PROFUNDAMENTE PREOCUPADOS COM:

- i) A constatação de que apesar de se registarem progressos em alguns Estados Membros na igualdade do género e a sua incidência, ainda existem disparidades entre a mulher e o homem nas áreas dos direitos fundamentais, na partilha do poder e processo de tomada de decisão, no acesso ao controle dos recursos produtivos, à educação e saúde, entre outras;
- ii) O facto da mulher constituir a maioria da população pobre;
- iii) O facto dos esforços para integrar os aspectos ligados ao género nos programas sectoriais da SADC não terem suficientemente incidido sobre o género de uma forma coordenada e abrangente;

D. RECONHECENDO QUE:

- i) O Conselho de Ministros da SADC, em 1990, orientou o Secretariado da SADC para explorar as melhores formas de incorporar as questões do género no Programa de Acção da SADC, e aprovou em 1996 que estas fossem, a nível regional, coordenadas pelo Secretariado;
- ii) No cumprimento desta orientação, o Secretariado da SADC desenvolveu e manteve relações de trabalho com os actores-chave na área do género, que resultaram na aprovação e adopção do Programa de Acção sobre o género da SADC, pelo Conselho de Ministros, em Fevereiro de 1997;

POR CONSEQUENTE:

E. REAFIRMAMOS o nosso engajamento para com as Estratégias Futuras, adoptadas em Nairobi; com a Plataforma de Acção Africana e com a Declaração e Plataforma de Acção de Beijing;

F. APROVAMOS a decisão do Conselho de Ministros sobre:

- i) A criação de um quadro político para a inserção da questão do género em todas as actividades da SADC, e no fortalecimento dos esforços empreendidos pelos Estados Membros no alcance da igualdade do género;
- ii) O estabelecimento de um quadro institucional que faça avançar a igualdade do género e que esteja em conformidade com o estabelecido para

outras áreas de cooperação, mas que garanta que o género seja sempre considerado em todos os sectores;

iii) A instituição de um Comité Permanente de Ministros responsáveis pelos Assuntos do Género na região;

iv) A adopção do actual Comité Consultivo composto por um representante do Governo e um membro das Organizações Não-Governamentais em cada Estado Membro, cuja tarefa consiste em prestar assessoria ao Comité Permanente de Ministros e aos outros Comités Ministeriais do Sector ligado aos assuntos do Género;

v) A criação de antenas para Assuntos sobre o Género, cuja tarefa será a de garantir a inserção das questões do género em todas as iniciativas sectoriais e a sua inclusão na agenda de todas as reuniões ministeriais;

vi) O estabelecimento no Secretariado da SADC de uma Unidade para Questões do Género, composta por, pelo menos, dois funcionários seniores.

G. DECIDIMOS QUE:

Enquanto líderes, devemos assegurar a implementação dos presentes compromissos e garantir a eliminação na região de todas as desigualdades com base no género;

H. COMPROMETEMO-NOS e, em nome dos nossos respectivos países, entre outros aspectos, a:

i) Incluir e tratar vigorosamente as questões do género na agenda do Programa de Acção da SADC e da Iniciativa de Edificação da Comunidade;

ii) Garantir uma representação equitativa da mulher e do homem no processo da tomada de decisão a todos os níveis, nos Estados Membros e nas estruturas da SADC e de se alcançar até o ano 2005 a meta dos trinta por cento de mulheres nas estruturas políticas e de tomada de decisão;

iii) Promover o pleno acesso da mulher e controlo dos recursos produtivos, nomeadamente, a terra, pecuária, comércio, crédito, tecnologia de ponta, emprego formal, e melhor qualidade de vida, com vista a reduzir o nível de pobreza entre as mulheres;

iv) Eliminar e reformular todas as leis, emendar as constituições e mudar as práticas sociais que ainda sujeitam a mulher à discriminação, e instituir e aplicar leis que reflectam a sensibilidade da questão do género;

v) Promover o acesso da mulher e do homem à educação de qualidade, e eliminar os estereótipos baseados no género, nos currículos escolares, na escolha das carreiras e profissões;

vi) Melhorar a qualidade dos serviços de saúde reprodutiva e outros, e torná-los mais acessíveis à mulher e ao homem;

vii) Proteger e promover os direitos humanos da mulher e da criança;

viii) Reconhecer, proteger e promover os direitos reprodutivos e sexuais da mulher e da criança rapariga;

ix) Tomar medidas urgentes com vista a prevenir e combater os crescentes níveis de violência contra a mulher e a criança;

x) Encorajar os meios de comunicação social no sentido de disseminarem informações e aspectos relacionados com os direitos humanos da mulher e da criança.

ANEXO 1

EM FÉ DO QUE SE DISSE, NÓS, OS Chefes de Estado e Governo da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, ASSINAMOS ESTA DECLARAÇÃO.

FEITO em Blantyre aos 8 de Setembro de 1991, em dois(2) originais, nas línguas Inglesa e Portuguesa, fazendo ambos igual fé.

República de Angola
República do Botswana
Reino do Lesoto
República do Malawi
República das Maurícias
República de Moçambique
República da Namíbia
República da África do Sul
República da Suazilândia
República Unida da Tanzânia
República da Zâmbia
República do Zimbábue

ANEXO 2

LISTA DE PARCEIROS NACIONAIS E CONTACTOS NOS 13 PAÍSES DA SADC

ANGOLA

REDE MULHER
Emilia Fernandes, Secretary General
Avenida Hoji ya Henda
No. 21 1º Andar, C.P. 16532
Luanda, Angola
Tel/ Fax: 244-2-449513
E-mail: rede.mulher@netangola.com
sgmulher@netangola.com

BOTSWANA

WOMEN'S NGO COALITION
Vivian Gunda, Director
Extension 12, Machechele Road
Plot 3316
Gaborone, Botswana
Tel: 267-3185004/5
Fax: 267-3184685
E-mail: womens_ngo_coa@info.bw

LESOTHO

WOMEN AND LAW IN SOUTHERN AFRICA (LESOTHO)
Keiso Matashane, National Coordinator
The Dolphin House
23 Motsoene Road, Industrial Area
Maseru, Lesotho
Tel: 266-22-313123
Fax: 266-22-310361
E-mail: wlsales@ilesotho.com

MALAWI

WOMEN AND LAW IN SOUTHERN AFRICA (MALAWI)
Seode White, National Coordinator
Off Grevellia Avenue
Private Bag 534
Limbe, Malawi
Tel: 265-1-641534
Fax: 265-1-641538
E-mail: wlsamalawi@sdpn.org.mw
wlsamalawi@hotmail.com

MAURÍCIUS

MAURITIUS ALLIANCE OF WOMEN
Kokila Devi Deepchand, President
Royal Road
Quatre Bornes, Mauritius
Tel/ Fax: 230-4243489/4252362
E-mail: m.a.women@intnet.ma

MOÇAMBIQUE

FORUM MULHER
Maria da Graca Samo, Executive Director
Rua Pereira do Lago
N147, 3 Andar Direito, C.P. 3632
Maputo Mozambique
Tel/ Fax: 258-1-493437/490 255
E-mail: forum@forumulher.org.mz
gracasamo@forumulher.org.mz

NAMÍBIA

UNIVERSITY OF NAMIBIA
Social Sciences Division
Eunice Iipinge, Coordinator, Gender Training and Research Programme
340 Mandume Ndemufayo Avenue
Pioneers Park, P. Bag 13301
Windhoek, Namibia
Tel: 264-61-2063954/3051
Fax: 264-61-2063268/3050
E-mail: eiipinge@unam.na

ÁFRICA DO SUL

UNIVERSITY OF WESTERN CAPE
Gender Equity Unit
Mary Hames, Director
Bellville 7535, Modderdam Road
P. Bag X17
Cape Town, South Africa
Tel: 27-21-9592813
Fax: 27-21-9591314
E-mail: gender@uwc.ac.za
mhames@uwc.ac.za

SWAZILÂNDIA

WOMEN AND LAW IN SOUTHERN AFRICA (SWAZILAND)
Lomcebo Dlamini, Acting National Coordinator
P.O Box 508 Mbabane H100
First Floor, Portuguese Club, Commercial Road
Mbabane, Swaziland
Tel: 268-404-1732/7088/1723
Fax: 268-404-6750
E-mail: wlsaszd@africaonline.co.sz

TANZÂNIA

TANZANIA GENDER NETWORKING PROGRAMME (TGNP)
Mary Rusimbi, Executive Director
Mabibo Road
P.O Box 8921
Dar Es Salaam, Tanzania
Tel: 255-22-2443205/2443450/2443286
Fax: 255-22-2443244
E-mail: info@tgnp.org
mary.rusimbi@tgnp.org

ZÂMBIA

ZAMBIA ASSOCIATION FOR RESEARCH AND DEVELOPMENT
Beatrice Simwapenga-Hamusonde
Executive Director
16 Manchichi Road, Northmead
P.O Box 37836
Lusaka, Zambia
Tel: 260-1-224536
Fax: 260-1-222883
E-mail: zard@microlink.zm

ZIMBABWE

ZIMBABWE WOMEN RESOURCE CENTRE AND NETWORK
Caroline Chikore, Executive Director
288 Hebert Chitepo Avenue
P.O Box 2198
Harare, Zimbabwe
Tel: 263-4-758185
Fax: 263-4-720331
E-Mail: zwrcn@zwrcn.org.zw



ANEXO 3

Lista dos participantes ao seminário de validação do esboço do relatório *Para Além das Desigualdades: Mulher em Moçambique*, 29 de Setembro de 2004, escritórios do Fórum Mulher, Maputo

NOME	INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO/CONTACTO
1. Zuraida Khan	Instituto Nacional de Estatística (Statistics Institute)	Zuraida.khan@ine.gov.mz
2. Aissa Braga	Ministério da Educação (Ministry Education)	aissa@mned.gov.mz
3. Filipa Gouveia	Ministério da Saúde(Health)	082 32 77 37
4. Helga Correia	Ministério do Interior (Home Affair)	Helgacorreia@yahoo.com.br 082 61 76 41 ou 01 30 38 34
5. Rosa Cesaltina	Ministério de Coordenação da Acção Ambiental (Environment)	rosacesaltina@yahoo.com.br 082 31 55 28
6. Francisca Cabral	Ministério da Agricultura (Agriculture)	fcabral@map.gov.mz 082 39 43 82
Ana Loforte	Ministério da Mulher e Coordenação da Acção Social (Social welfare)	analof@tropical.co.mz
7. Leontina dos Muchangos	Ministério da Mulher e Coordenação da Acção Sócia(Social Welfare)	Leontina@cida-psu.com 082 78 29 50
8. Koeti Seródio	Ministry of Higher Education	Koeti.serodio@mesct.gov.mz
9. Agueda Conselho Nhantumbo	Nacional para o Avanço da Mulher (National Council for the Advancement of Women)	lececiene@hotmail.com
10. Maria José Arhtur	WLSA - Moçambique	Chico@tropical.co.mz
11. Rafa Machava	Muleide-NGO	muleide@tvcabo.co.mz
12. Emília Nhabanga	Assomude-NGO	082 42 17 27
13. Emanuela Mondlane	Fórum Mulher-Network	emanuela@forumulher.org.mz
14. Acia Sales	UNESCO	mariza@tvcabo.co.mz
15. Graça Júlio	Fórum Mulher	graca@forumulher.org.mz
16. Benilde Nhalivilo	Co- author	benilden@actionaidmozambique.org
18. Celeste Nobela	Co- author	celeste@forumulher.org.mz
19. Terezinha Silva	Research Coordinator	tdasilva@cfjj.org.mz

